



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

#### NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

#### TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

#### TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

##### CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0460/05	DATA: 27/4/2005
INÍCIO: 14h33min	TÉRMINO: 19h08min	DURAÇÃO: 04h35min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h35min	PÁGINAS: 124	QUARTOS: 55

#### DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WALDIR COPETTI NEVES - Tenente-Coronel da Polícia Militar.  
ADAIR JOÃO SBARDELA - Ex-Cabo da Polícia Militar.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos

#### OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.  
Há intervenções inaudíveis.  
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Eu gostaria, neste início de reunião, de prestar uma homenagem a um colega que faleceu, um colega que era admirado por todos aqui, Deputado Paulo Kobayashi. Gostaria de fazer um minuto de silêncio em homenagem a esse colega. Quero explicar que hoje não teremos nenhuma deliberação, em razão de vários companheiros estarem no enterro desse Deputado. Seria injusto fazermos deliberação. Só não desmarquei a reunião de hoje porque ela mobilizou um aparato muito grande. Haveria um transtorno muito grande se houvesse a desmobilização.

A audiência pública contará com a presença do Sr. Waldir Copetti Neves, Tenente-Coronel, e Sr. Adair João Sbardela, ex-Cabo da Polícia Militar. Esses senhores foram presos. A qualificação foi por tráfico internacional de armas. É claro que ainda haverá o julgamento. Não estamos aqui acusando ninguém. Estamos falando da qualificação normal do que houve e explicando o porquê da presença deles aqui hoje. Eles terão o mesmo tratamento que sempre tiveram todos os outros depoentes nesta CPI.

Convido o Sr. Tenente-Coronel Waldir Copetti Neves a tomar assento e prestar seu depoimento como testemunha desta CPI.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado Abelardo Lupion.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Sr. Presidente, eu tenho a honra, hoje, de começar a participar da nossa Comissão, e gostaria de fazer um pedido. O processo do Tenente-Coronel Copetti está sob segredo de Justiça. Em função de estar sob segredo de Justiça — e nós já acompanhamos um depoimento à CPMI da Terra, no Paraná, onde o Coronel foi convocado também —, e para que seja mais produtiva a reunião, já que ele está impossibilitado de falar sobre o processo, eu pediria que esta reunião fosse transformada em reunião sigilosa, em reunião secreta.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Reservada.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Reservada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado, deixe-me colocar: eu não tenho problema em transformar em reservada, mas sempre o que temos feito é que tudo o que pode ser colocado em público, será colocado em público. Aquilo que ele considerar que seja melhor ele declarar numa reunião reservada, até pelo fato de o processo correr, nós transformaremos depois a reunião em reservada, se para V.Exa. está bem assim.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Tudo bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Então, peço que entre o Sr. Waldir Copetti Neves.

Quero informar que o Coronel está aqui na qualidade de testemunha. Então, que fique bem claro isso. Nesse sentido, antes de passar a palavra para ele, nós temos o termo de compromisso, que deverá ser firmado pelo depoente, como toda testemunha faz.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado — art. 203 do Código de Processo Penal; Decreto-lei nº 3.689, de 03/10/41; art. 415 do Código de Processo; Lei nº 5.889, de 11/10/73.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. pudesse informar ao nosso depoente o que acabou de me informar, já que ele não estava presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Não tem problema. Primeiro vou fazer as previsões regimentais; logo em seguida vou informá-lo.

Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto ao depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: “*fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, em processo judicial, policial, administrativo ou em juízo arbitral*”.

A informação que foi passada é a de que o Deputado Lupion pediu, para parte da sessão... O advogado pode ficar com a testemunha, mas eu gostaria que ficasse atrás, porque não pode ficar conversando durante...



---

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pela ordem, Sr. Presidente.  
V.Exa. podia, desde já, cadastrar a OAB do advogado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Sem problema. Nossa secretário faz isso. Não há problema nenhum.

Deixe-me voltar ao que eu estava explicando: o Deputado Lupion havia solicitado a sessão reservada. E é uma solicitação regimental, só que a praxe da nossa reunião é que toda a parte pública, que possa ser dada publicamente, nós fazemos publicamente. Aquilo que o senhor se sentir constrangido de falar numa sessão mais reservada, o senhor informe, que na sessão reservada poderá comentar o assunto. Está bom?

De qualquer forma, V.Sa. tem a palavra por 20 minutos, se quiser, para fazer uma exposição inicial, e principalmente naquilo que diz respeito a esta CPI, daquilo que for de conhecimento do senhor. O senhor está aqui na qualidade de testemunha. Conseqüentemente, são aquelas informações que o senhor tenha, porque o Paraná, todos nós sabemos, infelizmente, é uma rota de tráfico de armas. Como V.Sa. esteve vários anos, durante a sua vida profissional, lidando com esses problemas, acredito que tenha conhecimento nesse sentido e possa nos ajudar nesse trabalho de evitar o tráfico de armas no nosso País.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pela ordem, Sr. Presidente.  
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Apenas para informar ao Coronel que, muito embora o processo esteja em segredo de Justiça, obviamente, o segredo de Justiça tem como objetivo proteger o réu. Então, o senhor pode, a critério do Sr. Presidente, utilizar os seus 20 minutos inclusive para se defender das acusações que lhe são imputadas. Se o senhor assim não entender, pode fazer um breve relato e, ao final, a partir do requerimento do Deputado Abelardo Lupion, aí, sim, nós passaríamos a uma sessão reservada. E aí o senhor tem que, realmente, contar tudo, inclusive o que está em segredo de Justiça. Entendeu?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu acredito que ele já tenha entendido todas as coisas.



---

O senhor tem 20 minutos para falar. O que o senhor achar devido falar numa sessão reservada, então, o senhor se abstenha para falar numa sessão reservada. Só isso. Fique à vontade.

V.Sa. tem 20 minutos.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Bom, senhores, primeiro eu gostaria de dizer que nós, por alguns anos, trabalhamos no Serviço de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Paraná e, dentro desses fatos e do nosso conhecimento, que sempre também preocupou bastante a própria população do Estado e também a área de segurança pública, justamente é no que se refere a armas, ou seja, também o contrabando de armas. E o nosso Estado, como ele faz parte, dividindo, melhor dizendo, com outros países — o Paraguai, Argentina e outros, principalmente a nossa divisa ali —, ele faz, sim, um corredor para que se pratique o contrabando de armas. E essas armas passam não só para o Estado do Paraná, mas também elas passam para outros Estados. Essa rota utilizada por esses contraventores se opera pelo lago, onde são utilizadas aquelas balsas. Então, através disso eles conseguem trazer esse material para o território do Estado do Paraná. E ali, através de pessoas, conseguem, então, transporte para outros locais de seus interesses criminosos. Nós sabemos também que existe uma situação hoje que assola não só a sociedade do Estado do Paraná, mas também todo o Brasil, no que se refere à situação do Movimento dos Sem-Terra. Sabemos que em todos os acampamentos que existe esse movimento eles sempre têm arma para sua defesa lá. Esse acampamento é intransponível para pessoas que não sejam credenciadas por eles. Possuem uma segurança armada. Fazem inclusive resistência a despejo, utilizando-se também de armas de fogo, além das próprias armas brancas que também existem, e bastante. Utilizam para isso pessoas que são por eles preparadas, treinadas para fazer a defesa do seu território. Utilizam para esse transporte, muitas vezes, veículos velhos para chegar ao acampamento. Eu até, depois, Sr. Presidente, gostaria de, numa sessão reservada, fazer a entrega de um dossier para a Comissão — não gostaria de tornar público esse dossier, mas entregá-lo pessoalmente nessa sessão reservada — que trata justamente de todo esse aparato, de todo esse armamento e como funcionam esses acampamentos, porque hoje eles se transformam, dentro do território brasileiro, num território a parte, território onde a lei é só deles, eles fazem a lei deles e cumpre-se também deles ali dentro. Tanto é que não cumprem as ordem



judiciais. Deveriam, como cidadãos brasileiros, ao receberem uma ordem de despejo, não precisar o aparato da Polícia para tirá-los. Eles vivem num País democrático, são parte desse País democrático, deveriam, na realidade, sair. No entanto, utilizam de força para que fiquem, para continuarem no seu espaço. E o que leva esse movimento a cometer esses fatos é através da sua liderança. Essa liderança é que prepara muitas vezes pessoas que não têm tradição com a terra — são pessoas retiradas de cidades, muitas vezes pessoas que residem ou moram, ou param em favelas. Se fizermos hoje uma verificação, vamos com certeza perceber tudo isso. Para que eles se transformem realmente num território a parte, não obedecendo às leis brasileiras, só basta fazerem um comércio internacional. O resto eles praticam tudo ali dentro, inclusive uma escravidão branca daquelas pessoas que ficam dentro dos assentamentos. Estou falando pelo meu Estado, o Paraná. Se verificarmos que são quase 300 assentamentos que existem no Estado, desses 300 assentamentos estão praticamente emancipados 1% a 2%; o resto não estão emancipados, isto é, recebem ainda subsídio do Estado; o Estado repassa ainda, está repassando ainda verbas para eles se manterem. Porque a hora em que emancipar, vem o pagamento da conta. Então, não interessa para a liderança que esses fatos aconteçam. E para isso eles utilizam todos esses argumentos e utilizam também esse tipo de armamento que à noite, geralmente à noite, eles fazem guarda armada, têm inclusive guarita pronta para isso. Preparam essas pessoas e, durante o dia, eles escondem essas armas, ou enterram essas armas, ou então retiram do acampamento para um local mais seguro. Verificamos que têm acontecido alguns crimes cometidos por eles. Inclusive estou com documento aqui de uma chacina recente acontecida agora em que a Polícia Civil, em Quedas do Iguaçu, desvendou vários crimes ocorridos num acampamento de famílias sem terra, silo da Fazenda Rio das Cobras, onde foram presos nesta semana Paulo Fernandes Frajula Lopes, o Paulão; Claudemir da Silva, o Polvinha; Edésio dos Santos, o Negão; Dilson Ivanir da Silva, o Cachopa. Segundo informações extra-oficiais esse grupo é formado por integrantes do MST que faziam parte de uma equipe de disciplina do acampamento. Os 4 presos são acusados pela morte violenta de Valter Cardoso de Oliveira, ocorrida em setembro de 2004, também de José Hartman, de 22 anos, em 27 de fevereiro de 2005. Segundo o delegado que está investigando esses homicídios, as investigações ocorreram a tempo com a morte do tal de Alencar Hartman. Houve



---

denúncias anônimas apontando esses elementos como suspeitos. Os seguranças dos silos teriam deixado o corpo de Hartman com tiros na cabeça fora do acampamento. Então, esses seguranças, provavelmente, também, segundo o próprio Alencar, estariam envolvidos e estão com prisão temporária. Então, só para os senhores verificarem que existe realmente arma nesses acampamentos. Em todos os despejos que a Polícia Militar fez no Estado do Paraná sempre fez apreensão de várias armas. É só verificar os processos que existem, inclusive de flagrante de armas nesses acampamentos. Penso que além de essas armas, serve também a algum desses acampamentos. Inclusive tenho conhecimento até de mandado de prisão de vários indivíduos dentro desses acampamentos procurados pela própria Justiça, que estariam também armados. E quanto, Excelência, à situação do contrabando ou do tráfico, eu poderia, no futuro, a título de colaboração, até, fornecer alguma documentação, porque atualmente estou impedido em razão de esses fatos estarem aqui. Tenho já alguma rota, alguma situação, mas precisaria de um determinado tempo para que eu pudesse realmente explicar como se procede realmente, além desses fatos que já relatei a V.Exas. Então, inicialmente, uma colaboração. Ela poderia ser muito mais firme no sentido de que pudéssemos preparar também, além desse documento que vou entregar a V.Exa., reservado, a gente poderia também, no futuro, colaborar com isso aqui, porque o objetivo nosso único e exclusivo é a segurança pública, nada mais do que isso. E a preservação da democracia, para evitarmos um problema futuro com armamentos de acampamentos, onde, ali, sim, se forma uma verdadeira milícia nesses acampamentos. Então, seria isso, senhor, inicialmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Coronel, em primeiro lugar, o senhor trabalhou quantos anos na Inteligência?

**O SE. WALDIR COPETTI NEVES** - Na área de inteligência da Polícia Militar eu trabalhei aproximadamente 20 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não poderia nos dar, mesmo que fosse uma coisa por alto, quais são as principais facilidades nesse problema do tráfico de armas? Por exemplo, vieram declarações aqui de que no Porto de Paranaguá teria um corredor livre para o tráfico de armas. Tem alguma confirmação nesse sentido? O senhor tem algum conhecimento disso? Foz do Iguaçu teria, por exemplo, a possibilidade de ser uma daquelas que abastecem o



---

mercado do Rio de Janeiro e de São Paulo no tráfico de armas? Tem algum conhecimento nesse sentido?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, já existe algum conhecimento, não confirmado ainda, desses fatos de que realmente o Paraguai seria uma porta de entrada de muitas armas e que essas armas poderiam, sim — segundo informações, quero deixar claro, não confirmadas ainda —, estariam, muitas dessas armas, até indo para o próprio Rio de Janeiro. Quanto à situação do Porto de Paranaguá, também existe uma investigação em andamento e que careceria, na realidade, de mais confirmação para que eu pudesse fazer uma afirmação mais verdadeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - A Deputada Laura Carneiro quer um aparte.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Utilizando a pergunta do Deputado Moroni, apenas quero saber se o senhor podia exemplificar se nessa rota, de alguma maneira... O que acontece através de Paraguai se sabe. Mas o senhor disse que passou 20 anos na Inteligência. Nesses 20 anos na Inteligência, em nenhum momento se deflagrou pelo menos quais eram as linhas, via Foz, via Ponta Porã, via Paraguai direto? É arma produzida no Brasil? A gente que manda e eles trazem por fora? Ou a gente pega direto a arma de lá? Enfim, alguma coisa em 20 anos vocês aprenderam.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, que nem eu havia dito à Comissão, que o nosso lago de Foz de Iguaçu dá 180 quilômetros entre Guaíra até Foz do Iguaçu. E esse lago na realidade tem passagem através de balsa, através de barcos. Eles fazem essa passagem. Muitas vezes, nós participamos já lá, durante a nossa vida operacional lá. Já participamos, inclusive, de desmanche de algum bote clandestino, com explosão de alguns botes clandestinos. Eu já fiz várias operações, desde 1992, na região. Então, realmente, ali, em razão da grande extensão de água, dificulta um pouco, sim, a fiscalização, mas a Polícia está trabalhando nesse sentido. Nós temos informações... O sistema de informação das Polícias sabe disso e estão trabalhando no sentido de desmantelar essas quadrilhas que recebem do lado de cá essas armas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - O Relator gostaria de falar.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Coronel Waldir, em primeiro lugar, eu quero reafirmar qual é a disposição desta CPI. É exatamente uma CPI formada para



investigar o tráfico de armas, a entrada ilegal de armas no País, e poder colaborar no sentido da compreensão da utilização dessas rotas e também compreender a dificuldade dos órgãos de segurança pública no sentido de coibir a entrada dessas armas no País. A sua convocação foi aprovada exatamente em função de o senhor ter sido preso, detido, juntamente com outras pessoas, e ter sido encontrada juntamente consigo uma série de armas de fogo. Essas armas eram armas legais, armas registradas? Coronel, essas armas que foram encontradas eram armas legais, armas registradas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Eu vou responder a sua questão dizendo o seguinte: que essas armas, elas estão fazendo parte de um processo onde eu ainda não... Nossa advogado e eu ainda não temos conhecimento total desse relatório final, que se encontra nas mãos da juíza federal. Então, eu gostaria, Excelência, de me manter na reserva de responder isso em juízo, em razão de eu não ter ainda conhecimento de todo esse processo que está fazendo a investigação em cima disso. Logicamente que todo o policial tem armas. Isso é certeza. Eu não poderia ter na minha casa bichinho de pelúcia. Agora, quanto aos demais fatos, eu gostaria que V.Exa. permitisse que eu me manifestasse em juízo, em razão de nós — eu e meu advogado — não termos ainda acesso a esse processo, porque esse processo ainda está tramitando. Eu não conheço ainda esses detalhes.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor está aqui na condição de testemunha, Coronel. Portanto, não me cabe aqui nem tenho o objetivo de fazer um juízo a respeito da sua participação ou não-participação nesse episódio. A nossa intenção aqui é investigar e compreender exatamente essa questão da rota e da entrada dessas armas. É exatamente por isso que eu quero insistir nessa questão. A imprensa divulga que, quando o senhor foi detido, em sua casa, foram apreendidas 18 armas de fogo. O que eu quero entender é se essas armas — creio que essa é uma pergunta bastante singela — eram armas oficiais, eram armas registradas, ou eram armas ilegais, armas contrabandeadas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Primeiro quero dizer ao senhor que eu não tinha 18 armas sob minha posse. Eu não tinha. Eram 4 armas sob minha posse. Eu gostaria, Excelência, de dizer novamente que responderei isso em juízo, em razão de que estou sendo submetido a um inquérito e não se concluiu esse inquérito ainda. Esse inquérito ainda está em fase de investigação. Eu poderia estar



---

cometendo, de repente, um crime, se eu comentasse alguma coisa do inquérito que ainda está em andamento.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Justamente pedi a sessão reservada por causa desse tipo de resposta. Hoje cabe a qualquer cidadão não depor para se incriminar. Essa é uma cláusula pétreia da nossa Constituição. Então, qualquer depoimento que ele dê com respeito a um processo que está em segredo de Justiça ele pode até se incriminar. Gostaria de pedir ao grande Deputado Paulo Pimenta que relevasse. O Coronel está com todo o objetivo de ajudar. Inclusive está trazendo dossiês para a nossa Comissão. Gostaria que ele não fosse forçado a se incriminar e pedir o segredo de Justiça para não responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - A testemunha pode não responder, mas a pergunta tem que ser feita. Ele pode não querer responder a todas as perguntas dos Parlamentares. Só que nós queremos fazer as perguntas. Se ele se reserva, depois, ao direito de responder secretamente... Mas as perguntas do Relator e de qualquer Parlamentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu ouvi as ponderações dos 2 Deputados. Darei minha decisão. Já tinha dito no início: os Deputados vão perguntar. Vai chegar um momento da sessão em que será transformada em reservada. Aquelas perguntas que ele julgar que o vão prejudicar, devido ao processo estar em segredo de Justiça, ele diz que responderá mais tarde, na sessão reservada. Pronto. Sem problema. Isso já foi explicado no início da reunião.

É lógico que os Deputados podem perguntar o que bem entenderem. A resposta também ele pode dar a quem ele quiser, nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, não há, de parte deste Relator, nenhuma intenção em fazer um debate de natureza ideológica em torno da matéria. Vou discutir a questão da reforma agrária no foro apropriado, no plenário da Casa, na Comissão adequada.



Meu objetivo aqui, como Relator, é aproveitar de uma situação que não é comum: é a oportunidade que nós temos de ouvir um policial de alta patente da Polícia Militar do Estado do Paraná, o qual faz fronteira com o Paraguai, e que foi recentemente preso em uma operação da Polícia Federal, da Secretaria de Segurança do Estado, com uma quantidade de armas significativa. Considera-se esse fato pouco comum. Se fosse comum, não estaria aqui o nosso Tenente-Coronel. É um cidadão, servidor público, policial militar, com mais de 20 anos de serviços prestados somente no setor de inteligência da Polícia Militar.

A imprensa tem noticiado que a região de Ponta Grossa e de Cascavel é uma região comumente utilizada para o tráfico e o contrabando de armas vindas do Paraguai. O meu objetivo, portanto, é compreender o que está acontecendo.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que, mesmo em segredo de Justiça, solicite para a CPI a relação das armas que foram apreendidas — esse inquérito, certamente, em poucos dias estará concluído — para que nós possamos saber a procedência dessas armas. Precisamos saber se são armas fabricadas no País, armas de fabricação estrangeira, porque, exatamente, o nosso objetivo é fazer um rastreamento e entender as facilidades que são encontradas por todo e qualquer cidadão brasileiro que traga para dentro do País, de uma forma irregular ou ilegal, qualquer tipo de arma, seja pela finalidade que queira. Mas, pelas manifestações do Coronel, Sr. Presidente, eu tendo a achar que não há disposição de ir além daquilo que já foi dito.

Eu esperava que nós pudéssemos realmente ter uma colaboração maior; poder entender como é que essas armas chegaram até as pessoas que foram detidas; poder entender de quem eles adquiriram; a forma como trouxeram para dentro do País e assim por diante. Mas, diante da pouca disposição do Coronel, eu me considero por hora contemplado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Paulo Pimenta, eu agradeço.

Com a palavra o Deputado Josias Quintal.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Coronel Copetti, vendo a matéria do jornal, observei que em algum momento faz referência ao senhor como ex-Tenente-Coronel. Queria saber da sua situação atual. O senhor é da ativa, está na reserva, é reformado? Qual a sua situação atual na Polícia Militar?



**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Eu me encontro na ativa. Eu tenho 28 anos de Polícia. Encontro-me na ativa. Existe um procedimento administrativo, em razão de todos esses fatos que a nós imputam e que nós ainda não conhecemos o resultado do inquérito, razão pela qual, eu gostaria de também esclarecer que eu não sou detentor de todas aquelas armas que apareceram. Tem outras pessoas que foram presas que são donas das suas armas. Nós temos também ainda uma anistia branca que se encontra em vigor. As minhas armas são armas normais, de policial. Não tenho nenhum fuzil AR-15, não tenho nenhuma arma de grosso calibre. Só que eu gostaria de me manifestar, realmente, depois na seqüência, dizendo, em juízo, sobre essas armas.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Eu, particularmente, por ter vivenciado também 30 anos na Política Militar, não acredito que o senhor possa ser um traficante de armas, embora o senhor tenha sido preso e, se não me engano, autuado por contrabando de armas, em razão das armas que foram encontradas em sua residência. Mas disso aí até uma possibilidade de o senhor ser, realmente, um traficante de armas, eu acho que vai muita distância. Isso é um ponto de vista meu. É uma impressão que eu tenho. Mas o senhor, na sua fala, faz uma colocação interessante, que talvez poucas pessoas tenham-se dado conta desta questão. O senhor se refere à presença de armas nos acampamentos, nessas áreas intransponíveis que nós sabemos. O senhor, como oficial de informações, naturalmente manipulando dados e informações de todas as fontes possíveis, em algum momento chegou a ter algum dado, alguma indicação da ocorrência de tráfico, de pessoas que levam armas ou que, enfim, adquirem armas para essas pessoas envolvidas nesse Movimento dos Sem-Terra, nessas invasões, uma vez que o senhor afirmou que existem armas nestes acampamentos?

Enfim, nós precisamos também nos aprofundar mais essa questão, porque, sendo isso verdade, também pode ficar caracterizada a ocorrência de contrabando ou de tráfico de armas para esses ambientes. Então, resumindo a pergunta, o senhor tem conhecimento ou pode em algum momento informar a esta Comissão nomes de pessoas que façam esse tipo de atividade, que levem armas ou que forneçam armas para os acampamentos desse Movimento dos Sem-Terra?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, Excelência. Tanto é que eu pedi uma sessão reservada, porque estão ainda em caráter de investigação. Então, no



momento em que nós conversarmos, eu tenho um documento aqui na mão e vou repassar, que fala o nome de pessoas e como chega.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - E também vendo a matéria, há uma afirmação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me entender: são pessoas que vendem armas ilegalmente. É isso?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Que levam armas ou conduzem armas para o acampamento.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Isso, Sr. Presidente, é algo que merece ser também investigado, porque caracteriza também o...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Acho que qualquer lado que trafique armas ilegalmente merece ser investigado, não interessa o lado que seja.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Finalmente, o senhor faz, segundo a matéria da mídia, acusações gravíssimas ao Secretário de Segurança do Paraná de um possível envolvimento com traficante. O senhor acha que essa questão que envolve o senhor, em razão da sua atuação no combate a esses assentamentos ilegais, a essas invasões, pode estar sendo vítima de uma politização desse processo, na medida em que o senhor rebate com uma acusação muito grave ao Secretário de Segurança do Paraná, segundo matéria da mídia, dizendo que ele tinha envolvimento com traficante de drogas? Isso é verdade? Procede essa informação? Essa matéria está politizada, no seu modo de ver?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, Excelência. Na realidade, não é bem uma acusação; é uma realidade dos fatos. Hoje, mais do que essa situação de armas e essas acusações que não condizem bem com a realidade dos fatos, sou um preso político. Na realidade, é essa a situação, em razão de uma série de fatos. As acusações que faço existem realmente provas disso. Existe um dossiê sobre isso de interferências, problemas de drogas, interferências quando pessoas foram presas. O irmão dele, com droga também, houve interferência do referido para que a essa pessoa, após autuada em flagrante, nada acontecesse. Existe também a situação de grampo telefone, executado além da normalidade dos fatos. Existe um aparelho chamado Guardião, onde faz em torno de 600 recepções. É feito, na realidade, um controle do sistema com esse aparelho, tanto é que nos meus fatos



existem muitos desses que desviam a finalidade, pede-se para o juiz o grampo motivado para uma situação de fato, o juiz concede — também acaba muitas vezes sendo enganado — e a situação vai para outro fato. Um exemplo: no caso de Colorado, cidade do interior do Estado do Paraná, na última eleição para Prefeito, um dos irmãos do Secretário fazia parte dessa eleição. Verificando que as pesquisas davam contra seu adversário, foi motivado um grampo dizendo que se tratava de uma quadrilha da Polícia Militar existente em Colorado. E o grampo foi motivado para investigar policiais militares, mas, na realidade, era um telefone só. E pediram 3, dizendo que tinham 3 telefones nas mãos desse policial. E ele só tinha um telefone; os outros 2 eram do adversário político. Esse é um fato que também já existe sendo investigado nisso aí. Então, de todos esses fatos que falamos e comentamos com referência ao Secretário atual existem provas. Também recentemente aconteceu um fato até que o jornal do Estado publicou. Existia um artefato que disparava munição, que era uma caneta — isso no ano passado. Essa caneta pertencia a um delegado já falecido e foi levada até ao Secretário de Segurança. Essa caneta, que, na realidade, era um artefato proibido, restrito, acabou disparando e ferindo um dos seus assessores. Isso foi até matéria de jornal, tudo isso aí. Entre outras acusações que existem também dentro da situação do atual Secretário de Segurança do Estado do Paraná. Temos, inclusive, até os locais onde esses grampos são monitorados. Existem também algumas situações de desvio de finalidade, onde o SENASP fornece meios auxiliando a Polícia de todos os Estados, e o Paraná é um dos Estados contemplados. E esse material cedido, através do SENASP, é para ser utilizado somente na parte operacional. E existe até uma situação interessante, que foram cedidos vários computadores para serem distribuídos para a corporação e, por exigência do Secretário, foram distribuídos 50 computadores somente para a sede da SESP, onde deveria ser para os batalhões. Entre outras acusações, que existe um dossiê que também foi dito já, quando foi ouvido na CPI da Terra, fizemos a entrega desse documento e vamos reafirmar novamente isso hoje.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Eu estou satisfeito. Apenas reiterando ao caro depoente a necessidade de nós recebermos informações voltadas para o objeto, para o fim da nossa Comissão, que é, de fato, identificar onde há tráfico, onde há contrabando de armas. E fica o apelo a V.Sa. para que



encaminhe a esta Comissão, tão logo tenha ou se tiver, dados que indiquem nome de pessoas que fazem contrabando de armas, ou tráfico de armas, para os acampamentos.

Então, eu encerro por aqui. Estou satisfeito.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente, eu queria apenas saber de V.Exa., se pudesse perguntar ao depoente, se esse documento é público, ou seja, se pode ser divulgado, ou se também vai ser entregue na forma reservada para a Comissão. E se for público V.Exa. já podia passar cópia para que possamos ir manuseando o documento, e aproveitar para perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Tem V.Sa. a palavra.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Eu gostaria de fazer a entrega desse documento em caráter reservado, porque tem outras informações aqui que ainda carecem de algumas investigações e podem atrapalhar na seqüência dos fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - V.Sa. tem cópia do documento aí?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Do primeiro documento sobre a arma, sim, Excelência.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Do segundo, tem?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Do segundo eu preciso verificar com meu advogado se tem uma cópia, porque esse está destinado para outra Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Não, porque poderíamos já tirar cópias agora, só não queria deixar V.Sa. sem o documento, porque pode precisar dele para alguma resposta.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Se o senhor me permitir, eu gostaria de ver com meu advogado, talvez eu tenha uma cópia, Excelência, e já poderia passar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Pode perguntar a ele.

O advogado pode alcançar o Secretário da Comissão, o Secretário manda tirar 10 cópias.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Eu acho que a Deputada Laura quis saber se esse documento pode ser entregue ao público.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mesmo que seja entregue... Ele disse que vai ser em caráter reservado, mas quando for a sessão reservada, os Deputados, então, podem obtê-lo sob o compromisso da reserva.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Lógico.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Ele diz que quer reservado, todos os 2 documentos. Então, para a gente já preparar a cópia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Vamos continuar.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Excelência, eu vou fazer desse, do caso do Secretário, eu já posso fazer a entrega, sim, pessoalmente, esse não tem problema. O outro ainda carece de investigações, mas isso aqui são todas provas cabais, inclusive não existe segredo nisso aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Então, pronto. Então, já dei aqui...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Se não está em segredo de justiça, V.Exa. pode pedir para fazer xerox para entregar às pessoas, para a gente poder perguntar em cima disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Manoel, por favor, tire cópias para dar aos Deputados, uma cópia para cada um.

Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga, Vice-Presidente desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Sr. Presidente, nobre Relator, nossa Vice-Presidenta Deputada Laura Carneiro, Tenente-Coronel Waldir Copetti Neves, estamos assistindo atentamente o depoimento prestado por V.Sa. aqui, nesta Comissão. E o Coronel afirmou que trabalhou no Serviço de Inteligência da PM durante 20 anos. É isso?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Aproximadamente isso, Excelência.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Chegou a comandar algum período o Serviço de Inteligência?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, fui Chefe da Agência Regional de Informações, que é o comando do policiamento do interior, e também dos batalhões onde servi. Quando servi no batalhão, eu fui também...sempre trabalhei na área de informações.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - E na Inteligência chegou a comandar o serviço?



**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - E fui também chefe do SISESP. Em determinada época, também respondi pela Coordenadoria de Informação do Estado.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Durante esse período em que trabalhou no Serviço de Inteligência, com certeza, é praxe ter acesso a informações privilegiadas, informações a que outro membro da corporação não tem acesso, porque, justamente, é o serviço especial, por isso tem o nome de Serviço de Inteligência. E trabalha no Estado, presta serviço no Estado do Paraná, que, nós sabemos, é um caminho quase que inevitável para chegar ao Paraguai. Uma das principais rotas de trânsito entre o Paraguai e o Brasil, justamente, muito utilizada, principalmente, pelas pessoas que fazem transporte, fazem transação comercial com a Ciudad del Este, no Paraguai, são as estradas do Paraná.

Durante esse período trabalhando no Serviço de Inteligência do Paraná, V.Sa. desencadeou alguma operação? Ou através do Serviço de Inteligência conseguiu ter acesso à informação sobre atuação de quadrilhas envolvidas com o tráfico de armas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, Excelência. Nós pegamos várias. Durante todos esses anos, nós fizemos captura. Só na época em que fizemos operação com o Grupo AGUIA, nós prendemos mais de 1.200 marginais. Dentre esses, capturamos, sim, pessoas que faziam o transporte de armas e faziam a venda de armas...

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Chegou a fazer apreensão de armas, então?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Apreensão de armas. Já aconteceu, sim.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Essas quadrilhas eram do Paraná?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Tinham quadrilhas do Paraná que passavam para outras.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Chegou a ser instaurado inquérito?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Chegou a inquérito, flagrante...Foi tudo de acordo com o que a Justiça manda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Neucimar, só dentro dessa sua linha: Coronel, se lembrasse de alguns fatos marcantes nesta área, seria interessante para a gente. Por exemplo, quais os locais mais utilizados, quais as...



**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Rotas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - As rotas mais utilizadas, coisas desse tipo.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Tipo de arma apreendida, munição...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - As rotas mais utilizadas, onde passa o maior número de arma, na época em que estávamos, realmente, trabalhando...

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Essa época era em que período?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Há uns 8 anos, 7 anos, aproximadamente. Desde 2000, eu não estou mais na área de inteligência. Mas, na época, era rota de Guaíra, era uma área muito utilizada. Acho que, pelas informações que a gente ainda tem até hoje, é uma área muito utilizada...

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Guaíra?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Guaíra. É a área mais utilizada, ali, para o transporte e o contrabando de armas.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - E como é feito esse transporte?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Era feito através de barco, eles passavam, e tinha outras coisas. Tinha, geralmente, carros, camionetas particulares, até ônibus aconteceu, já. Nós tínhamos até informações de alguns ônibus, de pegarem lá e transportarem armas. Mas nunca capturamos, na realidade, ônibus com armas. Mas tínhamos informações. Na época, andávamos inclusive trabalhando nesse sentido de que alguns ônibus de sacoleiros, que utilizavam para contrabando específico, fariam o transporte dessas armas, daí, sim, para outros Estados.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Em algumas dessas operações, o senhor se lembra do número de armas apreendidas, se era um número significativo, ou era um revólver, uma pistola, umas caixas de munição, ou se, realmente, foi apreendido um número significativo que sinalizava que eram armas para serem vendidas, que faziam parte de algum esquemas de tráfico de armas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim. Nós capturamos, se não me engano, porque já faz vários anos isso, acho que na área de Campo Largo, nós capturamos já em torno de 10 a 12 armas, que seriam... Foi uma quadrilha, inclusive, que tinha recebido essas armas para fazer assalto.



**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Que tipo de armas normalmente eram apreendidas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Tinham armas 12, tinham pistolas, parece, se não me engano, tinha AR-15, 556...

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Já chegou a ser apreendida AR-15, então?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - No Paraná, já chegou a ser apreendida com seqüestradore. Já foi apreendida, sim. No Paraná, já foi apreendida, mas seria uso da quadrilha, não, na realidade, um contrabando de arma.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Vocês chegaram a fazer operação conjunta com outras Polícias, Polícia Civil, Polícia Federal, para apreensão de armas no Estado do Paraná, tendo conhecimento que essas regiões eram regiões de influência muito grande no tráfico de armas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - A Polícia Militar, a Polícia Civil até a Polícia Federal, várias vezes, fizeram policiamento, fizeram patrulhamento na região de Guaíra, que eu tenho lembrança, por isso que eu pedi algum tempo, porque eu poderia colaborar de uma forma até mais acentuada para que eu pudesse resgatar documentos, colaborar mais e, realmente, levantar as maiores rotas disso aí.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Nesse período em que o senhor foi Comandante, o senhor chegou a ter algum policial que estava sob seu comando, que foi apreendido por porte ilegal de armas, ou por tráfico de armas, ou por venda de armas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não. Do meu comando, nenhum policial foi apreendido nem por tráfico, nem por porte de arma. Durante meu comando, nenhum foi apreendido.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Então, durante todo o período em que o senhor...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Durante todo o período do meu comando, onde eu participei...

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Seu batalhão...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Batalhão, também não.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - ...nunca...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não.



**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - ...teve nenhum policial apreendido?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - De lembrança, de imediato, não.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Mas se tivesse acontecido, o senhor, com certeza, se lembraria?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Com certeza, lembraria. Não aconteceu, não, Excelência, por vendas de armas, contrabando de armas. Não tenho lembrança desses fatos.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - O senhor afirmou que não foram apreendidas 18 armas na sua casa, foram apenas 4. O senhor poderia dizer quais as especificações dessas armas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Excelência, são armas de porte normal, de defesa pessoal. Eu gostaria, mais uma vez, em razão de eu não conhecer todo esse inquérito, porque não tenho ainda...não foi relatado esse inquérito ainda, está em investigação, a Polícia Federal ainda está levantando alguns detalhes ainda... Agora, só gostaria...

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - O inquérito está sendo levantado, tudo bem. O senhor pode não ter informações sobre as armas que foram apreendidas em poder de outras pessoas, como está sendo o inquérito, está sendo tratado com sigilo pela polícia. Quero saber das que foram apreendidas com o senhor. O senhor conhece a arma, conhece o instrumento, então, se foi presa na sua casa, o senhor tem informação.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, Excelência.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Mesmo que o processo esteja em segredo de Justiça...O senhor tinha posse dessas armas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, tinha posse dessas armas. Das 4 armas, sim.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Então, o senhor pode nos falar que arma era essa, porque...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Tinha posse dessas armas. Eu posso citar algumas: eu tinha uma 12, tinha um 357...Então, são armas normais. Sem problema. Então, eu gostaria de dizer que eu não tenho nenhuma AR-15, em momento nenhum, não tinha uma AR-15, não tinha armas...não tinha fuzil. Tinha



arma normal, de minha defesa, porque eu sou uma pessoa que sempre trabalhei em combate ao crime organizado.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - O senhor já chegou a ser ameaçado alguma vez?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Várias vezes. Eu e minha família, muitas vezes, ameaçados.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Identificou os...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Já identifiquei pessoas. Até hoje, ainda continuo sendo ameaçado, porque a minha vida eu passei trabalhando e combatendo. Tenho estudos, fiz vários estudos sobre o combate do crime organizado, até fui para o exterior falar sobre essa situação de crime organizado. Então, eu tenho conhecimento como as coisas envolvem isso aí. Passei a minha vida profissional sempre combatendo esse tipo de pessoas, trabalhando dessa forma, Excelência. Tive muitas ameaças, corro risco a toda hora, a todo o tempo, até hoje, em razão desses fatos. Então, logicamente que eu tinha armas de defesa minha, pessoal. Só gostaria de dizer disso aí. Volto a dizer que não existe contrabando de arma nenhuma, eu não tenho contrabando de arma nenhuma, só gostaria de deixar claro aos senhores, não contrabandeei arma nenhuma, minhas armas são todas sem problema nenhum. Não existe contrabando de arma. Só isso que eu gostaria de dizer. Agora, eu gostaria de detalhá-las em juízo, porque lá, sim, é o momento de eu relatar esses fatos.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Durante esse período em que o senhor tem prestado serviço à polícia do Estado do Paraná, como o senhor tem dito, no combate ao crime organizado, combate aos crimes, no Estado, em defesa da sociedade do Paraná, com certeza, várias linhas de investigações devem ter sido abertas na época do senhor, quadrilhas foram presas...O senhor se recorda de alguma autoridade policial do Estado de Paraná, mesmo que não tivesse sob seu comando, que foi presa sob acusação de tráfico de armas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Olha, Excelência, eu não tenho lembrança. Se eu dissesse alguma coisa, poderia estar cometendo algumas injustiças. Têm muitas pessoas que foram presas com várias armas, mas, na realidade, eu não acompanhei o inquérito para dizer, realmente, se era contrabando de armas.



**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Alguns policiais foram presos em operação da Polícia Federal. Em alguns depoimentos, informações que estamos coletando através da imprensa, disseram que alguns faziam segurança em sua fazenda. Isso é verdade?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Primeiro, gostaria de dizer que não existem policiais da ativa. São reservas. E eu também gostaria de detalhar esses fatos. Como eu não conheço ainda da acusação exata, apenas é uma pressão política em cima da minha pessoa, porque eu sou um preso político, sempre fui um estudioso, escrevi algumas monografias sobre a situação do movimento sem terra. Escrevi umas 3 monografias. Então, tudo isso me levou a uma situação, uma pressão muito grande. Então, eu gostaria de relatar esse fatos, que eu vou responder esse inquérito. Esse inquérito não foi ainda concluído, está em fase de investigação e eu não gostaria de atrapalhar também isso e nem me auto delatar numa situação que talvez não seja a real.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Está bom, Presidente. Por hora estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Neucimar Fraga, agradeço.

Com a palavra agora o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Tenente-Coronel Waldir Copetti, o senhor disse que, durante 20 anos, o senhor serviu e trabalhou na questão da PII, segurança da informação. E o senhor fala, quando foi perguntado pelo Josias, que são usados mecanismos para grampeamento de telefone, para gravação. Durante o tempo que o senhor foi, também usava um desses instrumentos?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - A Polícia sempre, quando fez os grampos de telefone, sempre teve autorização judicial.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas eram usados esses instrumentos?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Instrumentos sempre são utilizados. A Polícia utiliza desse instrumento judicialmente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor conhece o Sr. Cecílio Rego Almeida?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Conheço, já vi ele.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Tem alguma relação?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Fez algum trabalho como policial para esse senhor?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor conhece o Sr. Marcos Prochet?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, conheço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Qual a relação que o senhor tem com o mesmo?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Somos simplesmente conhecidos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Fez algum tipo de trabalho?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Também não fiz nenhum trabalho para ele. Ele é Presidente da UDR e não fiz nenhum trabalho. Apenas sei que ele é Presidente da UDR.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E o Sr. Emílio Manfredo Ribas, conhece?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, senhor. Não tenho lembrança de Emílio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor faz uma acusação contra o Secretário de Segurança Pública. Ao ser acusado de organizar uma milícia privada ou de fazer tráfico de arma, segundo a Polícia, o senhor acusou o atual Secretário de Segurança Pública de envolvimento com traficante de cocaína. O senhor tem prova desse envolvimento do Secretário com cocaína?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Tem prova e pode apresentá-las?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Tenho prova e já está apresentada naquele documento que repassei agora ao Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, mas são provas de jornais, de informações ou o senhor tem prova de que, por exemplo, uma prova concreta de que ele é... Porque, na realidade, verificamos que conectado ao tráfico de drogas também tem o tráfico de armas. Então o senhor tem prova para revelar a esta Comissão de que o Sr. Luiz Fernando Delazari teve envolvimento com traficante?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Existe um dossiê, e no dossiê estão todas as provas, Excelência.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E o senhor tem o nome desse traficante?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Tenho o nome e está no dossiê também.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não pode dizer?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Parece-me que é Celso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Celso.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Aliás, Excelência, eu só quero retornar. Eu não me lembro exatamente o nome do traficante que está no dossiê ali. Está no dossiê. Deixe eu dar uma olhada se eu tenho alguma coisa aqui, Excelência.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Está no xerox.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Excelência, eu vou ler aqui, se me permite

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Ele tem a cópia do dossiê.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Eu tenho uma cópia aqui. Vou ler na íntegra essa primeira parte que o senhor me pergunta, Excelência.

**(Não identificado)** - Traficante, o nome é Pacheco.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, eu vou ler aqui, Excelência.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Deixa ele ler.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Antes da vinda da CPI da Câmara Federal que investigava atividades do narcotráfico, a Delegacia Antitóxicos e o grupo Fera, chefiado pelo Delegado Adauto Abreu, ouviu o traficante conhecido como Professor Pacheco, que era diretor do Colégio Unificado, quando o mesmo disse que costumava vender cocaína para o Dr. Delazari, que era assessor da Procuradoria-Geral da Justiça, e que essas vendas eram feitas no Bar do Ali, na Rua Padre Germano Maia. O Dr. Delazari foi afastado da assessoria pelo Procurador-Geral até que os trabalhos da CPI terminassem. Todos os policiais da delegacia sabem disso, bem como o Dr. Adauto Abreu e a Dra. Leila. Sobre esse fato, o próprio Comandante Geral, no dia 26/05/2003, também prestou declaração junto ao Ministério Público, dando conta que o comentário era de que o Secretário de Segurança, Dr. Delazari, fazia uso de cocaína. Situação... Poderia prosseguir, Excelência?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Pois não.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - O irmão de Delazari, Carlos Emiliano Ferreira Delazari, foi preso no interior da Prisão Provisória de Curitiba, quando



levava tóxico para um preso que era seu amigo. Foi levado para o 4º Distrito Policial por policiais do Batalhão de Guarda, e lá foi liberado por ordem do irmão, porque o Dr. Delazari mandou o Delegado de Polícia dizer à Delegada Dra. Sônia que era para não fazer nada contra Carlos Emiliano, que era irmão do Delazari. O Dr. Delazari e o Delegado nessa época trabalhavam juntos na Promotoria de Investigação Criminal. O fato foi notícia em jornal, sendo de domínio público. As ocorrências estão registradas no presídio e no Batalhão de Guarda. Só vou ler também a qualificação do Sr. Carlos Emiliano: Carlos Emiliano Ferreira Delazari, que é irmão do Secretário, portador de Cédula de Identidade nº 4.434.994, Paraná; CPF nº 026.844.239-89; nascido em 22/02/78, natural de Paranavaí; residente na Av. Manoel Vieira Alencar, Curitiba. Comunicado: o preso Celso Eduardo — a situação que envolve agora o preso Celso Eduardo Mendes —, Prontuário nº 49.298, foi alojado em uma área de isolamento disciplinar em virtude de ter sido apanhado com substância tóxica em poder do Sr. Carlos Emiliano Ferreira Delazari, o qual estava trazendo pertences para o interno Celso. Documento: Comunicado nº 00688/2000, emissão 28/06/2002; origem: Inspetoria; data da ocorrência 28/06/2002; Unidade: Penitenciária Provisória de Curitiba; destino: segurança; hora: 15h30. Celso Eduardo Mendes, que ia receber essa cocaína do irmão dele, foi condenado em 11/10/2001, a 3 anos e 6 meses de reclusão, pela 2ª Vara Criminal de Curitiba, inciso no art. 12 da Lei nº 6.368, nos autos nº 61.777/96. Foi condenado ainda em 05/08/2002, a 3 anos e 5 meses de reclusão, pela 7ª Vara de Curitiba, inciso nos arts. 329, XII, e 69 do Código Penal Brasileiro, nos autos nº 16.047/2000. Atualmente está recolhido na Penitenciária Estadual de Piraquara, Curitiba, ano 2000.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Um aparte.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Depois passo a palavra a V.Exa. Pergunto: essa acusação é o senhor que está assumindo, ou quem é que fez essas acusações?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Esse é um fato consumado, Excelência.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor está assumindo essas acusações?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - O Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O Ministério Público. Tem comprovação o Ministério Público?



**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Tem comprovação.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor citou — na época, tanto eu quanto o Deputado Moroni estivemos lá, quer dizer, a CPI do Narcotráfico, e por acaso o nosso Relator Geral era o Deputado Moroni Torgan, hoje Presidente desta CPI — o senhor citou o nome do Delegado Adauto. Eu me lembro que ele nos ajudou muito na área. O Delegado está onde hoje?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - O Delegado está aposentado, hoje.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas ele se aposentou mesmo, porque quis?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Se aposentou.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Ele está aposentado. Engraçado, o Paraná, não é, Moroni? Na nossa época, a gente chegou lá, o chefe de tudo era o chefe de polícia. O chefe, naquela época, não era tráfico de drogas que eles faziam, não, mas era desmanche. A gente acabou pegando todo o desmanche de carro nas audiências da CPI do Narcotráfico, e era o chefe de polícia. Então, o negócio lá é meio complicado. Mas o senhor disse que isso aqui, que essa denúncia contra o Secretário, vamos dizer, tem um processo no Ministério Público — minto; processo, não, tem inquérito que está sendo investigado? Esse inquérito está com quem? Quem é o delegado?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - O Procurador-Geral da Justiça. Ministério Público.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, não.

(Intervenção inaudível.)

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas como um inquérito não tem delegado? Inquérito sem delegado?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Excelência, é o Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Permite-me, Deputada Laura Carneiro? As infrações penais cometidas por membros do Ministério Público são investigadas pelo próprio Ministério Público, através da Corregedoria, e não através...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Ah! Porque se trata do Secretário do Ministério Público. Está certo.



**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Exatamente. E não através de inquérito policial.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, porque eu não sabia que o Secretário era Promotor. Então, está certo. Então, é o próprio Ministério Público que está investigando.

**(Não identificado)** - Poucas classes podem se auto-investigar.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, só o Ministério Público pode essas coisas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Não, a Magistratura também.

**(Não identificado)** - Também.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sim, juiz e Ministério Público. Mas só então, eu queria só...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Está bom, vamos voltar ao tema.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Sou favorável a que seja público.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, mas é o tema. Então, isso hoje é inquérito do Ministério Público?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, senhora Excelência.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Vamos dizer, interno. Na Corregedoria do Ministério Público.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Na Corregedoria.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Então, Presidente, V.Exa. poderia já requisitar o inquérito para nós.

**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Eu ia sugerir isso ao Deputado Moroni Torgan. Até vai ser interessante a resposta do Ministério Público do Paraná, porque eu defendo a tese de que sejam públicas as investigações, quando envolverem membros da Magistratura e do Ministério Público e não secretas como são hoje. Já seria um grande avanço. Eu espero que o Ministério Público disponibilize a apuração, porque muitas vezes eles negam.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não tenho dúvida de que vão fazer isso.



**O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY** - Eu espero que o Ministério Público do Paraná não se furte a colaborar com esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu só peço que no tempo próprio a Vice-Presidenta possa formalizar a esta Comissão o requerimento.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Formalizarei em alguns segundos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, só como V.Exa. informou, novamente chamar a atenção do advogado que ele não pode se comunicar com a testemunha.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não pode conversar. Eu já falei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Esta Presidência não viu, mas eu volto a fazer a ressalva ao advogado. Parece que a Vice-Presidenta já tinha ressalvado. E tem razão V.Exa.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Continuando, Sr. Presidente, as minhas indagações; o senhor disse que todas as armas apreendidas pela Polícia Federal não eram suas. Quais eram suas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Eu havia respondido já, Excelência, que 4 me pertencem.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Quatro.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Só que essas 4 eu já havia dito que, como o inquérito ainda está em fase de investigação, eu não gostaria de dizer sobre elas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Foram conseguidas de forma legal?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim. Nenhuma foi de forma ilegal.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor comandou um grupo chamado AGUIA, no Município de Ponta Grossa, durante o Governo Lerner?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - O Grupo AGUIA não foi em Ponta Grossa. O Grupo AGUIA foi um grupo fundado em 92, e comandei porque é um policiamento de elite, que visa uma ação contra o crime organizado. Tanto é que durante os anos em que estive à frente nós fizemos a prisão de mais de 1.200 marginais.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas há acusação de que o senhor era comandante desse grupo e de que o senhor usava para despejar e reprimir os sem-terra no Estado. O senhor confirma essa informação?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, isso não é verdade, porque todas as vezes que o grupo AGUIA atuou, a Polícia Militar atuou no Estado do Paraná, ela atuou com ordem e liminar de reintegração de posse, devidamente dentro do que manda a legislação brasileira.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor é acusado de formação de milícias no campo e de tráfico de armas. O que o senhor diz a respeito dessas duas acusações?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Bom, isso não existe. Primeiro, Excelência, eu estou sendo acusado no inquérito também. Já disse que não existe isso, não existe essa história de milícia, não exista essa formação, não existe. Só que eu gostaria de dizer porque não existe isso no inquérito, quando realmente eu for ouvido no momento adequado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - A Operação Março Branco foi uma operação de investigação também de inteligência durante mais de 2 anos. E, segundo, a informação é de que o senhor foi preso juntamente com outros policiais e outras pessoas, e a polícia, ao prender, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar, eles tinham todo o levantamento da sua ação. O senhor continua dizendo que não participa de milícia privada e também não fez tráfico de armas. Há informação da Operação Março Branco mostrando uma outra dimensão. A Justiça vai definir isso aqui.

O senhor é acusado de aliciar jagunços para milícias privadas. Em resposta à pergunta feita pelo Deputado Neucimar, o senhor disse que não eram policiais da ativa, mas o senhor contrata pessoas para essa ação?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Primeiro, gostaria de dizer que não existe milícia e essas acusações por enquanto elas só acontecem na imprensa, não respondi nada ainda judicialmente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E essas pessoas ...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Podia completar, Excelência, permite-me?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Pois não.



**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Essas acusações estão apenas na imprensa. Fui condenado, sou um preso político porque ousei defender a propriedade, defendo o direito de propriedade, sou a favor daqueles que compram e pagam a propriedade e não daqueles que tomam a propriedade. Eu sou a favor disso, eu vivo numa democracia. Eu na minha casa permito que qualquer pessoa entre, só bater na frente e falar que quer entrar na minha casa eu permito. Num acampamento de sem terras, senhores, não se permite isso. Se o senhor entrar lá, qualquer um... Desafio qualquer pessoa aqui que não ligue antes para a liderança lá e vai entrar num acampamento desse, não entra. Porque a liderança do acampamento não permite isso, estão montando... quem tem milícia é o sem terra, eles têm milícia. Funcionário de área privada, funcionários, isso não é milícia, o que é milícia, sim, é um bando que tem intenção não de reforma agrária, mas do poder. Faço um questionamento aos senhores, interessante até aqui, gostaria de um, se o Sr. Presidente me permitir nessa resposta. Temos no Paraná 300 assentamentos hoje e 62 reintegrações de posse não cumpridas. Meu Deus, vivemos num País democrático. Se chegar uma ordem judicial, o senhor tem que obedecer, não podemos desmoralizar as instituições, tem que ser cumprido isso aí. Se tem que discutir de quem é a terra, de quem é o dono, etc. e tal, se discute em juízo, lá é o fórum competente. Agora aparar a gente lá na entrada, segurar com ameaças! No Paraná, existem 300 assentamentos, significa que está na mão, vou dizer, do Paraná, senhores. No Paraná tem 300 assentamentos, assentamentos e 62 invasões. Diferente, assentamento de invasão é diferente. Nesses 300 assentamentos, eles possuem uma área de 350 mil hectares que está na mão dos sem-terra. Isso é um latifúndio, improutivo, não fazem para subsistência. Outra coisa, a lei diz que dentro de 5 a 6 anos cada assentamento desse deveria perder o subsídio do Estado, ou seja, passar a viver com suas próprias pernas, passar realmente para o proprietário. "Seu" José, o senhor tem aqui seus 10 hectares, seus 15 hectares, a partir de agora o senhor já recebeu todos os subsídios, durante 5 a 6 anos o senhor recebeu "x" reais. Então, a partir de agora, o senhor vai começar a produzir, dar o retorno. No Paraná, senhores, temos assentamentos com mais de 20 anos. Por quê? Porque quer continuar mamando na teta do Estado. Esse dinheiro vai. Por que a liderança não quer que ocorra essa liberação? A perda dos subsídios? Porque, quando ocorrer a perda dos subsídios, senhores, é a hora de



pagar a conta. E agora? A hora de pagar a conta, esse dinheiro, ao chegar em cada acampamento daquele, existe o desvio de 3% a 5% nesse trajeto desse dinheiro. Estado — sem-terra — liderança. A liderança não tem vínculo, só tem vínculo de mando lá, mas não tem vínculo responsável lá. Ele não vai assinar dívida, senhores. A liderança não vai assinar dívida. Quem vai assinar dívida é aquele coitadinho que está debaixo da lona lá. Ele vai pagar o dele e o desvio. Então, quando cobrarem a conta, senhores, essas pessoas que estão debaixo da lona vão correr, porque eles... Eu recebi.... Em vez de eu receber 1.000 reais por mês, eu recebia 650, porque uma parte dessa era desviada no caminho. Isso tem de que se investigar, isso aí, tem que se apurar isso aí, tem que ver esse desvio. Por que está ocorrendo essa falha? Outra coisa, senhores, por que só produtor rural que tem que ser produtivo? Por que? De repente, qualquer outro empresário, ele pode ser improdutivo, ele vai falir. Por que só produtor rural tem de ser produtivo? Essa é uma obrigação que eu só vi nos países socialistas. Por que ele é obrigado a produzir? Se ele não produzir ele perde.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, a pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que o diálogo... A Presidência não quer cercear a palavra nem do depoente nem de ninguém, mas eu gostaria de fazer um apelo para a gente ficar naquilo...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, na mesma linha, para equilibrar então, que o nobre Deputado Luiz Couto também seja um pouco mais breve. Ele vai ouvir respostas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu estou fazendo o apelo de que...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - É porque a resposta incomoda. Então, por isso está sendo muito longo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Se fosse uma resposta satisfatória, não teria questionamento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu fiz a pergunta, e ele...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que está transcorrendo bem. Eu acho que está perguntando, está respondendo. Eu só estou solicitando que sejam mais objetivos no assunto da Comissão. Só isso.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor vai ter a sua vez.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Ele já está há 15 minutos falando.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, o Deputado Fraga está nervoso demais. É porque ele disse que teria uma bomba aqui, e...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - A bomba está aí: o seu correligionário envolvido com dízimo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Nem um traque aconteceu aqui. Da próxima vez...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Não aconteceu? Porque V.Exa. é surdo ou cego.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Só um Coronel. O que nós verificamos, Sr. Presidente, é que a testemunha assume a postura de se defender acusando. É uma defesa que ele faz acusando o Secretário, acusando o MST, acusando, enfim, uma série de situações. Então, eu queria apenas saber: o senhor está trazendo esse documento, e o senhor assume esse documento como denúncia trazida pelo senhor aqui para a CPI?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, esse é um documento que está sendo investigado pelo Ministério Público, que nem eu lhe disse.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, mas o senhor assume esse compromisso.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, esse é um documento, sim.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É uma peça...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - É uma peça, tanto é que eu entreguei essa peça aqui.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois, não, Deputado, tem mais alguma pergunta? (Pausa.) Está bom.

Tem a palavra agora o Deputado Lupion.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Eu pergunto a V.Exa. se a sessão pode ser transformada agora em secreta, porque as perguntas que eu tenho que fazer podem vir a ser prejudiciais ao andamento dos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Esta Presidência não tem nada contra em transformá-la em sessão reservada, até porque é um direito que nós



demos a todos os depoentes. Mas teria que consultar os Deputados que estão inscritos logo após V.Exa. sobre isso. Deputada Laura Carneiro?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - De acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Alberto Fraga, está de acordo com o fato de a sessão ser transformada em reservada?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - E depois não volta mais à aberta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Vai voltar com o próximo depoente.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Não, posso inclusive deixar que o Deputado Alberto Fraga faça as perguntas, os outros Deputados e depois eu faço na reservada.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Tem algumas perguntas que gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu só teria que submeter aos demais Deputados.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Inverta a ordem, ele passará a ser o último da relação.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Veja bem, a única coisa que gostaria agora, se V.Exa. me permite, antes de fazer as perguntas, para conhecimento dos nossos pares que o nosso depoente hoje falasse sobre sua vida funcional dentro da Polícia Militar, quantos anos, se teve algum inquérito, se teve algum problema, quais foram suas condecorações, porque não estamos lidando com uma pessoa qualquer. Estamos lidando com uma pessoa que tem todo respeito do povo paranaense — sou de lá, posso falar —, que montou um grupo que se chamava AGUIA, que foi o grupo que acabou com todos os assaltos a ônibus do Paraná, que coibiu enormemente todos os assaltos a cargas no Paraná, homem que tem uma vida dentro de uma Polícia Militar, que considero uma das melhores do Brasil, uma vida funcional que é motivo de admiração de todos. Nós que somos de lá sabemos que existe uma luta política, a politização da prisão do Coronel Neves. Isso foi politizado. Então, é isso que temos de entender.

Então, gostaria de mostrar apenas a Polícia Militar, que recebeu todas as condecorações possíveis dentro da Polícia Militar e foi preso em casa, com 4 armas. E se forem lá em casa, vão encontrar 4 armas também. Então, nós precisamos



entender com que tipo de homem estamos lidando. É como ele disse, é um preso político. É a maior armação que já vimos na história do nosso Estado o que está acontecendo ao Coronel Neves. E, olhem, vivo permanentemente em contato com a polícia e faço que chegue a qualquer oficial da Polícia Militar que vá testemunhar contra o Coronel. Não existe. Existe, sim, motivo de admiração, de respeito, de companheirismo, porque o Coronel é uma pessoa que merece todo nosso respeito pelo que fez, e que, tenho certeza, ainda fará pela Polícia Militar e pelo povo paranaense. Então, nessa história, quero ver conseguirem provar alguma coisa contra o Coronel. É isso que quero ver.

Estamos no meio de um inquérito policial, o Coronel está preso politicamente. Então, a acusação até hoje contra ele é que tem armas em casa. Essa é a grande acusação contra ele. Então eu gostaria depois, na sessão reservada, que ele pudesse, e sei de casos, e ele eticamente não quer tornar público, e vai, e pode caber a nós tornar público, até outro Secretário do Paraná fazendo contrabando de armas dentro do acampamento do MST. Isso é importante. Por isso que já quero evitar — entendeu? —, agora, que isso se torne público. Depois podemos até decidir se vamos ou não colocar isso em público. Agora ele está tendo uma postura ética, deixar bem claro isso, para não fazer nenhum tipo de acusação aqui contra alguém, quando não é dele a acusação, é de terceiros.

Então, ele vai passar esse relatório para nós, e, nesse relatório, vamos julgar se vamos ou não a fundo para denunciar ou não esse trabalho.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me só fazer uma colocação. Esta CPI é para investigar o tráfico de armas e, volto a dizer, não interessa de que lado for. Quer dizer, se são ou não proprietários, não estou preocupado com isso. O tráfico de armas é proibido, deve ser coibido em qualquer um dos lados. Então esta CPI não está a favor ou contra qualquer um dos lados. Acreditamos na lei, na ordem e vamos cumprir a lei e a ordem. E não interessa se é do lado de cá ou do lado de lá, seja o que for. Então isso tem de ficar bem claro para todo o mundo, e quem estiver devendo vai pagar.

Pois não, Deputado Colbert Martins.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O Deputado Abelardo Lupion fez uma acusação aberta de que há um outro Secretário que faz tráfico de armas dentro



de acampamento do MST. E aí, Deputado, como não temos nenhuma dificuldade como está tendo o Coronel agora, acho que V.Exa. tem toda a tranqüilidade de fazer essa afirmativa aqui, até porque V.Exa. tem toda responsabilidade, como nós temos. E que as apurações sejam feitas. Acho que não precisamos ir para uma reunião secreta, já que V.Exa. antecipa algumas informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Só respondendo a questão de ordem de V.Exa., ele disse que isso seria esclarecido numa reunião reservada. Então, é só aguardar a reunião reservada, quando o assunto vai ser esclarecido. Então, não vejo problema.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra a Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Ah, já pode perguntar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Sim.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Vamos lá. Coronel, segundo as informações trazidas a esta Comissão... só ver se está em sigilo aqui, espera aí, deixa-me ver se recebemos... Pela documentação dos Autos de nº 2005-7009001379/7, primeiro vou lhe perguntar: o senhor conhece Ricardo José Derbes?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Qual sua relação com ele? Quem é?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Também ele faz parte, Excelência, desse inquérito. Gostaria também de responder isso no inquérito policial.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O Sr. José Valdomiro Maciel?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Da mesma forma, Excelência.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sr. João Della Torres Neto?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Da mesma forma, Excelência.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O Sr. Nereu Paschoal Moreira?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Da mesma forma, Excelência.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sra. Silvana Araújo de Almeida?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Da mesma forma, Excelência. São 8 pessoas presas, e eu não gostaria de... são 7, aliás, e não gostaria de comentar sobre essas prisões, porque não foi concluído o inquérito. Esse inquérito está na



mão da Polícia Federal. Gostaria de responder depois que tiver esse inquérito na mão e ir direto em juízo.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sr. Coronel, deixe-me só dizer uma coisa ao senhor. O Deputado Abelardo Lupion e todos nós até podemos transformar a sessão em sessão reservada. Mas sessão reservada significa que o senhor pode falar as coisas. Transformar em sessão reservada para o senhor dizer que vai responder em juízo, não interessa.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - V.Exa. me permite, por favor?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Claro.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - É muito simples. Existe um inquérito, Deputada Laura Carneiro, em que ele terá de depor em juízo. Isso é uma coisa normal. Qualquer coisa que ele fale que possa vir a incriminá-lo ele tem o direito a ficar calado.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Ele não é obrigado a falar.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Agora, estamos afetos ao tráfico de armas. Tem coisas aqui extremamente graves, e ele tem um dossiê para nos entregar. Acho que se isso acontecer, é uma coisa muito importante.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Bom, então, Deputado, agradeço. Já entendi, Deputado Abelardo Lupion. Sr. Presidente, já cheguei à conclusão que não vou conseguir fazer as perguntas que quero. Então prefiro fazer na reservada. Dou-me o direito de me inscrever para a reservada.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Queria um esclarecimento de V.Exa., se for possível. Lamentavelmente, não tenho podido participar desta Comissão Parlamentar de Inquérito presidida por V.Exa., mas tenho certeza de que ela está sendo conduzida adequadamente no sentido de uma real investigação que consiga contribuir para que nosso País avance no combate ao combate ao tráfico de armas. O depoente, pelo que percebi, e já ouvi, ele está depondo, ele está preso.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Na qualidade de testemunha.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Sim, na qualidade de testemunha, essa é a primeira coisa. Então está sob juramento. Não é indiciado. Ele



é uma testemunha. Então a testemunha tem de responder as perguntas. Só quem não tem de responder as perguntas é aquele que está indiciado ou acusado. Aí, apenas ele pode se omitir, porque o direito de defesa lhe assegura essa possibilidade de não responder pergunta nenhuma. Mas, se ele é convocado como testemunha, ele tem de responder. Essa é a primeira questão.

A outra indagação que quero fazer: ele está preso por determinação judicial, é isso, pela Justiça Federal do Paraná? Esse detalhe tem que estar claro. Quer dizer, não é uma prisão administrativa pelo fato de ele ser PM.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Prisão provisória.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Sim, mas foi decretada por uma autoridade judiciária.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Judiciária.

**(Não identificado)** - Não é administrativa, não.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Não. Então, é muito importante que se saiba que se trata de alguém preso por ordem da Justiça — é esse o detalhe. Também tenho certeza de que o Relator considera todas essas questões, até porque uma acusação leviana atingindo o Secretário de Segurança do Paraná, que é membro do Ministério Público daquele Estado, é uma coisa muito delicada que eu ouvi aqui. É uma coisa delicadíssima, porque, pelo que eu sei, é um Secretário de Segurança que cumpre suas obrigações, uma pessoa íntegra e que integra a instituição do Ministério Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pode ficar tranquilo V.Exa., o que foi solicitado pelo depoente é que numa sessão reservada ele daria outras respostas que não daria agora. É direito dele fazer essa solicitação. Quanto ao Secretário de Segurança, esta CPI tomará todo o cuidado. Já houve a solicitação para pedir o processo do Ministério Público para que possamos avaliar com toda imparcialidade esse problema.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar o Coronel que está servindo como testemunha.

Quero dizer, Sr. Presidente, que se eu não tivesse um mandato eu acho que já estaria na mesma situação que o Coronel Copetti. Eu não tenho dúvida disso. O



que dizer de pessoas que dedicam a vida para defender a sociedade e lutam por aquilo que acreditam, mas, infelizmente, quando não agradam aos governos, à estrutura pesada de governo, essas pessoas são jogadas às feras?

Coronel Copetti, quero que o senhor saiba, como um coronel também falando ao senhor, que eu tenho muito respeito pelo seu trabalho no Paraná. Quem dera que o País tivesse pelo menos em cada Estado uns 3 coronéis Copetti. Não estaria essa esculhambação que este País está vivendo, onde os valores são invertidos, onde a propriedade privada é espoliada e conta com o apoio de governantes. E pessoas que não sabem sequer quantas balas tem um revólver 38 ficam lendo notícias de jornal para poder fazer inquisição ao senhor. Essas pessoas tinham que tomar vergonha e agradecerem pelo que o senhor fez pelo povo do Paraná. É uma vergonha o que estou vendo aqui. O senhor está sendo muito humilde em não ler a sua ficha. Deveria ler, para que essas pessoas tivessem vergonha de ver o que estão fazendo com uma autoridade pública, que dedica sua vida a defender o povo.

Repto: se eu não tivesse mandato também estaria na sua posição, porque quando me insurgi contra o Governo do PT, aqui em Brasília, eu também fui tachado de chefe do esquadrão da morte. Eu vendi jornal durante quase 1 mês. Eu sei o que é isso. Eu sei o que é isso. As pessoas que estão aqui não sabem. O senhor, perto de Waldomiro Diniz, não é ninguém; o senhor, perto do caso Celso Daniel, não é nada; o senhor, perto desse escândalo das FARC, não é nada. O MST é. É tudo, é tudo de vergonhoso para o povo brasileiro e esta Casa não faz nada, não se impõe. A imprensa muda, calada, ensurdecida.

Quatro armas! O meu porte de armas... Vou dizer para os inimigos: eu tenho livre porte de armas. Eu posso usar uma Magnum. Eu posso usar uma 9 milímetros. Eu posso usar uma 45. Não posso usar um canhão, mas armas de porte eu posso usar. Arma de porte é aquela que pode ser carregada.

Tinha 4 armas, mas a imprensa colocou que tinha 18. Aí as pessoas que não conhecem a vida pregressa de um homem público como este querem dizer que o senhor é traficante de armas. Que coisa mais estúpida e absurda!

Eu fiz o requerimento. É que meu primo rico, Neucimar Fraga — cadê ele, já foi embora? —, ele foi mais rápido do que eu. Mas o Presidente é testemunha que fiz um requerimento para ouvi-lo, porque esta Comissão tem que ouvi-lo, sim, mas para colher informações preciosas que o senhor tem a dar.



Não é traque, não, nobre amigo — e gosto muito, e respeito V.Exa. —, nobre Deputado Luiz Couto. Não é traque, não. É bomba sim, em que um Secretário de Estado cobra dinheiro lá dos assentados, leva armas lá para dentro. Isso é grave, mas o réu aqui é o Coronel. O réu é o Coronel porque é coronel. Esse é seu grande pecado. Sabem aqueles centuriões que crucificaram Jesus Cristo, jogavam dados disputando suas vestes? Era um PM, meu amigo. Pode ter certeza que a maldição vem dali. Tudo que não presta é polícia.

Tenho um profundo respeito pela Polícia Federal, mas acho que exagerou. Exagerou, politizou a coisa, ou politizou. O Governador Requião sabe quem é Ferreirinha. Sabe. E o senhor sabe quem é Ferreirinha. Os que não sabem procurem saber para poder falar alguma coisa.

O que esta Comissão tem de fazer é pedir e o senhor pode colaborar, sim, com o trabalho que Moroni Torgan quer fazer por esta Comissão: nos dê algumas pistas a seguir para podermos chegar no verdadeiro contrabandista, no traficante de armas. O que esta Comissão tem de fazer é requisitar uma fita da *TV Record*, que inclusive mostrou no programa *Domingo Espetacular* que você compra uma arma, e recebe na sua casa, pelo telefone, pela Internet. Temos que requisitar essa fita e correr atrás. São com essas coisas que temos de estar preocupados.

O senhor é um perseguido, é um perseguido. É um perseguido porque denunciou. Veja como é: são as coincidências da vida. Eu passei a ser perseguido no momento em que preendi, também, o sobrinho de um administrador de Brasília, do alto quadro do PT de Brasília, envolvido com drogas. Chegou na delegacia, me ligou para eu soltá-lo. Eu disse: "Aqui, não. Não vou soltar." A partir daí, minha vida foi um inferno.

Mas Deus é muito justo. Mantenha sua serenidade. Mantenha sua postura de homem público. Não se desiluda com nada. Isso é passageiro. Essas pessoas que ficam lhe acusando agora... Daqui a uns dias, é bem verdade, a mídia vai lhe dar duas linhas para que o senhor possa se defender, porque nada do que está sendo acusado será comprovado. V.Sa. tem porte de arma. A lei lhe faculta. A lei lhe faculta. Na minha casa tem mais de 4 armas, sim. Tem mais do que 4 armas, mas no dia em que perder o mandato aí vocês podem invadir e mandar a polícia ir lá me prender. Por enquanto, vão ter que agüentar. E o povo, eu tenho certeza, vai continuar me dando um mandato para que eu possa falar o que o País precisa ouvir.



O País precisa acordar. O País não pode continuar curvado diante de um “abril vermelho”. É isso que temos que estar discutindo, pensando grande.

Quando o senhor criou esse grupo AGUIA... Porque a Comissão não conhece o trabalho do grupo AGUIA, eu queria deixar a pergunta no ar: por que é que o Dr. Adauto, e ouvi aqui o Presidente Moroni Torgan elogiar o Delegado de Polícia Civil Adauto de Oliveira, está afastado? Também está afastado e perseguido.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Trabalhou com a gente.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Exato. Por que está sendo perseguido? Está sendo perseguido exatamente porque está mexendo na ferida; está mostrando que alguns secretários estrelas que não entendem nada de segurança pública têm envolvimento, sim, com drogas. Não estou dizendo com tráfico, não, mas que pelo menos gostam de cheirar um pozinho, gostam. E é isso que está nos documentos. Não é traque, não; é bomba, sim. Não é bomba para os surdos.

Eu, Sr. Presidente, diante de um Estado como é, um Estado rico que é o Paraná — que era rico, porque acabaram com o Paraná —, com 62 reintegrações de posse não cumpridas, isso mostra o estado de incompetência; isso mostra que é um governo, um Estado que não tem rumo, não tem eira, não tem beira. Esse Governador, que arrota pelos quatro cantos que faz... e não consegue absolutamente conter a criminalidade do seu Estado. E, quando aparece alguém que quer trabalhar, recebe tudo isso.

Não tenho realmente perguntas. Não tenho. Só quero que o senhor saiba que enquanto voz eu tiver eu vou defender os homens de bem. Bandido eu quero que se dane, que se exploda. Assaltante, aqueles que invadem terras produtivas, esses eu quero é que se danem, eu quero o rigor da lei para eles. Mas para um homem com a sua história, com a sua vida, o País tem é que continuar lhe dando medalhas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Colbert Martins.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente, eu vou retornar a CPI para o que ela é, não para fazer discurso de cunho político, porque eu acho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Acho ótimo. Infelizmente, o Presidente não... no tempo de cada Parlamentar, o Presidente não pode interferir.



**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - E eu entendo perfeitamente... Mas eu acho que nós não vamos entrar nessa armadilha de desviar o objetivo. Vamos com toda a calma e com toda a tranqüilidade no nosso caminho.

Eu quero me dirigir ao depoente: Tenente-Coronel Neves, é atribuída ao senhor a existência dessas armas. Todas estão registradas... todas estão... tem porte de todas? Quem emitiu o porte, Tenente-Coronel Neves?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Bom, primeiro os militares, o meu caso, eu tenho porte de arma. Agora, quanto a essas armas, detalhe de armas, eu já disse que está sendo investigado pela Polícia Federal. Não se concluiu ainda esse inquérito, e eu gostaria de me manter em segredo.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Não, eu entendo perfeitamente. Mas são armas registradas na Polícia, são armas com carga para a Polícia Militar do Paraná? São armas de serviço, portanto?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - São armas particulares, são armas particulares.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - São armas compradas pelo senhor...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - São armas... Excelência, são armas particulares e de defesa pessoal.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Mas... entendo.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - E eu gostaria também... O senhor veja bem: eu estou respondendo a inquérito, esse inquérito não concluiu. Eu posso estar, de repente, cometendo um delito — o senhor conhece a lei —, não posso falar sobre esse inquérito porque eu não conheço ainda do inquérito, Excelência. Então eu vim aqui para nós contribuirmos sobre a situação de tráfico de armas... de tráfico de armas...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - E é exatamente o que eu quero.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Eu tenho aqui um documento e eu gostaria de, em sessão reservada, repassá-lo porque eu também ainda tenho que comparecer numa segunda CPI hoje ainda. Então eu gostaria, Excelência... Presidente, eu gostaria... Excelência, eu tenho ainda mais uma Comissão em que sou convocado também. Eu gostaria de concluir repassando, reservadamente...



**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu não conclui ainda. Desculpe, eu não conclui ainda.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Reservadamente, Excelência...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Só um pouquinho, nós vamos transformar logo em seguida. O último orador inscrito é o Deputado Cabo Júlio, e imediatamente transformaremos em reservada.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Só... Excelência, eu gostaria só de dizer uma coisa, em resposta ao seu questionamento.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu agradeço-lhe.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Tudo que tratar do inquérito, que eu estou respondendo, o senhor pode perguntar de outra... qualquer outra pergunta, mas tudo que se referir ao inquérito, ao problema de pessoas que estão envolvidas nesse inquérito, qualquer fato que se atribua a esse inquérito, então...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Coronel, o senhor vai desculpar-me, mas eu sei as perguntas que faço, Coronel. O senhor não vai orientar a pergunta que faço não. Eu sei fazer pergunta. O senhor vai... se o senhor não quiser responder, o senhor pode até não querer, mas eu sei o que pergunto, e ninguém vai me dizer o que eu tenho que perguntar aqui não.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Está certo, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Tem V.Exa. a liberdade.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Uma pistola Glock, que é uma pistola fabricada na Bélgica, de plástico, que não é detectada por Raio X, o senhor comprou essa arma onde e quando?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - É a mesma que Lula comprou. Lula comprou 80...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu estou me dirigindo à testemunha...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu garanto...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu estou me dirigindo à testemunha. Respeitei V.Exa...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



---

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu o ouvi, eu estou me dirigindo à testemunha. Eu exijo respeito de V.Exa. e o respeito.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - A palavra está garantida ao Deputado Colbert Martins. Por favor, eu peço...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Vou repetir a pergunta. Vou repetir a pergunta: a pistola Glock, importada, que não é fabricada no Brasil, o senhor comprou como?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu peço a V.Exas.... O Deputado Colbert Martins respeitou a intervenção de V.Exas. Respeitem a intervenção do Deputado Colbert Martins.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Excelência, eu gostaria de novamente responder que eu estou respondendo a inquérito e de invocar o silêncio nessa resposta para S.Exa.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Tudo bem. Um revólver Magnum 357, que não é arma fabricada no Brasil, o senhor comprou como? É arma particular sua, para sua defesa pessoal. Cadê o recibo dessa arma?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Da mesma forma, Excelência, também eu não vou me auto-incriminar. Invoco a Lei do Silêncio.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Entendo, com naturalidade, a sua resposta.

Os policiais da Polícia Federal apresentaram recibos de pagamentos de fazendeiros de Ponta Grossa. O que é isso, Coronel, que recibos são esses?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Excelência, também isso está sendo investigado pela Polícia Federal, não foi concluído o inquérito, não conheço desse recibo. Então eu também invoco o direito de me manter calado.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O senhor recebe recursos, recebe pagamentos como policial oficial que o senhor é...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Também, Excelência...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Colbert Martins, posso fazer um esclarecimento só?

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Claro, Presidente, claro.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - É claro que a testemunha tem liberdade de alegar o dispositivo constitucional da auto-incriminação, mas até isso chega a ser uma resposta também. Então V.Exa. pode continuar.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu gostaria de...

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA** - Deputado Colbert Martins, eu peço também escusas a V.Exa. Na realidade, a testemunha não tem... ela apenas pode responder... A testemunha é obrigada a responder. A CPI aplica, analogicamente, o Código de Processo Penal. Só que, como a testemunha está sendo acusada pelos mesmos fatos perante a Justiça Federal, ela pode responder dessa maneira. Ela não pode se eximir de responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente por ser indiciado em inquérito policial é que tem esse problema. Se não tivesse o indiciamento, V.Exa. teria toda a razão.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O problema é que ela tem um indiciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Mas V.Exa. fez a ressalva justamente como é para ser interpretado. Por favor, continue, Deputado.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O depoente também faz uma acusação da existência de escuta ilegal pela Secretaria de Segurança Pública do Estado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - O Deputado Luiz Couto disse que o advogado está se manifestando com a testemunha. Peço para não se manifestar com a testemunha. Até levar um documento não tem problema, mas se manifestar tem.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O depoente faz uma acusação de que existem equipamentos de escuta e que estão sendo feitas escutas ilegais na Secretaria de Segurança Pública do Paraná. O senhor confirma essa informação também?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Isso se encontra, Excelência, nesse dossiê que eu coloquei...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu li. Mas isso o senhor foi, durante um bom tempo...



**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, eu apenas disse o seguinte, se o senhor verificar esse documento: que existe um aparelho, existe um aparelho chamado guardião, onde existe o desvio de finalidade, existe o desvio de finalidade.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Isso aí o senhor confirma, existe um... ele é usado para escuta clandestina...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Desvio de finalidade: muitas vezes pedem para um fato... às vezes eles pedem investigação para um fato, Excelência, e desviam para outro, como está aí, nesse caso de Colorado. Se o senhor, interpretando...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O senhor, como oficial à época, já usou os serviços desse equipamento, não? O senhor já requisitou serviços dele para escuta?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, senhor, desse equipamento, não.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O senhor nunca utilizou desse equipamento aqui de escuta clandestina?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Desse equipamento aí, não.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O senhor também vai entregar ou já está aqui informações que dizem respeito a tráficos de armas para acampamentos do MST. O senhor disse que tem informações que podem trazer elucidação sobre pessoas que levam armas para acampamento do MST, é isso?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - É isso sim, senhor. Isso eu vou fazer reservadamente.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Inclusive Secretários ou pessoas ligadas ao Governo do Paraná?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, senhor. Eu vou fazer reservadamente, Excelência.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O senhor não tem nenhuma informação quanto a outras pessoas que traficam arma no Paraná, somente pessoa que leva para o MST. Para outros tipos de traficantes, de cocaína, o senhor não tem nenhuma informação sobre esse assunto?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, que nem eu havia respondido inicialmente, Excelência: que eu pedi um prazo, inclusive para o Presidente, no futuro, eu poder trazer mais nomes confirmados, porque eu não tenho nomes



confirmados ainda, porque faz 5 anos que eu estou afastado do serviço de inteligência.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O senhor está... neste momento, o senhor trabalha em uma função administrativa, pelo que eu posso perceber.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Administrativa, isso.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Então, as informações que o senhor tem dizem respeito a armas que são levadas para os acampamentos do MST exclusivamente.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Desses, sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Desses aí. O senhor também disse que há desvio de recursos ou pode haver desvio de recursos no pagamento de indenizações para assentados, é isso?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, também existe isso, Excelência.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Existe isso? Isso é por parte de quem, do INCRA?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, senhor, por parte de lideranças do movimento.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Esses recursos são do Governo Federal?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Governo Federal.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Que vão para...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - É, isso está sendo investigado pela CPI da Terra, Excelência...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Para poder identificar se existe algum tipo de desvio?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu agradeço ao senhor pelas...

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Eu só gostaria... O Deputado Lupion, Presidente, me pediu para falar uns 2 minutos da minha qualificação, se o senhor me permitir... Ele me pediu, e eu acabei não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Assim que o Deputado Colbert encerrar. Já encerrou?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Ele encerrou.



---

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu encerrei, e agradeço a atenção de V.Exa.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Se o senhor permitir, eu gostaria de... em 2 minutos a gente encerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Dois minutos V.Sa. tem.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Eu sou uma pessoa de família humilde, nascida no interior do Estado, numa "cidadinha" pequena. Então, eu conheço a vida inicial de dificuldades, de sítio. E a vida foi me proporcionando... eu acabei, na seqüência de tudo, fazendo um curso. Sou formado em Direito, sou Bacharel em Direito pela Universidade da Pontífice Católica; sou também engenheiro civil formado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; tenho pós-graduação em Cálculo Estrutural pela Universidade Federal do Paraná; recebi vários títulos da Assembléia Legislativa, e da Câmara de Curitiba, e da Assembléia Legislativa do Paraná, como Policial do Ano. Eu pertenço ao quadro de honra da Polícia Militar, e a Polícia Militar tem mais de 150 anos. E, nesses 150 anos, tem apenas 52 que pertencem ao quadro de honra da Polícia Militar. Eu sou um deles. Eu tenho medalha também de mérito que é concedida só para aqueles que se destacam realmente e ganham inclusive pontos por isso pelo Estado do Paraná. Todas as minhas promoções até coronel foram feitas por merecimento, até Tenente-Coronel, melhor dizendo, por merecimento. Tenho vários cursos, inclusive estágio até fora do Brasil. Estive inclusive visitando o próprio FBI, a CIA, entre outros. Escrevi várias monografias sobre o Movimento Sem-Terra. Escrevi uma para especialização, escrevi outra para a Escola Superior de Guerra. Fiz um projeto de assentamento no campo para evitar realmente, para não dizer que eu persigo o Movimento dos Sem-Terra, fiz um projeto de assentamento no campo. Isso significa ocupar, comprar para invadir, desculpe, é comprar para ocupar e não invadir para não desapropriar. Então, tem todo um sistema. Eu tenho esse projeto montado, quando eu fui coordenador do conflito agrário envolvendo o Estado do Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nunca persegui o Movimento dos Sem-Terra, quero deixar bem claro isso aqui. O que existe, na realidade, eu denuncio é uma liderança criminosa que desvia. Eu não estou acusando aqui aquela pessoa lá. Obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Cabo Júlio, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Bem, Presidente, eu vou ser bem rápido, até porque estou muito ansioso por essa sessão reservada. Acho que nós teremos muitos assuntos para tratar. Bem, nós não queremos nem devemos politizar a discussão que está sendo travada aqui. Eu acho que o grande interesse da Comissão é saber se o Coronel é traficante de armas ou não é. Ou que informações o Coronel teria para nos dar a respeito. São duas linhas diferenciadas, não é? Ou que informações o senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pode continuar, Cabo Júlio.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Ou que... É o Lula ligando para ele aqui. Ou que informações o Coronel teria que poderia nos auxiliar, já que a nossa linha de atuação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pode continuar.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Estou tentando, não é? Ou que informações... Eu ouvi atentamente cada um dos Srs. Deputados. Ou ...

*(Intervenções simultâneas in/inteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu vou pedir agora que o Cabo Júlio possa ser agora ouvido pela Comissão. Mas V.Exa. também, pequenas interrupções sempre acontecem em todos os plenários. Então, V.Exa. pode continuar.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Sim, sim. O pessoal está com os ânimos acirrados, não é? A diferença é que tem 217 mil votos envolvidos, não é? Mas vamos lá. Voltando aqui à linha da nossa motivação da convocação do Coronel, vou repetir: são essas duas linhas, não é? O que nós queremos saber inicialmente é se o senhor tem ou não envolvimento com o tráfico de armas pelo que foi noticiado. Eu vou concluir a pergunta. É uma linha. E a segunda linha é: que informações, pela experiência que o senhor tem nessa área, teria a respeito de tráfico de armas lá no seu Estado?

Bem, como eu disse, essa discussão não pode, não deve ser politizada. Mas infelizmente ela tomou um rumo politizado quando o senhor foi... E aqui eu vi aqui os jornais, todos eles, pelo que eu tenho aqui em mãos, todos eles levaram uma conotação de que foi preso o Coronel que é contra o MST, e isso é aquilo.



Bem, eu queria entrar numa linha, a seguinte: quando no Governo anterior... eu não quero entrar no mérito, até porque o Governador de lá é do meu partido, mas a discussão aqui é muito maior do que isso; ela não é partidária, mas parece, salvo melhor juízo, aqui nós temos alguns defensores de algumas linhas de pensamento, mas parece-me, e aí nós vamos aprofundar certamente nessa sessão reservada, é que o Governo local, pela informação que nos chegou, por exemplo, 62 integrações de posse que a Justiça concedeu, e deveriam, em tese, ser cumpridas, não foram cumpridas. E aí eu entendo que talvez o Governo do Estado tenha a sua linha de simpatia com o Movimento Sem-Terra, mas eu acho que decisão judicial é para ser cumprida, independente de que linha de pensamento eu tenho. E cabe até uma intervenção no Estado pelo não-cumprimento dessas decisões judiciais.

Mas parece que no Governo anterior, quando existia, nem sem quem era o Governador anterior e também não me interessa saber, minha discussão não é essa, mas parece que no Governo anterior o senhor era visto de uma forma na sua atuação profissional. No Governo atual o senhor passou a ser um — abre aspas — “marginal”, porque a simpatia do Governo, e falando numa estrutura, é diferenciada.

Bem, mas partindo disso, eu quero, primeiro, fazer uma colocação. Parece-me que há uma inversão, e aí não quero entrar no mérito da sua prisão ainda, nós vamos chegar lá. Mas parece que há uma inversão aí de valores. Os jornais locais noticiam que há uma, vamos dizer assim, organização criada, e aí no caso chefiada pelo senhor, que era paga pelos fazendeiros com uma milícia armada para reprimir as invasões. Parece que essa é a linha que os jornais tomaram. Mas espera aí. Quem se organiza para defender o direito de propriedade passou a ser marginal? Mas espera aí, e quem se organiza para tomar terra de quem é dono é o quê? Que inversão que está havendo aqui? Se eu tenho a minha terra e há um risco de invasão por quem não é dono dela, e eu me organizo, eu passo a ser marginalizado. E aqueles que estão tentando invadir o que é meu são o quê?

Parece que este País precisa repensar. E aí nós temos que repensar que país que nós queremos, ou que direito de propriedade que nós queremos. É claro que, olhe nós estamos falando aqui em terra improdutiva. Quer terra mais improdutiva do que a do Exército? Por que não começamos a reforma agrária por lá? Então, há uma grande inversão da discussão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Então, eu vou parar de falar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Eu quero falar. Eu quero ter o direito de colocar o meu pensamento como eu acho.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Nobre Deputado, V.Exa. está falando comigo? Eu não estou falando com V.Exa., eu estou falando com o Presidente.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - V.Exa. falou que esse não é o tema. É o tema sim.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas não é o tema, não. Nosso tema é arma, e vocês transformaram a reunião em MST.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Nós estamos numa discussão, há uma prisão no Paraná, onde há uma discussão de reforma agrária, há uma discussão de tráfico de armas e há motivação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu peço à nossa Vice-Presidenta que respeite o tempo.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Claro. Onde há motivação.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu respeitei. Eu estava falando com V.Exa. Não estou falando alto nem para ele. Se ele ouviu, azar o dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Está bem. Já foi feita a colocação. Cabo Júlio tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - V.Exa. pode falar o que bem entender, e mesmo que eu não concorde, eu vou respeitar. Eu só quero que V.Exa. respeite o meu direito de falar. Isso V.Exa. deve respeitar. Não nem deve, porque, se falar, eu não vou atender.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Então, V.Exa. não tem o direito de falar para eu calar a boca.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Então, vamos voltar ao assunto. Primeiro, ninguém quer calar ninguém, porque ninguém tem o direito de calar ninguém. Cada um fala o que quer e assume o risco de falar.



---

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Eu não tenho arma para entregar. Ele é que está fazendo a besteira. Eu estou aqui na minha, eu estou escrevendo um relatório aqui. Não tem nada a ver com isso.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Eu tenho arma para entregar. E a minha arma é a palavra e o direito de exercer o mandato. Isso ninguém vai calar. Mas eu quero voltar ao meu tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deixem-me dizer a V.Exas. — só um pouquinho —, deixem-me dizer a V.Exas. que esta Presidência tem sido condescendente com todos os Deputados. E cada um, no seu tempo, tem a liberdade de falar o que bem entende, apesar do apelo desta Presidência para que se concentre no tema da Comissão. E eu tenho certeza de que o tema da Comissão não tem partido a favor ou contra. Todos são a favor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Claro, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - E tem que ser a favor do desarmamento de um lado ou de outro. Então, eu peço a V.Exas. que não dêem importância para esses comentários fora do microfone e que continuem a sua argüição.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Vamos tentar continuar aqui, Presidente, vamos tentar continuar. Bem, eu até perdi a linha de raciocínio, é difícil. Mas vamos lá. O Estado não cumpre. Aí a primeira pergunta que eu quero fazer é a seguinte a V.Exa. O processo administrativo que V.Exa. está sendo, administrativo, está sendo alvo lá é o...?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Por essa prisão?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Anterior a essa prisão, qual era a sua situação?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, anterior a essa prisão, eu nunca recebi um memorando sequer durante toda a minha carreira de policial, um memorando, quanto mais uma punição ou qualquer coisa que o valha.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Esse grupo de que V.Exa. parece que era o coordenador, o comandante desse grupo chamado AGUIA, ele era direcionado somente... Por que o que dá a entender é que essas armas que foram apreendidas



na sua casa, na sua residência, eram armas que pertenciam às pessoas que pertenciam a esse grupo. É isso que dá a entender. Se V.Exa. não quiser responder tudo bem, mas esse é o entendimento que parece que algumas pessoas têm. Essas armas que foram apreendidas, que V.Exa. diz que são 4, a imprensa diz que são 18, então, há uma diferença grande entre 4 e 18. Aí V.Exa. diz que essas armas são legais, legais no sentido de que os calibres delas eram permitidos ou legais no sentido de serem armas registradas e que estavam em sua propriedade? V.Exa. vai dizer que o inquérito está andando e tal, tal, tal; vamos respeitar, por enquanto, até entrar na sua ação. A pergunta é: o grupo AGUIA, que V.Exa. comandava, ele era um grupo onde só atuava somente nas reintegrações de posse ou atuava em outras ações?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, o Grupo AGUIA ele significa, AGUIA significa Ação de Grupos Unificados de Inteligência e Ataque. Esse é o significado de AGUIA. Ele foi criado para o combate ao crime organizado, combate a assalto a ônibus e também para informações. Jamais o grupo AGUIA invadiu qualquer acampamento arbitrariamente, jamais espancou alguém arbitrariamente. Isso nunca ocorreu. O grupo AGUIA ele fazia, sim, informações para o comando da Polícia Militar e fazia também um trabalho contra o crime organizado. Esse era o objetivo principal, ele foi criado para o combate a assalto a ônibus.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Mas V.Exa. foi, foi não, está sendo acusado de — abre aspas — “comandar uma milícia armada”. Ou seja, quem tem uma milícia armada tem muita arma. Essa é a acusação que pesa. Aí V.Exa. fez uma contradenúncia. Foi denunciado, alguém denunciou, a sua casa foi invadida legalmente pela Polícia Federal, que fez a apreensão. E V.Exa. fez uma contradenúncia, dizendo que há armamento dentro do MST. Bem, V.Exa. fez essa denúncia de que há armamento dentro do MST quando?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não entendi, Excelência.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - V.Exa. disse aqui, eu estava ouvindo, que existem armas dentro dos acampamentos do MST. V.Exa. fez essa denúncia quando?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Essa denúncia sobre...

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Formalmente.



**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Formalmente, desde à época em que nós fizemos, que eu participei de algumas reintegrações de posse e que foram autuadas muitas pessoas lá por porte ilegal de arma na época.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Lá dentro?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Lá dentro dos acampamentos. Nessa época já era público e notório. Foram presas 5 armas, 6 armas, 10 armas, 8 armas, 9 armas.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Calibre, calibre?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Calibre, todos os calibres, era desde armas de porte até armas mais longas, calibre 12, espingardas, revólver e assim por diante. Vários tipos.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Então, de baixo impacto, arma de baixo impacto.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - É, nunca... Já aconteceu, veja bem, já aconteceu, em épocas de despejo, de nós depararmos até com bomba, preparado, onde o pessoal, tipo artesanal, onde... Se me permitir, posso explicar, Excelência. Onde eles pegavam um garrafão normal, esse garrafão tipo de vinho, colocavam a metade de combustível dentro desses garrafões, que foram apreendidos inclusive por nós. Tem tudo isso, na época, apreendido pela Polícia. Era colocada a metade de combustível, depois um bombril ligando esse combustível até a boca desse garrafão lacrado em cima com gesso e com arame em cima e ligado na cerca de arame e enterrado. E daí quando eles dessem um curto lá e chegasse ali, provavelmente haveria a explosão desse material. Foi detectado isso aí. E foi apreendido isso aí. Eu não me lembro agora o nome da fazenda, parece Fazenda Sandra, Sandra, se eu não me engano, senhores, parece que era a Fazenda Sandra na região de Paranavaí. Eu não quero aqui, na realidade, parece que foi nessa fazenda foram apreendidas essas bombas artesanais lá.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O Paraná, Estado de V.Sa., parece ser um grande corredor de tráfico de armas, é isso?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim, porque ele...

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Ou até pela fronteira ali.



**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Pela fronteira. Em razão da fronteira, sempre existe a passagem de armas, porque ele faz divisa com o Paraguai, faz divisa com a Argentina, e assim por diante.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O.k.

Eu quero encerrar por enquanto, Presidente, para na reservada a gente retornar a perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado. O Relator tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar aqui, manifestar uma certa estranheza com algumas manifestações de colegas que, do meu ponto de vista, chegam a extrapolar um pouco o objetivo do trabalho desta CPI.

Nós estamos realizando uma CPI para investigar tráfico de armas, contrabando de armas e munições, entrada de armas ilegais no País. Uma ação da Polícia Federal, da Secretaria de Segurança de um Estado, culmina na prisão de um conjunto de pessoas, entre elas um oficial de escalão superior do Estado. A Justiça Federal determina que seja efetuada a prisão provisória. Não estamos aqui tratando de um fato qualquer; pela própria ficha do oficial, apresentada por ele mesmo, trata-se de um homem com uma longa folha de serviços prestados, o que torna o fato mais grave. E alguns colegas Deputados parece que estão temerosos, receosos, envergonhados, pelo fato de que esta Casa convoca um tenente-coronel.

Ora, Sr. Presidente, o bandido que for preso com meia dúzia de armas, certamente a Polícia resolve, trata do assunto. Agora, se um tenente-coronel, um dos comandantes da Polícia Militar de um dos Estados mais importantes do País é preso com armas ilegais, suspeito de contrabando, de entrada de armas clandestina no País, e nós não o chamássemos a depor, estaríamos aqui brincando de CPI. Mais do que isso, Sr. Presidente: o inquérito que está sendo realizado no Paraná está evoluindo, vai chegar à conclusão durante o trabalho da CPI.

Coronel, nós queremos saber como essas armas entram no País, como é que armas clandestinas, ilegais, foram apreendidas junto com esse grupo. Não é do senhor, muito bem, não é? Queremos é que o senhor nos ajude. Não é do senhor, o senhor só tinha 4 armas? Ótimo, Coronel, que bom para o senhor, o senhor vai ser inocentado. Mas e as outras? As outras armas que estavam juntas ali e foram



citadas aqui pelos colegas? Armas de utilização proibida, que vieram do Paraguai. Queremos que o senhor nos diga, Coronel, de onde vieram.

O senhor vai se incriminar se nos disser de onde veio a arma, Coronel? O senhor é um homem com 30 anos de serviço público; o senhor pode inclusive ser beneficiado, Coronel, se o senhor nos ajudar a nos dizer. Não são do senhor as armas? Que bom! Que bom que não são do Coronel! Então, de quem são? O senhor pode nos ajudar a dizer de quem são as armas? É minha primeira pergunta. O senhor está disposto a nos ajudar a dizer de quem são as armas, Coronel? As que não são suas?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Excelência, uma coisa: eu falo das minhas armas; da dos outros, não sei, não posso dizer.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Mas o senhor é testemunha, Coronel.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Não, Excelência...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor é um homem público, com 30 anos de serviços prestados, vem me dizer que não pode dizer de quem são as outras armas? O senhor é polícia, Coronel.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - O senhor... veja bem, eu não posso dizer, também não posso dizer que senhor tem duas ou três armas na sua casa. Não sei o que o pessoal, quando foi preso... estiveram na sua casa, Excelência. Não posso dizer; não sei se eles compraram, qual foi a situação.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Relator, o total de apreensão, pelo que eu pude me informar durante a sessão, é de 16 armas. Com ele, 4; na fazenda mais não sei quantas, dos outros; total: 16.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu quero insistir que o Coronel está aqui na condição de testemunha. Um cidadão que tem 30 anos de serviço público prestado à Polícia Militar do Estado do Paraná e que alega que é inocente, até que se prove o contrário, é inocente, mesmo que a Polícia Federal tenha determinado sua prisão. Mas avalia que vai ser incriminado se nos ajudar a nos dizer quem são os outros.

Quem são as outras pessoas, Coronel, que foram presas? Por que elas foram presas junto com o senhor, Coronel? O senhor é inocente. E os outros, por que é que foram presos?



**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Excelência, eu posso falar do meu caso.

Não posso dizer dos outros, porque eu não tenho conhecimento ainda do inquérito, do que é que se averiguou, do que é que se está levantando nesse inquérito, que não foi concluído.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Nobre Relator, V.Exa. me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Que armas são as 4 armas do senhor, Coronel?

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Essas armas, excelência, eu gostaria de responder isso em juízo. Eu gostaria de invocar o meu direito. Não foi concluído o inquérito ainda. Eu gostaria de responder isso...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Mas, Coronel, o que é que tem a ver o senhor nos dizer com qual arma que o senhor foi preso com a conclusão do inquérito, Coronel?

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O senhor falou que a arma é ilegal.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor é Coronel.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Excelência, veja bem uma coisa, além de tudo isso existe ainda a anistia branca. Até o dia 23 de julho eu posso fazer a devolução dessas armas. Eu tenho porte de arma; então, eu gostaria de...

(Intervenção inaudível.)

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sim. Eu gostaria...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Porte de arma ilegal.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Eu gostaria, excelência, de responder isso em juízo, porque não foi concluído esse inquérito. Esse inquérito ainda está em andamento, então eu gostaria que a Polícia, que está investigando, dissesse a origem dessas armas.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - V.Exa. me concede um aparte, nobre Relator?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Com todo o prazer, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Olhe, eu queria pedir desculpas, mas eu acho que tem um erro aqui. Na verdade, o senhor é testemunha. Quando a gente imagina, vou voltar a dizer, em transformar a sessão em reservada... Eu não fiz as minhas perguntas imaginando que, reservadamente, o senhor vá responder,



senão eu vou começar a fazer as perguntas, e aí é outro esquema, como a gente diz aqui na nossa gíria. Ou o senhor vai ajudar na reservada... Se o senhor me responder na primeira pergunta da reservada “*eu me resguardo o direito de responder em juízo*”, a gente volta, Moroni, para a sessão aberta. Senão não faz sentido a reservada. A reservada é para o senhor poder auxiliar os trabalhos da CPI. Senão a gente vai ter nesta Comissão, Deputado Moroni Torgan, e aí isso é sério, um precedente complicado. Cada um que sentar aqui vai dizer que se reserva ao juízo, faz-se a reservada, chega na reservada e não se diz nada. De que é que me adianta a reservada? Então a gente faz o que a gente normalmente... Abre logo o verbo, e aí acabou. Fala cada um que quer, e acabou.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Deputado Pimenta, Deputado Relator, me conceda um aparte V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deixe eu só fazer...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Em um minuto eu vou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Vou dar...

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - ...talvez tranqüilizar o Coronel Copetti com o que eu vou dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Concedeu um aparte, Deputado?

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - O Relator me concedeu um aparte.

Eu só queria dizer que, à luz do estatuto em vigor, de acordo com a legislação em vigor, existe uma vacância. Existe hoje uma... como é que se chama? Qual é o termo?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Anistia branca.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Uma anistia branca, e presume-se de boa-fé aquelas pessoas que entregaram suas armas. E parece-me até que ele já entregou as armas. Então eu acho que, se ele não quiser — talvez seja por orientação do advogado —, não haveria nenhuma necessidade, nenhum problema em declinar essas armas.

No entanto, Sr. Presidente — quero lembrar, para encerrar o meu aparte —, ontem tivemos aqui uma traficante. Aquela verdadeiramente é traficante. E ela se recusou, no direito constitucional de não falar. Eu não vi tanta ênfase em querer pressionar aquela pessoa que estava... É verdade, Laura, é verdade, sim. A mulher



chegou aqui, a tal de Covolo, com um telefone celular que mostrava os AR-15, não sei o quê, não sei o quê. E ela disse: "Ah, não sei. Eu fui para tal lugar porque... não sei." E eu não vi ninguém ir com tanta sede assim.

Eu acho que o Relator está no papel dele, os Deputados estão no papel de interrogar, mas nós temos que respeitar o direito constitucional do depoente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Só para não ficar um mal-entendido aqui, Deputado Fraga, V.Exa. participou de uma parte da sessão de ontem. Nós permanecemos aqui até a noite. Teve vários outros desdobramentos que certamente não são ainda de seu conhecimento. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Relator, permita-me...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu precisaria retomar a minha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu vou lhe devolver a palavra imediatamente. Só quero dizer que nós temos agora uma questão de tempo. O Presidente da CPI da Terra está aguardando só o depoente também, para isso. Está aqui o Vice-Presidente, com a missão de levá-lo. Eu acho que a reservada é muito melhor sair na seqüência, e ouvirmos os outros, porque depois também ele...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Nós temos que ouvir ainda...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - ...com certeza vai demorar umas 3 horas lá.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu quero, Sr. Presidente, então, a bem do andamento do trabalho... Nós temos ainda um outro. Nós temos ainda o cabo da Polícia, ex-cabo da Polícia Militar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu coloco ao Plenário essa possibilidade.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Só quero concluir aqui minha fala.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - Eu acho que nós poderíamos fazer aqui da seguinte forma: eu retiro o meu pedido de sessão reservada. O que eu vou fazer eu vou fazer em público. As denúncias que nós temos, que o depoente aqui trouxe, nós vamos fazer em público agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Ótimo. Fica resolvido.



**O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION** - E acaba a história da reservada.

Então eu vou antes, se o Relator me permitir...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Então o Relator fala...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Eu estou inquirindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - ...termina de falar, e logo depois eu darei a palavra para as considerações finais do...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - O Relator tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente, quem solicita a reservada sou eu, a partir de agora. Quem tem interesse sou eu em ouvir também. As declarações do Deputado Lupion, todas — eu já provoquei —, quero ouvi-las. Agora, se tem reservada, eu também quero. Eu sou o autor agora.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O que eu quero, Sr. Presidente, aqui, mais uma vez, antes de retomar minhas perguntas, é o seguinte: eu acho estranho, Sr. Presidente, que, diante de uma CPI que tem única e exclusivamente o objetivo de investigar o tráfico e o contrabando de armas, seja colocado aqui um conjunto de considerações como que para evitar que o foco do nosso trabalho possa ser desenvolvido. Tem denúncia contra o Secretário de Segurança do Estado do Paraná? Façam no fórum adequado. Querem propor uma investigação sobre não sei o que lá, façam, mas não vamos tirar o foco da nossa investigação. Qual é o foco da nossa investigação? Armas, contrabando de armas, entrada de armas.

Então eu quero aqui insistir na seguinte questão: Coronel, o senhor, como um oficial graduado da Polícia Militar do Estado do Paraná, com toda a sua experiência, com toda a sua história, poderia nos dar mais informações a respeito das armas que foram apreendidas com as demais pessoas que foram presas com o senhor, e que, portanto, essa informação em nada vai incriminar a sua situação dentro do processo?

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deixe que ele responda ao Relator, que é o último inscrito oficialmente, e eu vou dar a decisão de V.Exa.

**O SR. WALDIR COPETTI NEVES** - Sobre as minhas armas, excelência... Eu não conheço a origem das armas dos demais que foram presos, não sei da origem das armas, como foram adquiridas. Primeiro eu quero dizer que não sou



contrabandista de arma, nem tenho milícia particular. Isso não existe, está certo, excelência? E quanto a minhas armas eu já invoco novamente o silêncio, que elas estão sendo investigadas. A Polícia Federal está investigando, e eu não gostaria, na realidade, de fazer uma delação premiada. Eu gostaria de invocar o silêncio. E, sobre a situação reservada, seria justamente o que o Deputado Lupion... Eu trataria somente daquele assunto, que eu queria... Só sobre aquele assunto. Os demais, eu vou invocar o meu silêncio sobre armas. Encerrando, as últimas perguntas que eu respondo seriam sobre aquela situação. Aquela situação eu vou invocar o meu silêncio, não vou me auto-incriminar, porque o Direito Constitucional me assiste.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Que situação?

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sr. Presidente, eu quero concluir minha participação dizendo que eu fico frustrado. E lamento, Sr. Presidente, porque, sinceramente, se por um lado é compreensível que, como uma pessoa que está respondendo inquérito, o nosso oficial tenha a prerrogativa de não responder, a fim de evitar que alguma resposta pudesse incriminá-lo, eu considero absolutamente injustificável que alguém com 30 anos de serviço público na Polícia Militar do Estado do Paraná não se disponha a nos auxiliar em uma vírgula com relação às outras pessoas envolvidas, com as outras armas envolvidas. As armas que ele tem são legais? Que bom para ele. Ele não é membro de quadrilha? Que bom para ele. Mas não poder nos dar nenhuma informação a respeito das outras pessoas presas, das armas presas, sob a alegação de que isso poderia incriminá-lo... Então, do meu ponto de vista, Sr. Presidente, eu acho que o Coronel certamente terá que ser reinquirido, quando da conclusão do inquérito, para que nós possamos de fato analisar o real envolvimento. E, de minha parte, por hoje é isso, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me colocar...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Há um compromisso desta Presidência com a Presidência da outra CPMI. Conseqüentemente, eu não tenho como segurar o depoente mais tempo aqui. Ele voltará, sim, para uma sessão reservada aqui, se for desejo dos Parlamentares, ao fim da oitiva da outra testemunha. Então, ao fim da oitiva da outra testemunha...



E eu vou explicar por que é necessária uma sessão reservada. Porque o processo dele segue em segredo de Justiça, e, numa sessão reservada, o óbice do segredo de Justiça cai por terra, consequentemente a sessão reservada é importante. Se quiserem, depois, declarar também publicamente alguma coisa...

Nós continuaremos agora a sessão ouvindo outra testemunha. E se qualquer Deputado quiser declarar publicamente... O Deputado Onyx Lorenzoni é o Vice-Presidente da outra CPI e tem o compromisso de, em duas horas, trazê-lo de volta. Consequentemente, eu dispenso, por enquanto, a testemunha, para que possa ser ouvida na outra CPI, que vai na companhia da Segurança.

Que a próxima testemunha, que é Adair João Sbardela, seja preparada para vir.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente, eu pedi uma questão de ordem. V.Exa. pode me conceder?

Eu quero apenas registrar que, de todos os Deputados — eu, em homenagem a V.Exa., não falei novamente —, deixei de fazer as perguntas imaginando que nós faríamos a sessão reservada. Fui tomada por uma sessão que não vai existir, e quero pedir a V.Exa., desde já, que ele seja reconvocado para uma sessão nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero dizer o seguinte: vou continuar investigando e não vou perder a minha calma, com grito, com a desqualificação. Não é o grito nem a arrogância de alguém que vai me obrigar a perguntar o que ele gostaria que eu perguntasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Até porque estou muito...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E eu quero dizer que não vou aceitar. Porque tem gente que gosta de gritar, mas eu vou ficar sempre na minha calma e vou fazer a investigação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - V.Exa. faz muito bem.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ...porque eu estava fazendo a investigação, as perguntas, dentro do conteúdo da CPI. Então eu quero dizer que não me intimida isso aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - E eu quero dizer que esta Presidência trará o Coronel para ouvi-lo reservadamente, e todos os Srs. Deputados



vão poder argüí-lo. Então não há nenhum problema nisso. Nós temos outra testemunha.

Acho que o depoimento poderia ter sido bem mais completo. Tenho a esperança de ter um depoimento mais completo na sessão reservada. E, volto a dizer, esta CPI não está interessada no problema agrário. Tem outra CPI que cuida disso. Esta CPI está preocupada com o problema do tráfico de armas, que, se for feito pelos produtores, está errado, se for feito pelo MST, está errado, se for feito por quem quer que seja.

Mas o mais errado nisso tudo, que eu vi até agora, é que o Paraná é uma das principais rotas de tráfico de armas do País, e apreensões quase nada acontece, quase nada acontece. É isso o que me preocupa. Essas briguinhas entre produtor e coisa, tudo bem, acho louvável, cada um tem a sua ideologia e vai defendê-la, agora, eu não quero entrar nisso. O que eu quero entrar é que nós temos um corredor dentro do Brasil que, infelizmente, pelo que nós vimos aqui até dessa declaração, quase nada está sendo feito para coibir o tráfico de armas. E é isso que nós pretendemos coibir.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Primeiro, sobre a sessão reservada. A sessão reservada foi solicitada no intuito de o Coronel... Ele se propôs a nos passar alguma coisa ou não? É a primeira pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Sim, ele se propôs.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Ah, então o.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Foi essa a razão que nós colocamos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pela ordem, Sr. Presidente. V.Exa. me concede um aparte, Deputado Moroni? Ele se propôs a entregar um dossiê.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Sobre armas?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não. Documentos que ele vai entregar para nós.

(Intervenção inaudível.)



**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Eu não sei. Eu não vi o dossiê, como é que eu vou saber o que é?

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Se não for sobre arma, não tem nem o porquê.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Sobre entrada de armas nos acampamentos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sobre entrada de armas nos acampamentos, mas não sobre a questão específica do inquérito.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Presidente, se for para falar que o Secretário cheira pó, não tem por que ter reservada, que não é o foro apropriado. Se for para falar que isso ou aquilo... Se ele solicitou a sessão reservada ou foi solicitado ao Deputado que o fizesse porque ele vai nos passar alguma informação sobre armas, aí nós temos o porquê de ter a sessão reservada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - O conhecimento que eu tenho é sobre armas.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Está entendendo a minha pergunta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - É uma sessão reservada sobre armas.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Até porque, na sessão reservada ele não pode fazer essa alegação, porque não tem por que ele falar assim. Quantas armas você tem? Quatro? Dezoito? Elas já foram apreendidas! Ele não vai produzir arma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me explicar outra coisa, que talvez os Deputados não estejam entendendo. Há um princípio constitucional de que ninguém é forçado a produzir prova contra si mesmo. Mas o fato de arguir esse princípio constitucional é uma resposta, é sinal de que naquela resposta ele acha que vai produzir prova contra ele. Então, isso não é a minha preocupação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, o senhor mesmo falou que o processo originário dele está correndo em segredo de Justiça. Nada mais lógico do que a nossa reunião ser reservada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente, para poder dar a chance de falar coisas que ele não tem falado. Entendeu? Então é tranquilo.



E eu tenho a esperança de que uma pessoa que trabalhou 30 anos naquela fronteira nos dê também algumas rotas, porque aqui não foi dado nada.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Deputado Moroni, o Coronel, que está com a mente tão afiada quando se fala em MST, deve ter a mesma mente afiada para outras apreensões e buscas de armas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Espero que sim.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Trata-se de uma pessoa preparada, trata-se de uma pessoa condecorada, que não pode ser que ele só enxergue um lado da questão. Com certeza ele vai ter informações boas de todos os lados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu tenho grande esperança na sessão reservada.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Nós temos fundadas esperanças.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - E espero que elas não sejam frustradas. Mas agora nós temos aí um ex-cabo da Polícia Militar.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Tem 2 ex-cabos presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Não, esse é cabo atualmente.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Permanece cabo, cabo? Meu cargo já acabou, na Polícia é sargento agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Quero chamar o Sr. Adair João Sbardela. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Adair João Sbardela para prestar juramento, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: “*Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, em processo judicial policial ou administrativo ou em juízo arbitral.*”

Então V.Sa. tem a palavra, pelo tempo de 20 minutos, se assim julgar necessário.



Quero explicar que a presença de V.Sa. aqui é para ajudar esta Comissão Parlamentar de Inquérito para o combate ao tráfico de armas, algo que, infelizmente, é muito comum naquela fronteira do seu Estado. Se V.Sa. tiver qualquer informação a respeito, isso será de grande utilidade para nós.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sr. Deputado, eu me reservo no... eu permaneço em silêncio. Respondo às perguntas em juízo, para não produzir provas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Quero informar V.Sa. de que o permanecer em silêncio é só para aquelas perguntas ou argüições que venham a comprometer sua defesa. V.Sa. não é obrigado a se auto-incriminar. Mas, V.Sa. foi Cabo da PM, V.Sa. atua no Paraná. Então, quero saber o que V.Sa. sabe, como testemunha e não como indiciado, o que V.Sa. sabe do tráfico de armas naquele Estado: quais os locais que têm maiores facilidades, quais as rotas utilizadas.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu estou já fora da polícia, Sr. Deputado, há 8 anos, e estaria sendo leviano aqui se eu fizesse qualquer afirmação, porque já não é mais o meu conhecimento como entram ou como se transportam essas armas no Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Na sua época, como era?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - O trabalho era mais concentrado na outra parte do Estado e ficava restrito ao combate a assalto a ônibus. O trabalho de combate ao assalto a ônibus era o trabalho que a gente desenvolvia, a polícia Militar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - O tráfico de armas nunca foi abordado?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não era... não tínhamos essa designação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Não tinham essa designação lá?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Portanto, não era de nossa competência, da polícia Militar, fazer investigações com relação ao tráfico de armas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer que o trânsito dessas armas era praticamente livre lá?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Olhe, a gente não pode afirmar isso, Sr. Deputado, porque nós não tínhamos conhecimento, porque era um trabalho, assim,



bastante, conforme determinação do Comandante do CPI, visava trabalhar em cima de rondas nas rodovias durante a noite e possíveis prisões de assaltantes de ônibus que cometessem os delitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Eu quero só entender. Os assaltantes de ônibus usavam armas e, muitas vezes, talvez, até entraram em confronto com a polícia, não é?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - E por que a polícia tem receio de ir em cima dos fornecedores de armas para esses assaltantes? Porque, se não tivesse a facilidade das armas, não tinha assaltante. Nunca vi assaltante de ônibus com uma faca mandando o ônibus parar do lado de fora. E por que a polícia não se interessava por esse tráfico de armas, visto que ela mesma podia ser vítima dessas armas?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É, o que ocorria é que a gente tinha uma determinação de fazer o combate ao assalto a ônibus e, a partir do momento da prisão dos assaltantes, era conduzido para a Delegacia e, a partir desse momento, não era mais da alçada da polícia Militar nem do Grupo AGUIA fazer investigações.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, apenas uma colocação: eu acho que o combate ao tráfico de armas é competência da Polícia Federal, e não da Polícia Militar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me explicar, então, porque vamos explicar dentro da legalidade: o tráfico internacional de armas é competência da polícia Federal e, nessa época e na outra época também, porque se enquadrava no contrabando, mas o porte ilegal de arma é competência de qualquer polícia; consequentemente, eles podem coibir o porte, e saber, e então passar para a Polícia Federal aquilo que fosse de porte. Compreendeu? Sendo que havia várias quadrilhas de assaltantes de ônibus, o interesse seria da Polícia Militar nesse sentido. O que me causa estranheza é não terem o interesse de checarem isso. Isso é o que me causa estranheza.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Não teve interesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - É, não teve interesse. Ele não sabe nada sobre isso.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Não sabe nada sobre isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Agora, eu acho que eu estou pedindo, eu estou entrevistando o cabo errado, talvez. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Não, é porque V.Exa. falou assim: “A polícia não tem interesse”; isso é uma coisa, ele é outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Respeito V.Exa., V.Exa. pode falar na hora que falar.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Mas, V.Exa. não pode cometer o pecado de institucionalizar o mal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Não. Eu quero dizer que esta Presidência, quando fala das polícias, é porque não vê a ação das polícias no Paraná e como um todo nessa época. Então, é por isso que estamos falando. Eu gostaria de saber, por exemplo, qual a grande quadrilha de traficante de armas que abastece o Rio de Janeiro que foi presa no Paraná nos últimos tempos. É simples.

Agora, o que me causa estranheza é por que não havia essa curiosidade, por que não havia esse... e tem razão de ser essa pergunta. Sei que V.Exa., com sua perspicácia, já deve saber qual é a razão de ser.

Mas vou passar a palavra ao Relator para continuar.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Adair, só para localizar um pouco: o senhor é natural de onde, Sr. Adair?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sou natural de Viadutos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Viadutos. Qual é a sua idade?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Quarenta e quatro anos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Quanto tempo o senhor ficou na polícia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Doze anos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Doze anos. Por que o senhor saiu da polícia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sr. Relator, esta é uma pergunta que prefiro me manter em silêncio e respondê-la em juízo, para não produzir as provas.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Adair, você saiu da polícia há 8 anos? Estamos tratando de um inquérito de 30 dias. Eu te pergunto por que você saiu da polícia e você me diz que não quer produzir provas? Quer dizer, saiu da polícia por qual motivo, Sr. Adair?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Fui afastado por um processo administrativo.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Processo administrativo. Qual é o motivo, a razão do processo?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não me recordo agora, porque teve alguns fatos, depois foi para auditoria e daí, no momento, não me recordo a tipificação do processo administrativo.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor saiu da polícia foi afastado e não lembra no que o senhor foi enquadrado?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor fez parte desse grupo AGUIA?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** Durante quanto tempo?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Cinco anos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** O senhor trabalhou com o Waldir Copetti Neves nesse período?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Essa também é uma pergunta, Sr. Relator, que permaneço em silêncio para respondê-la em juízo para não produzir provas.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Olhe, Adair, quero dizer que o nosso objetivo em te convidar a esta CPI foi poder ajudar um trabalho que estamos desenvolvendo no sentido de compreender contrabando, tráfico de armas no País. Aí faço uma pergunta singela, se trabalhou com o Waldir Copetti Neves, você me diz: "*Não posso responder para não produzir provas*". Prova de quê? Por acaso eu disse que Waldir Copetti Neves é traficante de armas? Não, eu só perguntei...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - ...se o senhor trabalhou com o Sr. Waldir Copetti Neves na época em que o senhor era do grupo AGUIA.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Tudo bem, então, respondo, trabalhei.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Trabalhou, certo. Depois que o senhor saiu da Polícia Militar, o senhor foi preso alguma vez?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.



**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor tinha qual atividade nesse último período?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Essa é uma pergunta, Excelência, que permaneço em silêncio para responder em juízo para não produzir provas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Pela ordem. Pela ordem não faço, eu mesmo falo. Dá licença, senhor. Estou presidindo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A senhora é Presidenta, então não pode pedir pela ordem?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Pois é, mas é o vício. Estou pedindo licença ao Relator apenas para avisar ao depoente o seguinte: o senhor está depoendo na qualidade de testemunha. Só para o senhor entender, vou tentar falar numa linguagem bem menos jurídica. Tudo o que o senhor falar que puder ser contra o senhor, não deve falar, mas cada vez que o senhor não responde como testemunha. E aí o senhor diz assim: o Relator perguntou o que o senhor fez nesses 8 anos? Aí o senhor diz assim: não posso responder, porque isso vai me incriminar. Ora, só incrimina o que é crime. Então o senhor passou 8 anos cometendo crime, porque se responder o que o senhor fazia nesses 8 anos o senhor se incrimina, é porque é crime o que o senhor fez nos 8 anos. Entendeu o que estamos pensando? Então é melhor o senhor responder na medida do que o senhor puder responder. E quando for alguma coisa que o senhor acredita que efetivamente é grave, séria, aí sim, o senhor usa o seu direito. O senhor está nos ajudando como testemunha. O senhor não está aqui como indiciado, embora seja indiciado.

Mas, como indiciado, o senhor tem que responder nunca lhe prejudicando. Então para fazer as duas coisas ao mesmo tempo, o senhor responde o que puder. Só não responde quando, de alguma maneira, o senhor tiver cometendo um crime. Vamos supor que o senhor efetivamente tenha participado de tráfico de armas. O senhor não vai dizer isso. Mas se lhe perguntarem se o senhor conhece o fulano, é claro que o senhor conhece. Não dá para dizer que não, senão o senhor estará mentindo. E aí, além do crime que o senhor pode estar cometendo, o senhor pode estar cometendo um outro crime, que é o falso testemunho, que o nosso Presidente o advertiu no começo da sessão. Então, só para o senhor ter um pouco mais de maleabilidade.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Muito obrigado, Deputada.



Mais uma questão, Adair, na medida em que você ajudar o trabalho da CPI, evidentemente que isso contará ponto a seu favor. Afinal de contas está ajudando o País a entender a lógica de um crime, que é um crime grave, que não só permite a entrada ilegal dessas armas, como essas armas são utilizadas para cometer crimes contra cidadãos e inclusive contra policiais. Certamente muitos colegas e ex-colegas seus foram potencialmente e podem ser vítimas desse crime que queremos compreendê-lo, para evitá-lo. Então vou repetir a pergunta, Adair. Depois que você saiu da Brigada, qual a atividade que exercia durante os últimos 8 anos?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Vou responder para o senhor. Trabalhei por 3 anos como porteiro de um condomínio e trabalhei agora, ultimamente, há quase 5 anos que eu trabalho como cobrador.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Como cobrador. Trabalhava para uma empresa? Cobrava contas?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Trabalho para empresas.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O cara não pagava, você ia lá?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Para várias empresas, isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Chegava lá para dar um incentivo para o cara para ele...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, legalmente, com procuração, tudo certinho.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Procuração, tudo certinho. Essas pessoas que foram presas nessa mesma operação, que, presume-se, até que se prove o contrário, que você é inocente. Conhece essas pessoas? Tem vínculos com elas?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - A única pessoa que eu conhecia e que foi comandante do grupo AGUIA é o Coronel Neves. Outras pessoas, não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Coronel Neves. As outras pessoas não conhece?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Nunca tive contato.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - E, nesse trabalho do Paraná, essa sua experiência, esse seu trabalho, alguma vez você teve algum tipo de informação que considere importante para nós, sobre armas que estavam entrando ilegais no Paraná, a forma como elas vinham do Paraguai ou assim por diante?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Olha, não, de forma alguma, porque a gente está um pouco distante da fronteira e pelo fato de eu ter tido um dissabor durante o tempo da polícia, então eu procurei ficar afastado disso e não ter mais... Até para não me prejudicar, não prejudicar a família.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Qual foi a última vez que você esteve no Paraguai?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não me lembro, Relator, mas faz bastante tempo.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não tens costume de ir ao Paraguai?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não conhece no Paraguai, pessoas que lidam com armas?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor. As últimas vezes em que estive no Paraguai foi justamente na época em que eu estava no grupo AGUIA.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Iam ao Paraguai na época do grupo AGUIA?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É, porque existiam algumas informações que o pessoal passava do outro lado. Então íamos até a ponte ver se o pessoal transitava nesses locais. Tínhamos fotografia das pessoas, dos assaltantes de ônibus, então íamos até a ponte para ver se o pessoal trafegava.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Chegavam a fazer operações também no Paraguai?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, nem adentrávamos o Paraguai.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Só até a ponte?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Só até a ponte.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Só por curiosidade. Você não é obrigado a responder essa pergunta. Por que razão você acredita que te envolveram nessa prisão? Por que uma pessoa que não tem nada a ver com o negócio, estava trabalhando de cobrador. Por que, na sua opinião, acabou sendo preso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu tive alguns... Eu fiz alguns contatos com o Coronel, por causa da minha reintegração. Estou com pedido de reintegração já ganho no Tribunal e fiz alguns contatos com ele, pedi que ele, se possível, me ajudasse, porque era uma das pessoas que me conhecia e sabia do meu trabalho.



**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Certo.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sabia do tempo que trabalhei na polícia, o trabalho que fiz, porque durante 4 anos, quase 5 anos no grupo AGUIA, nós efetuamos a prisão de mais de 500 assaltantes de ônibus. E em todo o meu currículo na Polícia Militar não tenho sequer uma mancha. Eu tinha promoções por ato de bravura, tinha inúmeros elogios, excepcional comportamento. E, por um problema administrativo lá — que todo o mundo sabe como funcionam as coisas — acabei sendo afastado. Fui absolvido no Conselho, fui absolvido no inquérito militar e fui agora... lá ser agora reincluído porque já tinha ganho no Tribunal.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Sim, mas eu não.... Fez alguns contatos com o Coronel para ver sua reintegração...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - E acabou sendo preso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É o que me causou muita surpresa também quando eu fui apanhado em casa, porque na verdade eu estava em casa com a minha família, e a Polícia Federal chegou, disse que havia um mandado de prisão, prendeu-me e me trouxe para Curitiba. Essa é a realidade dos fatos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Eu queria novamente alertar o depoente. Numa pergunta anterior o senhor disse que não se lembrava do motivo pelo qual tinha sido afastado da polícia. E nessa nova pergunta do nosso Relator, o senhor responde que, vamos dizer, foi apenas uma questão administrativa, sem muito valor. Portanto, o senhor se lembra. Eu não quero que o senhor incorra na CPI no falso testemunho. Então, se o senhor quiser rever seu depoimento quanto a isso, o senhor fique à vontade.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor considera que não é relevante para a CPI o fato de o senhor ter sido afastado da Brigada. É isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Veja bem, eu não saberia nem como responder para os senhores, porque houve uma sindicância, um inquérito, um conselho de disciplina. Então, eu não me lembro lá o que ocorria, o que ocorreu, na verdade, qual o fato em si que ocorreu o afastamento. Então, eu não poderia... Se eu falar aqui, de repente...

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O senhor foi acusado de quê?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É disso que não me lembro, que não tenho agora na memória os fatos.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Diga-me uma coisa — mas isso a gente está checando: quando foi preso pela Polícia Federal, tinha arma na sua casa?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Nada? Não foi preso com nenhuma arma?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Nada. Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - E essas demais pessoas que foram pressas, nunca tinha visto elas? Não?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não conhecia, porque eu morava em Cascavel, e esse pessoal, pelo que se sabe, não era de lá.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não era de lá. Então, a princípio, você nem sabe por que está preso, porque, afinal de contas estava trabalhando como cobrador?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Espera um pouquinho, Deputada, só para eu não perder a visão aqui. Procurou o Coronel para negociar sua reintegração na Polícia Militar, estava em casa com a família...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - ...a Polícia Federal bateu lá e te levou preso, sem...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Motivo nenhum.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu não diria sem motivo, porque a polícia também não iria lá prender sem motivos. Mas, aparentemente, assim na minha concepção, é que eu não saberia dizer por que, porque na verdade, tenho plena consciência de que nesse tempo que estou fora, afastado da polícia, e nem antes, eu não cometí nada de anormal.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - O Tenente-Coronel Waldir Copetti Neves está sendo denunciado por contrabando de armas, envolvimento com tráfico



de armas, armas vindas do Paraguai, tráfico internacional. Tem alguma informação a respeito desse episódio?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor. Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não tem nenhuma informação que possa colaborar com nosso trabalho a respeito dessa questão? Nada que você lembre?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Nada que me lembre.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não sabe se ele tinha arma?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não sei, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - Não sabe o tipo de arma que ele costumava usar?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA** - De minha parte, por enquanto, é isso, ilustre Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Sou a primeira inscrita, então, eu pediria...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Pela ordem, o nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Numa das respostas ao Sr. Relator, ele disse que já ganhou na Justiça a reintegração. Eu gostaria que ele dissesse, explorasse essa informação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - O senhor pode informar à Comissão? O senhor disse na sua fala que o senhor ganhou na Justiça — foi isso? — a reintegração aos quadros da Polícia Militar.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Então, se o senhor pudesse informar desse processo o que o senhor sabe, o que o senhor se lembra.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Olhe, o que meu advogado me disse é que já havia transitado no Tribunal e que havia sido dado provimento, alguma coisa assim que ele me disse.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Provimento a um recurso, talvez.



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Ao recurso. E que, na seqüência, ele me daria novas informações, haveria mais alguma coisa. É o que o advogado me informou.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Ele deve ter feito alguma liminar, ganhou no tribunal e não tem mérito decidido ainda. Não devem ter devolvido ainda.

(Intervenção inaudível.)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Laura Carneiro) - Pois é. Deve estar no tribunal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço à Deputada Laura Carneiro. Quero dizer também que esta Presidência vai solicitar a cópia do procedimento. Mesmo em segredo de Justiça, vamos pedir reservadamente a cópia desse procedimento. Então, lá vamos ter tudo, inclusive degravações e outras coisas que esclarecem muitos pontos aí. E, conforme for, se não falarem sobre isso agora, conforme for, mais tarde podemos voltar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Degravações de quê, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Hein?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Degravações.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Degravações de quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida deve ser de...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Escuta telefônica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - De escutas autorizadas pela Justiça, senão não estariam no procedimento legal.

Quem estava com a palavra?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Agora quem vai começar sou eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Até agora foi só a Vice-Presidenta que falou, foi?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não. Eu não falei ainda, Presidente. Hoje não sei o que é. Não querem que eu pergunte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Coitada da Vice-Presidente, está perseguida por esta Presidência.

A Deputada Laura Carneiro tem a palavra.



---

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - É, eu estou perseguida política hoje.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhora.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - José Valdomiro Maciel?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - João Della Torres Neto?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Nereu Paschoal Moreira?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Silvana Araújo de Almeida?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Você tem celular?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu tinha.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Até quando você tinha celular?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Até o dia em que a Polícia Federal fez a apreensão.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Você podia fornecer, só para o nosso trabalho, o seu celular antigo? Não precisa falar alto, não. Já não é mais seu mesmo. Pode dizer alto.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - 045.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sim.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - 99722398.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor costumava conversar sempre com o Coronel Waldir.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Conversei com ele algumas vezes.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas nos últimos tempos quantas vezes? Era comum todos os dias, mais de uma vez por dia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, não. Uma vez, duas por semana. Talvez até menos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Uma vez, duas por semana. Na semana em que os senhores foram presos, o senhor aumentou o número de ligações ou continuava eventual a sua ligação com ele?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não. Da mesma forma

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Da mesma forma. Quando chegou lá a polícia para lhe prender, o que aconteceu? O senhor ficou assustado?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - A princípio eu...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor perguntou o que estava acontecendo e disseram o que para o senhor?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - A princípio eu fiquei, mas porque me causava estranheza, porque eu sabia que não tinha nada, não tinha problema nenhum.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas eles disseram o quê?  
*"Estamos prendendo o senhor. Fica calado."* O que fizeram? Como é que foi?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não. Simplesmente apresentaram o mandado de prisão e falaram: "Você está preso".

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Áí o senhor não falou nada?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não. Eles Fizeram a busca e apreensão, colocaram-me na viatura e me conduziram para Curitiba.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Fizeram a busca e apreensão na sua casa?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - E o senhor tinha algum tipo de computador, alguma coisa assim?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhora.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Nem arma nenhuma?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Nada.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor costumava... O senhor mora em Cascavel, não é isso? O senhor mora em Cascavel, não é isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor costumava ir a Ponta Grossa?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Há muitos anos que não passo em Ponta Grossa.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Há muitos anos que o senhor não vai à Ponta Grossa. Ao Paraguai, o senhor só foi há 8 anos. É isso?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Talvez há mais tempo do que isso.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor tem carro?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Tenho.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Qual é o seu carro?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Tenho um Santana.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Qual é a placa do seu carro?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não sei se vou me lembrar agora.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Você lembra da cor do carro?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Prata.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Ah, que bom. Mas a placa o senhor não lembra?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não me lembro. Se eu falar, de repente, falo até errado agora.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas está em seu nome?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Está em meu nome.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor, quando era cobrador, durante esses 8 anos que o senhor estava entre cobrador, gerente, porteiro do condomínio, o senhor tinha contatos, o senhor mantinha contato com o Coronel Waldir?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não. Fazia tempo que eu não mantinha contato com ele.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Então, o senhor só voltou a ter contato com ele por conta da reintegração. É isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É. Acredito que quando o advogado falou que já estava bem adiantada, na metade do ano passado, mais ou menos, que fiz alguns contatos com ele.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Então, na verdade, os contatos do senhor com o Coronel Waldir foram no final do ano passado?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não. Talvez antes.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - No meio do ano passado, desculpe.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - No meio. Alguns depois, no final do ano; alguns também no começo deste ano teve alguns contatos com ele.



**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sim, mas pouca coisa?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Pouca coisa.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Nesse tempo todo o senhor diria quantas vezes o senhor conversou com o Coronel Waldir?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Olha, precisar em números, vai ser difícil.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não. Precisar, não. Mais ou menos.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não me lembro assim de números para declarar.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor alguma vez ouviu falar que o Coronel Waldir era violento, ou tinha, agia com alguma conduta contra a lei? O senhor já ouviu falar alguma coisa de mal do Coronel Waldir?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhora.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor trabalhou com ele por 5 anos, é isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Quase 5 anos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Quase 5 anos. Ele era seu oficial direto? É isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É. Ele era o coordenador do grupo.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas o senhor trabalhava diretamente com ele ou o senhor tinha um... É porque não entendo muito essa hierarquia.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não. Tinha um...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Ou tinha alguém?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Tinha o sargento que comandava a equipe; aí, tinha ele.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Quem era o sargento?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Teve vários, porque mudavam constantemente as equipes, não é? Então, teve o sargento Branco, teve o sargento Divanzir.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - E não é natural você ter muito mais relação com o sargento do que o seu superior hierárquico do sargento?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Na época, sim. A gente conversava direto com o sargento. O sargento que fazia contato com o comandante.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sim. Mas, então, fico imaginando se, na época que o senhor trabalhava todo o mundo junto, o seu contato era com o sargento, como é que 8 anos passados sem falar com ninguém, seu contato continuou com o Coronel?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não. É que eu vinha a Curitiba, quando eu vim a Curitiba, o advogado foi até o quartel, e eu contactei com o Coronel.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sim, mas por que você contactou com o Coronel Waldir e não com o sargento, que era seu superior? Quer dizer que o senhor tinha mais intimidade. Não sou militar, não sou polícia, mas fico imaginando que é muito mais fácil a gente falar com quem está aqui do que com quem está lá, não é? Então, eu fico imaginando que era mais fácil o senhor ter contato com seu sargento para lhe ajudar. Para o sargento, sim, ter contato com o Coronel Waldir; a não ser que o Coronel Waldir tivesse uma relação com o senhor, direta. Era isso que quero entender. O senhor tinha relação direta com o Coronel Waldir?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Veja, o sargento já não estava mais lá no quartel. Já estava numa outra unidade. Então, eu já não tinha mais contato com ele. Quando eu vim a Curitiba, aí eu, junto com o advogado, procurei o Coronel.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Está certo. não vou perguntar sobre o senhor, mas posso perguntar sobre o Coronel Neves. Sobre o senhor não posso, porque o senhor é testemunha aqui. Mas alguma vez o senhor soube que o Coronel Neves utilizaria pessoas da confiança dele para eventualmente comprar alguma arma no Paraguai?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Nunca ouviu falar nisso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Nunca ouvi falar.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Quando numa conversa telefônica são usadas as expressões “cortador de grama”, “maquinário”, “roçadeira”, o senhor imagina o quê?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Olha, essa pergunta eu permaneço...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Bom, assim, essas expressões o senhor considera que são da área do campo ou são da área de segurança? Melhor



reformulando a pergunta. A expressão “roçadeira”, “cortador de grama”, “maquinário”. Se eu lhe falasse essas 3 palavras e se o senhor tivesse que fazer uma múltipla escolha: essas 3 expressões têm a ver com agricultura ou têm a ver com segurança pública?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu acredito que agricultura.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Claro, eu também. Mas o senhor sabia que, por acaso, elas foram citadas para determinar armas? Viu, Deputado Fraga? Essa era a forma de falar nas conversas. Na interceptação telefônica, era como eles falavam das armas e das munições. Só para nosso registro. E o senhor nunca usou essas expressões? Alguma vez o senhor usou essas expressões conversando com o Coronel?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Olhe, prefiro ficar em silêncio, porque não me lembro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor se reserva o direito de ficar em silêncio?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - De ficar em silêncio.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor tem esse direito. Por isso eu reformulei outra pergunta, porque a outra não dava para não responder. O senhor podia pelo menos informar, já que o senhor não vai responder da mesma maneira, pelo menos informar, porque o senhor foi policial, conhece bem o assunto, como é que funciona, como é que vai lá ao Paraguai, pega arma e traz? Seja por Foz, seja por Ponta Grossa, seja por Cascavel. Como é que tira do Paraguai e traz para o Brasil? Não estou dizendo que o senhor fez nada. Estou dizendo que o senhor, como policial, é um homem bem informado. Como homem bem informado, o senhor podia nos ajudar informando à Comissão.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Olhe, eu fico impossibilitado de dizer alguma coisa, porque foi uma coisa, assim, que eu nunca fiz e nunca tive conhecimento. Então, como se faz ficaria inviável eu dizer aqui alguma coisa.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, não era nem como se faz, era se tinha alguma informação de como acontece, para nos ajudar. O senhor já ouviu falar... Primeiro, o senhor tem advogado nessa ação, não tem?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Tenho.



**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O senhor não manteve nenhuma reunião com o Coronel Waldir nesses últimos tempos?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - De forma alguma.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Foram só as ligações telefônicas, até a hora que o senhor foi preso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exato.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - E aí, quando lhe disseram que o senhor estava sendo preso provavelmente por formação de quadrilha e tráfico internacional de armas, o que o senhor fez? Qual foi a sua reação?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não fiz nada, porque eu sabia que não devia nada disso.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Olha, se alguém dissesse que eu era... Eu acho que, no mínimo, eu desmaiava, ia chorar uma semana. Mas, primeiro, eu desmaiava se alguém dissesse que eu era traficante de arma. Então, o senhor foi acusado de tráfico de armas com um monte de outros indiciados. O senhor não... Qual foi a sua reação? Isso não lhe implica, só queria saber a sua reação, só para entender.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Naquela hora, eu tive que ser forte para não ver as minhas filhas e minha esposa morrerem.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sua filha e sua esposa estavam lá, na hora da prisão?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Estavam junto. Eu até não gostaria de citar.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Está bom, pode ficar calmo, não precisa citar. Tome uma água.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não posso falar das minhas filhas.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Está bom, não vai falar. Não pedi para o senhor falar das suas filhas. Deus me livre. Eu paro por aqui, Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Qual é a questão de ordem do senhor, Deputado?



**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, a questão de ordem que faço é se existe algum documento... Ouvi atentamente as perguntas da Deputada Laura Carneiro, que são perguntas boas. Mas eu gostaria de saber se existe algum documento na mão dela que os integrantes da Comissão não possuem, como por exemplo a degravação da fita telefônica, porque eu acho que, se nós todos somos integrantes, temos que ter os mesmos direitos da Presidência ou do próprio Relator.

Estou vendo que a Deputada está lendo, inclusive, conversas telefônicas. Estamos aqui tentando adivinhar qual é o envolvimento do cabo Adair. Vamos perguntar o que nos foi dado pela imprensa? Não participo desse tipo de coisa. A questão de ordem que faço é se existe alguma degravação de conversa que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Ilustre Deputado, este Relator tem o mesmo nível de informação de todos os demais Srs. Deputados. Pelo próprio pessoal de apoio do trabalho da CPI, como Relator, o material que recebi foi esse mesmo material disponibilizado para os demais Srs. Deputados. Agora, durante o depoimento da ilustre Deputada, estou tomando conhecimento da existência de um documento que ainda não pude identificar exatamente que documento é. Tão logo eu possa tomar conhecimento, darei ciência a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - V.Exa., então, entendeu o sentido da minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Totalmente

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Acho que as informações ou são compartilhadas, ou então... Não vou fazer aqui o papel de ser um mero perguntador do que está veiculado na imprensa, quando existe degravação da Polícia Federal. Não é porque sou amigo da Polícia Federal que não vou receber nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Quero dizer a V.Exa. que eu, na condição de Relator, e os demais Deputados aqui, todos, receberam o mesmo nível de informação. Esse documento que está aqui agora, vou identificar que documento é esse e darei ciência, durante a sessão, aos Srs. Deputados.

Deputado, por gentileza, Deputado Coronel Alves.

A palavra está à disposição do Deputado Coronel Alves.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Obrigado.



Sr. Presidente Deputado Paulo Pimenta, nobres pares, ouvindo, como todos estamos ouvindo, as declarações do Adair João Sbardela, a situação é um pouco desconfortável, muito desconfortável. Você se encontra hoje aqui trazendo para nós, nesta Casa, informações que desejamos obter. E você, com certeza, não está muito confortável nessa questão. Ainda há pouco, demonstrou até seu sentimento externado, emocionado. Fiquei pensando aqui e quero lhe fazer a primeira pergunta. O senhor declarou que foi preso pela Polícia Federal, correto? Responda, por favor.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Em sua residência?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Na presença da sua família?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - O senhor é casado e tem filhos?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Duas filhas.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Pois o meu raciocínio me leva a pensar se o senhor não quer aproveitar a oportunidade ímpar de dizer, inclusive para os seus amigos, para a sua família, da sua inocência, e relatar para nós, nesta CPI, o que de fato e realmente, o porquê de o senhor estar aqui. O senhor não quer aproveitar essa oportunidade — repito, ímpar — de dizer para todos nós o que estamos perguntando, para nos ajudar a chegar, se é que existem, aos verdadeiros culpados? E não o senhor levar a culpa, como a predisposição já vem dando como natural, inclusive pela leitura que estou tendo da imprensa. Pela imprensa, o senhor já foi condenado. Pelo que estou lendo aqui, o senhor já foi para o sal.

Agora eu lhe pergunto: aproveite, deixe-lhe essa oportunidade de aproveitar e relatar agora, dizer que o senhor está sendo colocado para o Brasil todo... Lá em Foz do Iguaçu, Cascavel, os outros Municípios, Curitiba, lá no meu Amapá, está todo o mundo assistindo ao senhor. O senhor não quer aproveitar essa oportunidade de falar, de conduzir com mais tranquilidade todo o nosso processo aqui? Essa é a pergunta. Ou o senhor ainda vai preferir ficar calado, invocando o sagrado direito de permanecer calado, de não produzir provas contra a sua pessoa? Ou o senhor prefere, repito, usar essa oportunidade e dizer: “*Não, eu saí da Polícia Militar por causa disso, por causa daquilo, meu licenciamento foi a pedido, ou foi ex-officio, ou fui licenciado por conclusão de tempo de serviço, algumas coisas que ainda me*



*lembro*? Ou o senhor ainda quer dizer para nós onde o senhor estava trabalhando, o que o senhor estava fazendo? Qual é o seu pensamento? O senhor não quer dar uma refletida e aproveitar essa oportunidade para que eu possa prosseguir aqui?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - O que eu tinha que responder, Excelência, e o que eu sabia, eu já respondi. Eu não tenho outras coisas a acrescentar. Nesse tempo todo que estou fora, não tenho o que dizer para o senhor para ajudar. Se eu pudesse ajudar, eu ajudaria.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - O seu depoimento já foi tomado na Polícia Federal?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Não foi tomado o seu depoimento? O senhor está preso e ainda não prestou depoimento?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Há quanto tempo o senhor está preso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Há 22 dias.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Vinte e dois dias e não tomaram o seu depoimento?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - O senhor sabe exatamente por que está aqui agora neste momento? O senhor tem, assim, convicção — “*Não, eu estou aqui por causa disso*” —, por que o senhor está agora aqui?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Não tem a convicção?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Há algum impedimento de sua parte em nos auxiliar, aqui à nossa Comissão, a buscar essas informações que todos nós desejamos, para acabar, ou então minimizar, ou então prender os responsáveis pelo tráfico internacional de armas? Há algum impedimento da sua parte? O senhor se mantém alheio a esse nosso convite, o senhor se mantém alheio a essa nossa vontade de colaborar conosco na busca dessas informações? Ou o senhor é um colaborador em potencial?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Se eu tivesse conhecimento, até para que eu saísse dessa situação inconfortável aqui, eu colaboraria, mas é impossível, porque não tenho o que dizer.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - O senhor, então, conhece o Coronel Neves? Vou chamar de Coronel Neves, porque, pelo que estou lendo aqui, uma hora chamam de Neves, outra hora de Waldir. Vou chamar de Coronel Neves. O senhor conhece o Coronel Neves?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Trabalhou com ele durante 5 anos?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Combatendo ali na dura — dentro da legalidade, claro — o crime organizado em seu Estado.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Assalto a ônibus.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Assalto a ônibus? Sobre o que nos interessa exatamente, porque aqui é o tráfico de armas, não desvirtuando os outros crimes, possíveis ou não, imagináveis, mas, sobre exatamente isso, o senhor tem alguma colaboração conosco? O senhor já teve algum envolvimento, conhece rotas, conhece pessoas que o senhor deteve na sua atividade profissional de policial militar, da qual muito me honra de ser? O senhor conhece alguma informação, detém alguma informação, detém algum conhecimento que possa nos ajudar?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Nada, absolutamente nada?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Todo esse tempo que estou afastado...

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Porque é comum, entenda, quando nós começamos a desenvolver um trabalho, voltados, por exemplo, para assalto a ônibus, e esta ação se desdobra em outras ações. Por isso, estou-lhe perguntando. De repente, num assalto a ônibus, foi preso o cidadão usando uma arma importada — uma Glock, um fuzil AR-15, uma pistola PPK, uma belga etc. E aquilo, como policial, chama a sua atenção, e de repente você começa a fazer uma nova investigação, uma variante daquela. Nunca ocorreu isso nas suas atividades?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Como eu já disse, nobre Deputado, o trabalho se prendia a prender os elementos, conduzi-los até a delegacia, e o inquérito ficava por conta da delegacia.



**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - E ali encerrava a sua tarefa?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - A nossa tarefa encerrava ali.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Essas operações havida pelo grupo AGUIA, eu acho até interessante esse nome. Nós policiais militares, o pessoal da polícia como um todo tem mania de colocar nomes em operações e nomes em grupo, mas o Grupo AGUIA me leva a pensar num animal de uma visão interessantíssima, a visão da águia. E, nessa visão, como parte desse grupo de águia, nunca ocorreu nenhum indício, sequer um indício.

Veja, estou aqui focando as minhas perguntas, direcionando para o que nós estamos tratando aqui: tráfico de armas. É isto que me interessa. Os outros, se aparecerem, penso eu que o Relator e o nosso nobre Presidente, Deputado Moroni Torgan, vão se encarregar de direcionar para outras comissões, para outros setores, que estão também trabalhando e apurando outros assuntos. Mas, aqui, neste olhar de águia que o senhor está me colocando agora, que estou sentindo, querendo adivinhar meu pensamento, nunca ocorreu nenhum fato que lhe chamasse a atenção? *"Puxa, para eu poder assaltar um banco, para eu assaltar um ônibus, em assalto a ônibus, aquele tipo de armamento apareceu; de onde veio e por que veio, para onde veio?"* Nunca o grupo detectou isso? Ou o senhor não tem conhecimento?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Como eu disse para o senhor, eram feitas as prisões, apreendidas as armas, encaminhadas para a delegacia, e a procedência da arma — numeração, essas coisas — era sempre a delegacia que fazia. A Polícia Militar não tinha a competência para isso.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - É importante só lembrar ao senhor que o senhor está sob juramento. E esse juramento e essas suas palavras poderão lhe ajudar. É o que nós queremos aqui. Ninguém aqui é o seu algoz, nenhum aqui é juiz, ninguém vai lhe julgar aqui. Nós queremos buscar informações, produzi-las como informações fidedignas, para que possamos fazer uma conclusão de todos esse nosso trabalho.

Como o senhor já se colocou à disposição da CPI, à disposição dos nobres Parlamentares, para contribuir e colaborar conosco, acho que no momento mais adequado, Sr. Relator, quando tivermos em sessão secreta e reservada, poderemos



---

avançar um pouco mais sobre as perguntas. Por ora, dou-me por satisfeito pela resposta do depoente Adair João Sbardela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Sr. Deputado.

Ilustre Deputado Fraga, Coronel Fraga, busquei as informações a respeito do questionamento que V.Exa., de forma procedente, encaminhou à Mesa. A informação que obtive é a seguinte: de fato, a assessoria técnica da Comissão dispunha, até o início dos trabalhos desta sessão, desse material que foi distribuído.

Recebemos por fax um documento que, ao que tudo indica, trata-se de autos do inquérito, do processo — um breve relatório, que encaminhou a decisão da juíza. No entanto, esse material chegou por fax, sem que tenhamos tido nenhum contato oficial da sua procedência. E esse documento estava aqui com o Presidente, Moroni Torgan, enquanto a nossa assessoria está, inclusive, buscando informações a respeito da origem. Pode ser alguém que esteja assistindo ao vivo à sessão.

Então, a Deputada, durante o seu depoimento, enxergou esse papel...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Eu não tenho... Ninguém me entregou documento nenhum. Tem um documento na minha frente e eu li.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Certo. Então, nós já estamos identificando a origem do documento, e ele será disponibilizado a todos os Srs. Deputados. Só para adiantar que não há nenhuma degravação aqui de diálogo.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Presidente, pela ordem. V.Exa. me concede a palavra pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Sim.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Apenas para não ficar parecendo que aqui estou inventando. Esse documento — pelo menos eu li o documento inteiro — trata-se de um relatório da lavra da Sra. juíza de Direito, Dra. Karla Nanci Grando, de Ponta Grossa, no dia 18 de março de 2005. Quando eu fui ler, a primeira coisa que eu vi foi para ver se tinha sigilo, se estava com aquele carimbinho de sigilo. Não estava, e portanto eu poderia citá-lo.

Em determinado parágrafo... Está aqui, entre parênteses: “*Chamadas nas conversas de... nota-se que o conteúdo dessas gravações telefônicas demonstra que há falso indício de ocorrência de delito de tráfico internacional de armas, sendo mencionada, em diversos trechos, “a vinda de armas e munições”*”. As 3 expressões que eu usei estão entre aspas; portanto, fazem parte do relatório da Sra. juíza;



portanto, não é que não tenha a degravação integral, mas que eu tenho parte dessa degravação, eu tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Não há nenhuma informação que tenha sido dada que contrarie a sua afirmativa. O que estou dizendo aqui é que esse documento não se constitui de nenhuma degravação de conversas telefônicas. E há aqui uma citação de 3 palavras que foram pinçadas de uma degravação.

Mas não há isso. Quero tranquilizar os demais Deputados, para que não se sintam preteridos em função das informações. Cópia dessa documentação será disponibilizada a todos os Srs. Deputados.

**O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA** - Nobre Deputado Paulo Pimenta, quero que V.Exa. saiba que confio muito na lisura de V.Exa. E a minha colocação é para evitar que Deputados integrantes desta CPI não recebem documentos juntamente com todos, partilhados por todos. O objetivo é só de ajudar, está certo?

Então, pelo meu habitual... eu percebi que eram palavras técnicas da área e que eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Considero procedente sua preocupação, como considero também encerrado o episódio suficientemente esclarecido.

Com a palavra o ilustre Deputado Cabo Júlio.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Obrigado, Presidente.

Sr. Adair, o senhor disse que não tem nem noção por que o senhor está preso, não é isso? O senhor sabe que, se o senhor mentir, o senhor está incorrendo num crime, pelo qual o senhor pode ser indiciado pela CP por falso testemunho. O senhor tem ciência disso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O senhor disse que não sabe por que foi preso quando a Polícia Federal o prendeu, mostrou um mandato de prisão. O senhor não tem nem idéia do porquê.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Naquele dia, não.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Hoje o senhor tem idéia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Hoje começou a esclarecer algumas coisas, mas naquele dia eu não tinha noção do que estava acontecendo.



**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Então, o senhor disse também que o senhor contactava com o coronel a respeito da sua reintegração, não é isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - As motivações dos telefonemas do senhor para o coronel eram só essas?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Agora, o senhor sabe que tem degravação dessas falas do senhor com o coronel que mostram que o senhor não tratava só de reintegração?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não tenho conhecimento, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Então, então o senhor vai ver em juízo que, na degravação, o senhor está mentindo aqui. O senhor não tratava só disso. Aí, nós vamos mandar, aqui, a palavra do senhor para lá, para mostrar que o senhor está mentindo aqui. O senhor tem noção do que o senhor está fazendo?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, eu disse para o senhor que eu não tenho conhecimento, que eu não vi, eu não fui ouvido...

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Não, eu estou perguntando para o senhor o seguinte: o senhor disse aqui, na CPI, que o senhor contactava com um coronel a respeito da sua reintegração. Não é isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - E o assunto era só esse?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Quando foi perguntado pela Deputada sobre aquelas palavras — como é que eram? Cortador de grama — o senhor disse: Olha, eu me reservo o direito de não falar. Para mim o senhor já respondeu, como para todos. Eu estou mostrando que o senhor está se complicando mais. O senhor disse depois aqui o seguinte, quando foi perguntado para um Deputado assim: O senhor saiu da polícia quando? Aí, o senhor disse: Há 8 anos. E o Relator perguntou: Mas por que o senhor saiu da Polícia? O senhor tinha quanto tempo de polícia quando o senhor foi excluído?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Doze anos.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Doze anos. O senhor também não se lembra por quê?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu não entendi a pergunta, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Quando o senhor foi excluído — vamos recapitular — há 8 anos, o senhor não se lembra por que foi expulso da Polícia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, eu disse que eu não me lembro o fato em si, a tipificação que tem lá, o que está escrito.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Mas qual foi o fato que resultou na exclusão do senhor? Porque um policial com 12 anos, para ser expulso, é quem quer voltar. Eu quero mostrar para o senhor que o senhor não está falando a verdade desde o início. Vou tornar, então, a perguntar para esclarecer. Quando o senhor saiu da Polícia, o senhor saiu por quê? O senhor foi acusado de quê?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Foi o que eu disse para o senhor: houve uma sindicância...

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Sim.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - ...da sindicância, foi feito um IPM...

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Feito um IPM.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - ...e do IPM, foi feito o conselho.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - A acusação qual era?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Isso que está escrito lá, o que é que é, eu não me lembro para dizer para o senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O senhor foi expulso, tomaram o emprego do senhor, e o senhor não lembra por quê? Então, deixa eu lhe relembrar. Em data de 11 de maio de 1995, por volta das 10 horas da manhã, no Posto Policial Rodoviário localizado na BR-280 — o senhor trabalhava na Polícia Rodoviária Estadual?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Onde é a BR-280? É no seu Estado?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É no Paraná.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - No Paraná? O indiciado, o senhor, e outros a identificar extorquiram das vítimas a serem identificadas, tal, diversos objetos produtos de compra no Paraguai, sob ameaça de conduzi-las até a presença do juiz e serem presas. Foi isso o motivo da sua exclusão?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor, porque esse fato não ocorreu ...



**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Mas esse foi o motivo que levou o senhor a ser expulso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Deve ter sido o início da sindicância.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O senhor não lembra? Deve ter sido? Então, vamos lá. O senhor conhece o juiz Dartagnan?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Juiz Dartagnan?

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - É.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Conhece? Qual que é a sua relação com ele?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Nenhuma.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Nenhuma?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Conheço do tempo em que ele trabalhou em Palmas, e a gente trabalhou em Palmas também.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O senhor trabalhou com ele?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Prestou serviço a ele? Dentro da Polícia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor. Não. Ele era juiz, e a gente trabalhava na rodovia, no combate a assaltos a ônibus.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Hoje ele está no tribunal?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Hoje eu não saberia dizer para o senhor onde ele está.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Então, está bom. O senhor está mentindo de novo. Vamos lá. Quem que é Paulo César Rodrigues, vulgo "Maconha"?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Paulo César Rodrigues?

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - É. Vulgo "Maconha".

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Deve ser um elemento que nós prendemos com droga em Palmas.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Ele morreu?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Ele morreu numa fuga de presos.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Numa fuga de presos?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Numa fuga de presos.



**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Então, está bom. Então, só para esclarecer à CPI, na escuta da Polícia Federal sobre este caso do tráfico de armas, tem uma conversa entre o juiz Dartagnan e o coronel, em que o coronel negocia com o juiz a reintegração do senhor Adair. Inclusive já há um procedimento do tribunal lá a respeito do caso do juiz Dartagnan. E o crime que o senhor foi acusado na época da sua expulsão, em 95, foi concussão.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu não me lembra a palavra correta para dizer para o senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Eu fui excluído mais ou menos na mesma época do senhor e eu conheço até as linhas do meu processo porque tiraram meu emprego. Então, eu estou mostrando para o senhor que o senhor tem uma bela oportunidade. Porque, na gíria policial, o senhor não foi preso à toa; está tudo derrubado. Quando um juiz concede o mandado de prisão, é claro que a autoridade policial já anteriormente levou algumas motivações para o juiz para que o juiz concedesse sua prisão. Então, eu estou dizendo para o senhor que na nossa gíria de policial está tudo derrubado. Está derrubado que o Coronel...

O senhor tinha contato com o Coronel. Não sou eu que estou dizendo, não, está lá no inquérito que motivou o mandado de prisão do senhor. Nenhum juiz é louco de mandar prender um cara numa situação dessas à toa. "Ah, eu não sei por que é que eu fui preso." É claro que o senhor sabe, é claro que o senhor não vai produzir prova contra o senhor, porque até a prova já está produzida, não tem o que produzir. Tem lá a degravação onde o coronel está conversando. É claro que o senhor não fala a arma, mas essas palavras... Deputada, a senhora podia me empresar aquele papel de novo O senhor nunca usou essa expressão no telefone "cortador de grama"?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Excelência, eu permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Sim, pode permanecer. A nossa convicção aqui para na CPI, no relatório final, indicar o senhor já está feita, até porque, não é, Presidente? nós vamos requisitar da Polícia Federal todas essas informações. Então, o senhor dizer assim: "Olha, eu me reservo o direito", o senhor está dizendo para todo o mundo que o senhor não quer produzir prova contra o senhor mesmo, porque realmente falou. Porque, se sou eu, eu falo: Não, nunca saiu



---

da minha boca não, prova isso. Aí eu ia ficar com a cara deste tamanho. Agora o senhor não pode falar isso, porque lá no inquérito está escrito.

Não estou dizendo que o senhor tenha falado ou que tenham falado para o senhor. Então, isso aí, estou dizendo que o senhor tem uma bela oportunidade de desfazer. E aí aqui nós temos condições para isso, o senhor sendo um colaborador. Olhe, que nós já... esse grupo aqui nós já trabalhamos em outra CPIs onde aquela pessoa que até então era um — abre aspas a — “criminoso”, ou seja, estava sendo acusado de um crime acabou sendo beneficiado porque ajudou a esclarecer algo que todo o mundo já sabia que ela estava envolvida, está certo?

Então estou deixando para o senhor uma oportunidade que o senhor está tendo. Se o senhor quiser, bem; se não quiser, também amém. Eu estou dizendo que o senhor falar isso, não adianta, porque nos autos estão. O juiz, quando concedeu...

O senhor quer ver mais? Então vamos lá. O juiz Dartagnan, Relator, V.Exa. não estava presente, há nas fitas onde foi solicitado, foi um dos indícios que solicitaram a prisão do nobre Sr. Adair, há uma palavra, uma conversa do coronel com um juiz de lá chamado Dartagnan, em que o juiz com o coronel negociam a reintegração dele no Tribunal. O senhor quer mais? Tem aqui um termo de declaração de 1994 lá dum Sr. Antonio Carlos Rita, que é policial civil, ele é escrivão. Diz assim: Perguntado, disse: saberei tal e tal que complementarmente às suas declarações já prestadas quer acrescentar que tem conhecimento de que, logo que chegou a Palmas para trabalhar pela segunda vez... Porque ele foi excluído pelo crime de concussão. Há uma acusação de que, no dia 11 de maio de 95, ele parou um ônibus e aí apreendeu a mercadoria. Seria levada para o juiz e não levou. Essa é a acusação. E há uma carta precatória, por quê? Porque a vítima, a então vítima lá, era de Santa Catarina.

Então diz o seguinte: “que complementarmos às suas declarações já prestadas quer acrescentar que tem conhecimento de que, logo que chegou a Palmas para trabalhar pela segunda vez, estava o soldado Ezequiel de plantão. E na cozinha o declarante perguntou a ele sobre o homicídio, que ele teria matado o Paulo César Rodrigues, vulgo Maconha”. O senhor conhece esse soldado Ezequiel?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É um soldado que trabalhava em Palmas na época em Palmas



---

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Com o senhor, não é? Ele contou ao declarante... Olhe como é que isso é interessante. Isso, nobre Relator, parece que é uma ponta de uma linha que envolve muita gente nessa questão de armas. Ele contou ao declarante que o juiz Dartagnan Serpa só o convidou para conversar e pediu a ele que segurasse a bronca e não contasse que foi o Sbardela, que é o nome do senhor, que matou o Paulo e que, quando o mesmo precisasse do juiz, ele daria uma mão. Que o juiz pediu ao Ezequiel que não contasse para ninguém. E nada mais disse nem perguntado, foi devidamente assinado.

Olhe que parece que essa questão... essa linha que está sendo puxada, existe uma conversa telefônica onde o Coronel conversa com o senhor Adair e eles tratam de — abre aspas — de “armas” sobre o codinome de roçadeira, isso ou aquilo. Ele falou, então ele disse: “*Não, a minha conversa com o coronel era só para tratar da minha reintegração*”. Então o senhor está mentindo uma vez. Depois o senhor disse: “*Olha, eu não lembro porque é que eu fui expulso*”. Estou mostrando que o senhor mentiu. Roubaram o seu emprego, tomaram o seu emprego e o senhor não lembra por quê? Crime de concussão em 1995.

Depois a reintegração, quer dizer, se o senhor foi acusado de alguma coisa e a Justiça o absolveu, quer dizer a acusação que levou à sua exclusão dos quadros da Polícia foi ilegal. Então o senhor tem que ser reintegrado. Mas aqui está mostrando que há uma negociação entre o coronel, que também está preso na mesma situação que o senhor, foi preso junto, que o coronel negociou para o senhor a reintegração. Então há uma linha que a gente começa a puxar e não saber onde vai dar.

O senhor sabe quantas pessoas foram presas junto com o senhor no dia da sua prisão?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Em Cascavel, senhor, só eu.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - “Só eu”. Quem que é Ricardo José Derbes?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - José Waldomiro? Também não.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - João Della Torres? Também não?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também não.



**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Nereu? Silvana?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Carlinho?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Paulo César Rodrigues, vulgo Maconha?

Essa pessoa está morta?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Essa pessoa...

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Fugiu?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - ...morreu numa fuga de preso.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Fugiu?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Os policiais atiraram nele e ele acabou falecendo. Depois teve um julgamento — e eu estava no julgamento — e foi absolvido por sete a zero no tribunal.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Esse Ezequiel ele fazia parte também do grupo AGUIA?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Não? Então deixe eu riscar aqui. Então o senhor não sabe quantas pessoas no todo no Estado, não é só em Cascavel, foram presas com o pela Polícia Federal?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O senhor não sabe? O senhor sabe que o coronel foi preso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Quem mais o senhor sabe que foi preso ou que o senhor ficou sabendo depois da prisão?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Pelo que o senhor está me dizendo, essas outras pessoas aí.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Tem algum outro ex-cabo que foi presto pela Polícia Federal junto com o senhor? Como é que é o nome do ex-cabo? Tem mais algum outro ex-policial que foi preso junto com o senhor?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não que eu saiba, o que...



**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O senhor tem noção da acusação que pesa sobre o senhor hoje? Hoje, depois de passados 22 dias, o senhor tem noção da acusação que pesa sobre o senhor?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Pelo que meu o advogado me disse seriam esses fatos que estão aí.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Obrigado. Formação de quadrilha...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - ...tráfico internacional de armas...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Violação de direitos humanos.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - ... e violação dos direitos humanos. O senhor tem idéia mais ou menos que, comprovado, e tudo indica que está comprovado, pelo que a gente tem aqui, o que é que isso pode acarretar na vida do senhor de prisão?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Pela experiência policial que o senhor tem, essas somatórias: tráfico internacional de armas, formação de quadrilha, o senhor tem idéia mais ou menos quantos anos de cadeia o senhor pode tomar?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Agora eu tenho idéia. Para derrubar, se tudo continuar como está, o senhor certamente será condenado, é óbvio, pela pouca informação que a gente tem aqui.

Agora eu quero repetir: O senhor, pela experiência que tem, o senhor pode piorar as coisas ou então melhorar. Uma coisa para o senhor pensar, depois, quem sabe, pedir ao seu advogado para pedir à gente... para uma nova conversa, que pode diminuir muito a pena do senhor.

O senhor sabia que tem gravações entre o senhor e o Coronel em que nas gravações tudo indica que era encomenda de arma?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Prefiro me manter em silêncio. Excelência.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O senhor já fez algum bico, algum trabalho para o coronel?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também prefiro me manter em silêncio.



**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Para mim... Eu nem sabia disso. Para mim senhor já respondeu. Então está bom. Então o senhor nunca trabalhou depois que saiu da polícia com o coronel?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Isso eu respondo. Nunca trabalhei.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Nunca trabalhou?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Nenhum bico?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Nunca. Quer dizer que o senhor nunca foi no Paraguai nos últimos 8 anos?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não que eu me lembre.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Não que o senhor se lembre. Qual que é a distância de Cascavel (qual é a outra cidade que está aqui?) e Ponta Grossa. Qual que é a distância mais ou menos em quilômetros, horas...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Acredito que...

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Ahn?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - ...de Cascavel a Curitiba dá 500, deve dar uns 450.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O coronel Neves tem fazenda?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não que eu saiba.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - O senhor não sabe?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Depois que o senhor saiu da Polícia, o senhor arrumou algum trabalho como vigilante ou vigia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não. Trabalhei na portaria de um condomínio.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Além disso, em outro lugar, como vigia o senhor nunca trabalhou?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Como vigia?

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Vigia, vigilante.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Só na portaria?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Só na portaria, no condomínio.



**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Está bom. Dou-me por encerrado, mas vou dar um conselho para o senhor: a situação do senhor não é boa, não é boa. Acho que vale a pena o senhor repensar naquilo que o senhor quer dizer, porque para mim tudo aquilo que o senhor disse... Por exemplo, quando perguntei se o senhor fez algum bico com o coronel, o senhor disse: reservo-me no direito de permanecer calado. Para mim, o senhor respondeu o seguinte: eu já fiz, mas não quero dizer que fiz, para não produzir prova contra mim.

Para mim, já formei a minha opinião e certamente a CPI também. Então, acho que a somatória dessas penas é muito pesada. A somatória dessas penas é muito pesada, até porque envolve a Justiça Federal. Daí, não há Juiz Dartagnan para dar um jeitinho. Acho que vale a pena o senhor repensar se o senhor quer ou não colaborar. A única pessoa que pode se prejudicar ou ter a sua pena diminuída é o senhor. Vale a pena pensar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o nosso Vice-Presidente, Deputado Neucimar Fraga.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Presidente, uma questão de ordem. Queria repassar à CPI essa informação que recebi, que é a carta precatória, que tem mais informações sobre essa situação. Quero oficialmente passar isso ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Sem problema. O Secretário da Comissão pode pegar e passar depois ao Relator. Tem a palavra o Deputado Neucimar Fraga.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vejo que durante o andamento dessa audiência as coisas estão fluindo. No início desse depoimento, Adair Sbardela, através dos seus mecanismos de defesa, estava dificultando e pouco colaborando com essa Comissão. Entendemos que esse depoimento está sendo bastante produtivo para a Comissão.

Não estamos interessados, nem vamos travar aqui um debate sobre a questão dos sem-terra, dos invasores, dos outros motivos da prisão. O objetivo nosso da Comissão é justamente fazer um levantamento sobre o tráfico internacional de armas e o tráfico de armas dentro do Brasil. Como você está percebendo, por mais que você tenha dificultado as informações, as informações acabam chegando à Comissão. E você só foi convidado a partir de informações que



esta Comissão já detinha. Aqui você vai ter oportunidade, como disse o coronel Alves, de estar colaborando com esta Comissão. Já foi citado o caso de pessoas que colaboraram com a Comissão e tiveram as suas penas amenizadas por serem colaboradores.

Quando se tocou na questão familiar, percebemos a sua emoção quando se fala da família, quando se fala dos filhos. Todos nós sabemos como cada pai reage, quando pelo menos imaginamos o que poderia estar acontecendo com nossos filhos, qual a reação da sociedade, dos nossos familiares. A gente que tem pai, que tem mãe, fica imaginando o sofrimento do pai e da mãe ao ver o filho prestando depoimento, sendo preso, levado no camburão. E tudo isso aconteceu porque um dia alguém, numa linha de investigação, chegou ao seu nome. E você vai ter nesta Comissão a oportunidade de mostrar à sua família: *"Olhem, posso ter errado em algum momento da minha vida, mas eu estou disposto a mudar e a mostrar que eu quero colaborar com a sociedade, quero colaborar com a Justiça"*. Você pode até pagar uma pena, uma pena até menor por colaborar, mas vai poder ser reintegrado à sociedade e poder encarar os seus filhos novamente, a sua família.

Mas tudo isso se passa por um processo de mudança. E esse processo pode começar nessa Comissão, a partir do momento que você se dispõe... Nem que você diga: olha, eu não quero falar aqui, eu quero falar reservadamente com vocês, eu quero conversar reservadamente com vocês. Eu tenho outras informações que acho que eu posso ajudar. Eu fui militar durante 12 anos. Eu trabalhei numa área de risco na questão do tráfico de armas. Eu fui parceiro de um coronel que trabalhava na Inteligência da Polícia e temos outras informações que podem ajudar a Comissão Parlamentar de Inquérito, que podem ajudar esta CPI. Então, tudo isso pode acontecer. E assim como você tem o direito, porque você conhece, foi orientado por seu advogado de não produzir provas contra si mesmo, você também tem oportunidade, tem o livre arbítrio de dizer para esta Comissão que você está interessado em colaborar, mas que você queria conversar reservadamente conosco, bater um papo.

E aí vamos falar do Adair, cabo da Polícia Militar do Paraná, que com certeza deve ter prestado grandes serviços à sociedade paranaense durante o tempo em que prestou serviço, durante o tempo em que trabalhou no grupo de combate a assalto a ônibus. Sabemos que aquela região é realmente uma região onde a



influência e o quantitativo de assalto a ônibus deve ser enorme, porque são ônibus oriundos de diversas regiões do Brasil que se deslocam diariamente ao Paraguai, levando sacoleiros, levando compradores que vão com dólares, vão com dinheiro em espécie, em real, para comprar mercadoria. E você, com certeza, deve ter prestado também um grande serviço no período enquanto você assumiu a farda da Polícia Militar. Você teve oportunidade de evitar inúmeras mortes, diversos assaltos. Tudo isso pode permanecer na sua ficha como um bom trabalho prestado à Polícia do Paraná.

Por algum motivo, a Polícia Federal chegou até você. Você percebeu que temos depoimentos que comprovam a sua participação e a citação do seu nome em algumas conversas gravadas. Tudo isso já está na Justiça. Você não vai produzir mais nada contra você, porque tudo o que você poderia produzir, você já produziu antes de ser apanhado pela Polícia. Tudo isso já consta da sua ficha e já faz parte do inquérito, mas queremos, nesta Comissão, quem sabe você ser um colaborador desta Comissão, colaborar durante a sua atividade.

Não estou pedindo a você delatar ninguém. Durante o período em que você trabalhou como Policial, prestou serviços, você deve ter prendido quadrilhas de assaltantes de bancos no Paraná, deve ter prendido quadrilhas de assaltantes que tinham ramificações com pessoas que faziam tráfico de armas. E essas informações, mesmo que você não queira falar conosco sobre, quem sabe, colegas de fardas, mas sobre esse assaltantes que vocês prenderam, sobre esses braços de organizações criminosas que foram identificados por vocês durante o período em que vocês trabalharam nessas operações nas estradas do Paraná. Queríamos propor a você e dar essa liberdade, caso você deseje colaborar com esta Comissão, de conversar com os membros da Comissão, ligar para seu advogado, não sei se está presente, saber de que forma isso poderia ajudar você no processo.

Em outras Comissões Parlamentares de Inquérito muitas pessoas que colaboraram foram beneficiadas, tiveram o segundo momento na vida. E você está tendo nesta Comissão o segundo momento, a segunda chance, um segunda oportunidade, não para se redimir dos prováveis delitos que você tenha cometido, mas eu garanto que como colaborador de uma Comissão, vai estar prestando um grande serviço a esta Nação no combate ao tráfico de armas, para que possamos evitar que diariamente centenas ou milhares de armas continuem chegando à mão



---

de criminosos em diversas regiões nesse Brasil, ceifando vítimas, tirando o sonho de muitos pais de verem os seus filhos crescendo e se formando, tornando-se cidadãos comprometidos.

Você está tendo a segunda oportunidade na vida. Não sei se você terá outra oportunidade como essa de ser ouvido por uma Comissão, de ter o microfone aberto para você falar, de estar sendo acompanhado por tantas pessoas, de criar essa oportunidade, quem sabe, não para você, mas para a sua família, para os seus filhos. Quem sabe, seus filhos poderão sentir orgulho: *"Olhe, meu pai colaborou; meu pai não é tudo isso que vocês estão falando. Ele pode ter errado, mas ele está disposto a mudar de vida e a colaborar. E muitas pessoas que tiveram o segundo momento na vida e souberam aproveitar essa oportunidade."* Então, eu queria, Sr. Adair João Sbardela, sabendo do sentimento e do amor que o senhor tem pelos seus filhos, pela sua família — o senhor se emocionou quando falou nos seus filhos.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Que você fizesse uma reflexão, que dissesse para a gente: *"Olhe, eu estou a fim de colaborar com vocês, quero fazer uma conversa reservada com a Comissão"*. Vão sair as câmaras, vão sair os funcionários, vão sair todos. Vai ficar só o pequeno grupo de Parlamentares que está aqui, mas que está preocupado em ajudar a população brasileira.

Eu tenho certeza de que você, quando ingressou no serviço público, no serviço militar, através de concursos, você tinha um sonho, como todos nós temos sonhos. E você, quem sabe, pode voltar a sonhar, e voltar a viver com a sua família, longe e livre desses processos. Claro que você vai pagar uma pena, sim, mas essa pena pode ser amenizada, em seu benefício e em benefício dos seus familiares.

Então, os meus colegas que me antecederam já fizeram as perguntas que eu acho, entendo que são perguntas necessárias, que vão servir de instrumento para esta Comissão. Mas, antes de concluir a minha fala, eu queria te dar essa oportunidade. Se você entender que é o momento oportuno, nós poderíamos te ajudar dessa forma. E eu pergunto se você tem desejo de conversar com esta Comissão reservadamente e colaborar de alguma forma. É a chance que você está tendo. Com certeza, na sua cidade, muitos que estão assistindo a esse depoimento — que está ao vivo —, quem sabe parente seu, quem sabe alguns amigos e parentes, na casa de vizinhos, estão assistindo à TV Câmara, vendo, prestando



atenção a seu depoimento. Quem sabe, você vai ter oportunidade. Quem sabe, eles podem estar torcendo, neste momento, dizendo: *"Papai vai falar, papai vai ajudar, porque papai não é este monstro que está sendo pintado pela imprensa"*. E aí, sim, você prestaria um serviço para a Comissão, para a sua família e para a Nação.

E eu te pergunto se você tem esse desejo de conversar conosco.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu me reservaria ao silêncio, até porque eu precisaria conversar com o meu advogado. É porque eu não sei as informações que o senhor precisa, se é que eu vou tê-las.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Nós poderemos dar oportunidade até de ligar para o advogado, não é isso Presidente? Poderíamos, num momento, deixá-lo ligar e conversar? Foi feito isso ontem. Se você tiver desejo: *"Não, eu quero ligar para o meu advogado"*, você vai dar o número, nós vamos fazer a ligação, você vai conversar. Nós poderemos te dar essa oportunidade.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Só depende de você. Você é quem sabe.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - O meu conhecimento é muito pouco. O que eu disse, todo esse tempo que estou fora, eu não sei no que eu poderia colaborar.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - O.k., Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Neucimar Fraga.

Deputado Luiz Couto, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de sugerir a V.Exa. que só convocasse pessoas que se encontram presas por tráfico de armas quando nós tivéssemos cópia ou do inquérito ou de informações que pudessem subsidiar o nosso questionamento. E vou dizer por quê. Primeiro, porque esse documento, que foi considerado bomba, é composto de 32 páginas, sendo 4 onde o denunciante coloca 4 situações; depois, são 5 páginas de notícias de jornais... notícias de jornais, de redação; depois, tem uma declaração do Comandante da Polícia Militar do Paraná que é uma coisa, que é um documento-bomba. Veja o seguinte, o que ele diz. É importante destacar o seguinte. Ele diz o seguinte: Declaração do Comandante, Coronel Pancotti, da Polícia Militar



do Paraná. Ministério Público. Termos de Declarações: O declarante Davi Antônio Pancotti, na data de ontem, 25.05.03, encontrou-se com sua enteada, a qual exerce função de psicóloga na Casa Militar, de nome Ariane Cassete Sales dos Santos; que, nesta oportunidade, Ariane demonstrou-se preocupada, porque ouviu uma conversa, na Casa Militar, de um oficial, que comentava que o atual Secretário de Segurança Pública, Dr. Delazari, era “um cheirador de cocaína”; que tal oficial, o declarante, por hora, não sabe identificar, mas sabe... talvez, sua enteada possa fazê-lo; que o dito oficial confirmou esta conversa com a sua enteada, o qual também parecia preocupado, pois sentiu que os comentários eram no sentido de utilizar tais acusações contra o Sr. Secretário de Segurança; que na tarde de ontem, coincidentemente, encontrou-se com o Sr. Secretário no jogo de futebol Atlético e Flamengo e revelou a conversa para o mesmo.

É este documento, Sr. Presidente, que é colocado? É um “ouvi dizer” que é colocado como bomba?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Permite-me, Deputado, eu quero, em primeiro lugar, dizer que esta CPI... a única bomba que ela tem interesse é nas bombas que os bandidos estão explodindo: carro forte e coisa parecida. (Risos.)

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Pois é, mas eu quero dizer que usei um termo que até é usado no Nordeste...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Em segundo lugar, Deputado, eu quero informas a V.Exa. — eu sei que V.Exa. está com boa intenção e dentro de um princípio de responsabilidade —, eu quero dizer que as pessoas podem denunciar o que quiser, e a CPI vai, com responsabilidade, pedir todos os documentos...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu usei esse argumento só para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - ...para que saibamos a verdade sobre as coisas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Só isso. Nesses casos, aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Então, nós não vamos assumir qualquer denúncia...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Claro.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - ...sem antes ter uma investigação, um procedimento todo que vá corroborar essa denúncia.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Nem sequer aquelas estrelinhas que botam em São João, esse documento aqui vale.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Não se preocupe com isso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então, eu queria perguntar, agora... E eu gostaria que V.Exa. diferisse isso, se, de fato, para os outros que vão ser ouvidos, e que já foram presos, se V.Exa. só convocará quando nós tivermos documentos que possam dar subsídio para que nós possamos fazer as questões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida nenhuma, não tenha dúvida disso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Muito bem.

Sr. Adair, o senhor entrou na polícia, como? Foi através de concurso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Concurso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Concurso.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E, aí, o senhor foi lotado em que local, quando o senhor logo entrou na Polícia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Em Cascavel.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Cascavel. E trabalhou sempre em Cascavel, ou houve outros locais onde o senhor trabalhou?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Trabalhei em Cascavel.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Só lá?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Cascavel, e, depois, trabalhei no grupo AGUIA.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - De onde? Sim, no grupo AGUIA, trabalhou em que área da...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Todo o Estado do Paraná, onde havia incidência de assalto a ônibus.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. E em Foz do Iguaçu, o senhor esteve também?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Em Foz do Iguaçu, não, porque era outra equipe.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Outra equipe? Outra equipe?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas, pode dizer, mais ou menos, as cidades onde o senhor trabalhou, enquanto componente desse grupo AGUIA?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Trabalhei na região de Camorão, até Cascavel; e Laranjeiras do Sul, Guarapuava até Cascavel.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. E o senhor, depois de certo tempo, o senhor foi excluído da Polícia Militar.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O Cabo Júlio já colocou, mais ou menos.

Uma coisa, Adair, que chama atenção é que quando você diz que se reserva o direito de ficar calado para não produzir prova, você, de certo modo, está produzindo uma prova. E o seguinte: mentir, a gente... depois, vem a verdade, e se revela. É muito melhor dizer a verdade e colaborar com a CPI, já que você, colaborando com a CPI, você vai ter, inclusive, redução na sua pena, se você for julgado, condenado. Então, é nesse sentido que a verdade, embora seja dura, ela nos liberta, ela traz para a gente sossego, a gente vai dormir sossegado. Porque, aí, você vai perceber que você está colaborando para que esta CPI possa realizar o trabalho de investigar as organizações criminosas que fazem tráfico de armas em nosso País.

Eu pergunto: você, quando foi excluído, você perdeu o porte de arma?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor, portava arma só em serviço.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, mas depois que você saiu da polícia, você possuiu armas?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E as armas que foram encontradas na sua prisão?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Essa pergunta, eu permaneço em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Você não tem porte de arma?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não tem porte de arma? E nos serviços que você fazia, ou seja, você não usou... depois que foi excluído da polícia, você não usou nenhuma arma na sua vida, depois que foi excluído da polícia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. Você disse que conhece o coronel Waldir.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E diz que tinha ligações semanais por telefone?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Algumas ligações.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Algumas ligações? Você diz, 2 por semana... quer dizer... E você diz que eram informações que você conversava com ele sobre a sua situação de retornar para a Polícia Militar?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas você não sabia que o Coronel Waldir, ou seja, tinha essa intermediação com o juiz para que você pudesse retornar à corporação militar? Ou não tinha conhecimento dessa informação?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu permaneço em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Quando você foi acusado de ter praticado um crime, quando você investigava pessoas que vinham do Paraguai, você, com certeza, teve o direito de defesa, não teve, em todos os processos havidos? Ou o senhor não foi ouvido?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não foi ouvido? Quer dizer que o senhor teve um inquérito policial, teve uma sindicância, teve depois a Corregedoria, e o senhor, em nenhum momento, teve o direito de se defender e dizer que não fez aquilo?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, eu permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - É, quer mesmo silenciar. Quem é o seu advogado?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Dr. Almir.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Dr. Almir? Ele já, em outros momentos, foi seu advogado, ou é agora só?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Ele está sendo agora.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor disse que trabalhou como porteiro, depois que foi excluído da polícia, certo?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E, na última, o senhor estava sendo vendedor?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Cobrador.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Cobrador. Cobrador. O senhor, mais ou menos... quanto, mais ou menos, em média, mensal, o que o senhor recebia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Depende do trabalho que a gente faz.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas uma média. O senhor...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É difícil precisar um mês pelo outro, depende da quantidade....

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas o melhor mês que o senhor teria... qual era a média?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Quando as cobranças eram boas e existia bastante trabalho, até 4, 5 mil reais por mês de comissão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo. O senhor casado, tem quantos filhos?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Tenho duas filhas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Duas filhas? Além de manter a casa, quem é que paga o advogado para o senhor?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - O meu advogado?

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu não acertei preço com ele ainda.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não acertou?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E ele está fazendo de graça para o senhor, isso aqui?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É uma questão. A gente vai ver depois. Eu vou conversar com ele depois.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor está há 22 dias preso, não é?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E o advogado não esteve lá onde o senhor está preso? Não conversou com o senhor?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Esteve. Conversei com ele.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - E não acertou quanto é que vai... ou seja, que vai receber?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não tenho condições de pagar ele agora. Eu pedi que ele acompanhasse e, depois, a gente veria o que fazer.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não tem ninguém por trás, ou seja, pagando o senhor por esse advogado?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor. Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Uma outra coisa que eu queria perguntar, Adair, é que você, quando foi preso... a polícia disse que estava com mandado de prisão. Mas a polícia diz para você: “*Você está sendo preso por tráfico de armas e por formação de quadrilha*”. A Polícia Federal informou essa acusação contra você?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Permaneço em silêncio, Excelência.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Quer dizer, apenas diz: “*olhe, eu tenho um mandato de prisão. Está preso*”. Mas a polícia disse para você qual era o motivo da sua prisão. Não disse?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Além dessa exclusão que você teve, antes você teve alguma punição na Polícia Militar?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não teve nenhuma prisão por alguma...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Já naquele momento o senhor era muito ligado ao Coronel Waldir.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor. Eu era subordinado simplesmente a ele.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas o senhor trabalhou sempre subordinado ao Coronel Waldir.



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Subordinado diretamente ao comandante do CPI.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim. O senhor trabalhou alguma vez na inteligência da Polícia Militar?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor, trabalhei só no grupo AGUIA.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas fazendo trabalho de inteligência, de investigação?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - De combate a assalto a ônibus.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Nesses assaltos a ônibus, o senhor alguma vez prendeu algum ônibus que vinha com armas do Paraguai? O senhor chegou a apreender alguma vez alguma arma?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - No Paraná, em nenhum momento, o senhor fez qualquer apreensão de arma.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Apreensão de armas só as armas que eram apreendidas com os marginais que eram presos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas outras armas de pessoas que vinham através de caminhonetes, de barcos, de balsas...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Nunca?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mais uma vez comprovando, Sr. Presidente, que no Paraná, ou seja, as armas dos assaltantes, mas aqueles que entram lá com armas, trazendo, traficantes, podem passar que não tem fiscalização e também não tem apreensão. Isso é muito grave e nós esperamos que alguma autoridade venha dizer para nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Até quero fazer um alerta aqui, se me permite, Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - O efetivo da Polícia Federal para cuidar disso, eu fui me informar lá na superintendência, é diminuto. Se não me engano, são 4 ou 5 agentes e um delegado para cuidar do tráfico de armas no



Paraná inteiro. Quer dizer, é complicado aí. É complicado. Então, temos que inclusive pedir ao Diretor-Geral da Polícia Federal, ao Ministro da Justiça, para que tenha, já que o Paraná certamente é uma das rotas principais desse problema de armas. Inclusive nós temos conhecimento, e ele deve ter conhecimento também, que o tráfico é feito da seguinte forma: passam a fronteira em tráfico formiguinha, ou seja, arma por arma. Mas isso chega num distribuidor. Esse distribuidor acumula essas armas e posteriormente repassa para outros centros, tanto do sul quanto do sudeste do País.

Então, ou nós fazemos uma investigação boa... E eu vejo, por exemplo, que muitos integrantes da Polícia Federal têm vontade até de trabalhar, mas precisam dos meios necessários para esse trabalho. Eu sei que todos têm problema de contingenciamento, mas essa é uma questão importante de nós colocarmos, já que V.Exa. colocou nesse ponto, não é, mostrando já que, pelo visto, as Polícias Civil e Militar do Paraná não fizeram grandes apreensões nesse sentido. E nem a Federal também, diga-se de passagem. Talvez por falta de condições, por não direcionarem condições nesse sentido, tanto em uma quanto em outra polícia. ]

Não estou falando aqui nem discriminando polícia "a", "b" ou "c", como também eu acho que o Ministério Público está na hora de entrar nessa questão lá no Paraná com força e não haver nenhum tipo de omissão nesse sentido. O que me preocupa é que o Paraná, pelo que nós vimos, o que ficou mais nítido nesses depoimentos é que não temos uma ação adequada para, pelo menos, encostar a porta dos traficantes de armas. E uma ação institucional. Não é da instituição "a", "b" ou "c" para que ninguém fique melindrado com isso, mas uma ação institucional que precisa ser fortalecida. E esta CPI, tenho certeza, que vai dar as condições para esse fortalecimento.

Pode continuar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sim, Sr. Presidente.

Eu queria saber se no momento em que o senhor apreendeu, e por causa disso o senhor foi excluído, se o senhor teve a oportunidade de conversar com a gerente da Casa da Maçã lá no Porto Policial Rodoviário de Palmas.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Permaneço em silêncio, Excelência.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - O senhor estava... Nesse momento estava o senhor e quantos mais policiais? Nesse momento em que o senhor depois foi acusado de extorsão?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, com certeza o Adair prefere talvez tirar toda a sua pena lá na prisão do que falar e falar ele possa até prejudicar os seus superiores que possam estar envolvidos. Eu não tenho dúvida de que isso faz parte de uma... E o Cabo Júlio teve toda a certeza de que isso faz parte de um... É um elo. É um elo de uma grande organização que faz tráfico internacional de armas.

Espero que o Sr. Adair pense e possa contribuir. Porque, Sr. Presidente, fazer sessão secreta ou reservada para que as pessoas não digam nada, isso não vale a pena. Então, a gente só pode fazer sessão reservada quando a testemunha ou, no caso, o indiciado possa querer contribuir para que nós possamos desvendar as organizações criminosas do tráfico de armas em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Luiz Couto...

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, pela ordem?

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Existe um esclarecimento que a gente precisa fazer aqui na CPI.

No início da fala do nobre colega, ele leu um documento, termo de declarações, que lá onde um coronel foi até o Ministério Público dizendo: “*olhe, alguém disse que acontecia isso e isso por conta do secretário*”. E até fez um alerta à CPI que a gente tem, quando for ouvir alguém, ter o cuidado de ter as informações a respeito, porque não podemos fazer algumas perguntas a quem quer que seja, com base no disse-me-disse. Não é isso? Só que eu queria esclarecer que não é bem assim, Sr. Presidente. Só para que fique claro que aqui, todos nós aqui somos um conjunto, ninguém é louco de primeiro colocar na boca da CPI algo que a gente ouviu dizer. Nós não somos... Acho que todo o mundo aqui é experiente em CPI. O que acontece, isso é um dos documentos, o que acontece é que houve um traficante preso conhecido como “Professor Pacheco” que teria afirmado tal caso que para nós



não interessa entrar nesse mérito. Só queria dizer que a CPI não fez um ato ou falou algo que ouviu dizer. Só esse esclarecimento que eu queria dizer.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu não falei "ouvi dizer". Eu apenas disse o seguinte: era para justificar o porquê de que nós tivéssemos toda a documentação para fazer as indagações.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Sim, é o caso que eu estou dizendo. Houve a fala de um traficante, a prisão de alguém. Afirme isso. Sem querer entrar no mérito...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu não acusei ninguém.

**O SR. DEPUTADO CABO JÚLIO** - Não, eu entendi.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Apenas disseram que era uma bomba e eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - O Deputado Cabo Júlio entendeu. Só fez uma ressalva, uma confirmação. E dizer que a CPI vai acusar quando o Deputado Paulo Pimenta fizer seu relatório e lá estiverem as pessoas indiciadas. Aí vai ser a hora de a CPI acusar. Até lá a CPI investiga, colhe informações e chega a convicções.

Com a palavra o Deputado Rubinelli.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, é o Colbert.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Desculpe. O Deputado Colbert Martins está na frente.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu vou ser bem breve, Sr. Presidente, porque acredito que pouco estamos evoluindo nessa forma de realizar esta sessão. Eu quero me dirigir ao Sr. Sbardela e perguntar se o senhor agia no grupo AGUIA sob o comando de quem.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Meu comando é do Coronel Semer e da coordenação do Capitão Neves.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Neves é o Waldir.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O Capitão Neves... Exatamente. Entendo. O capitão era a pessoa diretamente a quem o senhor se reportava.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exato. As equipes se dirigiam a ele.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - As equipes se dirigiam a ele?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim.



**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Ele se dirigia ao sargento.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Sim. Estou entendendo. Mas o oficial de operações... quem comandava as operações, o responsável, até porque o próprio coronel ... hoje coronel colocava que essa operação AGUIA, cujo objetivo era evitar assalto de ônibus, não é isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - E aqui, num dos depoimentos que leio, diz que era necessário passar pente fino nas bagagens dos passageiros. Era assim que era feito nas operações? As abordagens eram feitas como?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - As abordagens não eram feitas em ônibus que vinham do Paraguai e, sim, a verificação de listagem de passageiros só nos ônibus que iam para o Paraguai, se estavam corretas.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Então, a operação AGUIA só verificava os passageiros que iam para o Paraguai?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Exato, e no caso de assalto a ônibus.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - E os ônibus que vinham do Paraguai, não eram verificados?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Os ônibus que vinham do Paraguai, não.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente, a testemunha faz uma afirmativa que me deixa preocupado. Ele diz que as verificações do grupo AGUIA eram nos ônibus que iam na lista de passageiros e nas pessoas que iam para o Paraguai e que não eram verificadas pessoas que vinham do Paraguai. Não é isso o que o senhor afirmou?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É. A listagem de passageiros era confrontada a quantidade de passageiros...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Dos que iam.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Dos que iam .. o nome...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - E de lá para cá não verificava nada.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - A determinação é de que não se fizesse abordagem nos ônibus que vinham de Foz do Iguaçu.



**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente, isso é preocupante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida, é uma informação importante.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Só verificavam os que iam. Agora, as declarações das pessoas que estão aqui são de ônibus que vinham do Paraguai. Essas declarações que tenho em mãos, 5 depoimentos à Justiça, são depoimentos de quem vinha do Paraguai. Eu gostaria de — e aí o coronel vai ter oportunidade de voltar — para ver que orientação era dada ao executor da ação, que era o Cabo Sbardela, de só verificar a lista dos que iam. Mas a orientação que vejo, pelo o que está determinado, era pente fino na bagagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Principalmente porque bandido podia ir como voltar também, não é? Estranho mesmo.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu não sei. Eu tenho impressão que uma operação que só tem interesse na saída e não na volta . Bom, eu não vou entrar nesse detalhe. Sr. Sbardela, nessas operações usavam armas? Os policiais usavam armas para a abordagem?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Armas das Polícia Militar.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Armas da Polícia Militar. No caso de assalto, o senhor disse que mais de 500 assaltos foram evitados. Eu entendi isso na sua afirmativa.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, mais de 500 assaltantes foram presos.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - As armas desses assaltantes foram apreendidas e levadas à delegacia?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - As que eram apreendidas com eles eram encaminhadas para a delegacia junto com o elemento.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - E as delegacias foram que fizeram as apreensões e registros?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - As delegacias que faziam as apreensões e os registros dessas armas.



**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Mas essas pessoas usavam armas e a polícia não investigava? Quem fazia a investigação era a Secretaria de Segurança Pública.

Sr. Presidente, não pude participar muito desta sessão agora porque tive um compromisso, mas gostaria de registrar essa informação e fazer uma última pergunta ao Cabo Sbardela. Esses depoimentos que foram dados aqui com relação ao senhor e outros são do seu conhecimento? Esses que foram trazidos à Comissão? São 5 depoimentos.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Essas declarações aqui...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Esses documentos o Cabo conseguiu agora.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Do que o Deputado Cabo Júlio trouxe, o senhor não tem conhecimento dessas declarações?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - De pessoas que afirmam que o senhor e outros policiais tinham feito negociações para liberação de bagagens dos ônibus. O senhor não tem conhecimento?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Não tem conhecimento?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Quando uma pessoa, à mão armada, toma mercadoria de outra, isso é um assalto?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Me reservo, excelência.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - É uma pergunta. Não tenho nada com o senhor, mas estou lhe perguntando: se alguém assalta uma pessoa com arma, é uma ação...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Possivelmente.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Possivelmente? E o senhor nunca fez isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor



**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O senhor, em nenhum momento, fez qualquer tipo ... usou, nem de farda nem sem farda, prerrogativa de policial para poder negociar qualquer das...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Colbert Martins. É Côlbert ou Colbért, Deputado?

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Côlbert.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Colbért. Então, desculpe por colocar mal o seu nome. É Colbért Martins.

Deputado Rubinelli, por favor, tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sr. Adair João, depois de o senhor sair da Polícia Militar, o senhor continua a ter vínculo freqüente de amizade e ver constantemente o Sr. Waldir Copetti?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Depois que o senhor saiu da PM o senhor não se encontrava mais com ele, não o via, não mantinha conversas telefônicas com ele? O senhor se desligou por completo dele?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Por vários anos.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, se nós, da CPI, verificarmos a conta, o sigilo telefônico do senhor não vamos constatar nenhuma ligação para o Sr. Waldir Copetti, nem dele para o senhor nem do senhor para ele?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Agora, nos últimos tempos, quando eu pedi para ele que me ajudasse na reintegração, aí vai existir, antes, não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Isso seria um espaço temporal de quantos meses?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Ah, não, isso é anos, porque eu fiquei 8 anos fora.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sim, mas durante quantos meses o senhor vem falando com ele pelo telefone agora?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Acredito que tenha acontecido no ano passado, na metade do ano ou um pouco antes, porque tive alguns contatos quando o advogado me informou que já estava no tribunal a reintegração.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Existem cheques do senhor emitidos para o Sr. Waldir Copetti ou do Sr. Waldir Copetti emitidos para o senhor, de maneira que, se nós, da CPI, quebrarmos o sigilo bancário do senhor ou dele, poderemos constatar essa troca de cheques entre ambos?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor, não existe cheque nenhum. Nunca recebi.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Nem dele na conta do senhor ou de sua esposa nem do senhor na conta dele ou da esposa dele.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Sim, senhor. Não existe.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Isso nós podemos verificar que nós não encontraremos?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor falou para nós que o senhor trabalha como cobrador, também. O senhor disse que o senhor ganha aproximadamente de 4 mil reais por mês como cobrador.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Às vezes mais, às vezes menos. Depende das cobranças que a gente faz.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Quem são os clientes do senhor?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Tenho várias empresas em Cascavel.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor poderia citar o nome das principais?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Olha, eu me reservo, porque é uma situação complicada eu citar o nome das empresas.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas se é uma atividade lícita, Sr. Adair João. Toda atividade lícita que o senhor desenvolve, o senhor pode ficar tranquilo porque é justamente essa atividade lícita do senhor que pode convencer ou não a CPI de que o senhor é uma pessoa séria. De repente, se os clientes do senhor forem pessoas idôneas, a gente pode entender que o senhor trabalha de forma idônea. Então, nós gostaríamos que o senhor falasse quem são os clientes.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - A Grão Fértil é uma empresa. A CAD Consultoria também é outra empresa. Uma empresa AJ Engarrafadora de Bebidas também é outra empresa. Deixa eu me lembrar as outras. As que me lembro assim de cabeça agora.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Essas são as principais?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - As principais.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor tem uma empresa, então, legalmente constituída de cobrança. É isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, eu não tenho empresa.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Como o senhor faz essa cobrança, então, Sr. Adair João?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - O dono da dívida faz uma procuração específica para a cobrança e passa os valores, cheques e notas promissórias. Aí eu vou até a pessoa que deve.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sim, mas o senhor não usa um meio jurídico para a cobrança da dívida? O senhor não vai pelos trâmites legais executar o cheque, nada disso? O senhor chega para a pessoa e fala: paga a dívida? É isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, a gente vai conversar com a pessoa, esclarece, mostra a procuração, e, quando não existe uma negociação, aí a própria empresa aciona o judicial.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas, por que se o senhor não tem um escritório que faz a execução da dívida, por que essas empresas chamam o senhor? O senhor tem... o senhor convence facilmente os devedores? O senhor obriga as pessoas a pagarem as dívidas?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, de forma alguma. Eu moro em Cascavel há 40 anos. Então, as pessoas me conhecem, e eu procuro, através de amigos, um indica para o outro. E a gente vai fazendo esse trabalho.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E o senhor sempre obtém êxito na cobrança das dívida?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Nem sempre.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Em quantos por cento o senhor obtém êxito na cobrança?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Olha, é difícil precisar assim uma porcentagem.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Oitenta por cento do que o senhor cobre o senhor recebe?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - É. Uma grande maioria a gente recebe: parcela, faz negociação. Então, é dessa forma.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Qual seria uma outra empresa que o senhor teria cobrado que ela teria pago os débitos de forma correta? O senhor trabalha para algumas empresas, mas qual foram as outras pessoas que o senhor cobrou e que pagaram?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, geralmente são pessoas particulares.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Cidadãos.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Cidadãos.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sim, mas o senhor não lembra? O senhor é uma pessoa que mora há 40 anos na cidade, o senhor não lembra o nome de alguns cidadãos que o senhor cobrou e que eles prontamente pagaram a dívida?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não me lembro agora de cabeça.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor nunca fez uso de força ou de armas para obrigar as pessoas a pagarem?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Em hipótese alguma.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Eles sempre pagaram porque eles queriam pagar?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - As que houve a negociação consensual, sim.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Qual o patrimônio estimado do senhor?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Tenho uma casa e um lote e o carro.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Que carro o senhor tem?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Tenho um Santana.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor só tem um veículo no nome do senhor, mais nenhum outro veículo?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Só o Santana.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor fez alguma viagem? Muitas vezes o que a gente está perguntando para o senhor a gente já sabe a resposta, só que a gente quer perguntar para ver se o senhor está falando a verdade ou não. O senhor fez alguma viagem recentemente para o Rio de Janeiro ou São Paulo?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não senhor.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor tem certeza?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Absoluta.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor não esteve nem no Rio de Janeiro nem em São Paulo recentemente?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Nem no Rio de Janeiro nem em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O que o senhor, a que o senhor atribui esse flagrante que foi feito pela Polícia Federal, o senhor e o Tenente-Coronel Waldir Copetti?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Olha, eu não teria a resposta, eu não saberia nem dizer o que para o senhor. Eu permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Porque o senhor falou para mim e para nós da CPI que o senhor não tinha quase mais ligação com o tenente-coronel, só que nesse dia o senhor estava com ele. O senhor falou que o senhor nem ligava, não via mais, e nesse dia vocês estavam juntos. Tanto estavam que foram presos juntos.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, senhor. Eu estava em Cascavel e ele, pelo que consta, estava em Curitiba.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas vocês tinham relação freqüente?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Algumas ligações telefônicas.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Algumas, quantas?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Acredito que eu devo ter ligado umas 2, 3 vezes nas últimas semanas para ele, com relação à reintegração.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E por quê que o senhor procurou ele, com relação à reintegração?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Porque é a pessoa que poderia me ajudar dentro da Polícia Militar, e me conhecia, conhecia o meu trabalho, era ele. Os oficiais foram sendo removidos, sendo promovidos, sendo aposentados, e a pessoa que estava lá, que me conhecia e que sabia do meu trabalho, poderia ter me ajudado, seria ele. Tanto ele como um outro coronel, o coronel Amaro, que eu também fiz contato com ele, conversei com ele.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Só um minutinho. Tem mais uma pergunta aqui. Quantas contas bancárias o senhor tem?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Só uma.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Qual banco?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Banco Itaú.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É conta conjunta com sua esposa ou ela também tem conta em outros bancos?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Não, ela não tem conta.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor fez alguma viagem nos últimos 12 meses para o Paraguai?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Nos últimos 12 meses? Eu acredito que não. Não tenho lembrança, mas eu acho que não. Há muito tempo que eu não vou para o Paraguai.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - A última vez que o senhor foi, o senhor foi fazer o quê lá?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - A última vez eu fui a Foz do Iguaçu só, não fui ao Paraguai.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sim, mas tudo bem. Era passeio em Foz, o que o senhor foi fazer em Foz?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Em Foz do Iguaçu eu fui a passeio.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - As conversas que o senhor mantinha por telefone com o tenente-coronel, em algumas delas o senhor fazia menção a armas?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu permaneço em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Em algumas vezes que o senhor conversou com o tenente-coronel, o senhor fez menção a objetos de uso agrícola, como, por exemplo, cortadeira, cortador de grama, maquinários, roçadeiras, o senhor fez menção?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É um direito do senhor permanecer em silêncio, mas, veja o senhor, se nós tivermos, e com certeza se a CPI assim o quiser ela vai ter, essas conversas degravadas em que o senhor teria falado esses termos, qual o problema de o senhor falar para nós que usou esses termos? Esses termos são comprometedores — cortador de grama, roçadeira, maquinário? Compromete alguma coisa o senhor ter falado isso?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - De forma alguma.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas, então, o senhor utilizou esses termos?



**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Eu permaneço em silêncio, que eu não sei esclarecer para o senhor.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor não sabe esclarecer se o senhor falou ou se esses termos seriam prejudiciais ao senhor?

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Também permaneço em silêncio.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Como os Deputados já alertaram o senhor, Sr. Adair, seria uma oportunidade de o senhor conseguir junto à CPI, com o instituto da colaboração, existem leis a esse respeito, se o senhor não for realmente uma pessoa ligada ao crime organizado, que estamos investigando...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Com certeza. Com certeza.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - ...ninguém está dizendo que o senhor é ligado...

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - ...estamos investigando. Esse é o papel da CPI. Se o senhor não for, mas se o senhor tiver, digamos assim, conhecimento de informações, ou mesmo for, digamos assim, mas não for hierarquicamente um dos coordenadores de todo esse esquema de tráfico de armas, se o senhor tiver informações, o senhor pode ajudar a CPI e se ajudar a si próprio. Se o senhor achar que esta reunião aqui, com essas câmeras, com todas as pessoas, pode prejudicar o senhor em alguma forma, o senhor conversa com nosso Presidente, com nosso Secretário da CPI, Deputado Moroni Torgan e Deputado Paulo Pimenta, e pede para ter uma reunião sigilosa conosco, e colabore conosco, porque, da mesma forma que a CPI pode ajudar o senhor, nós podemos também reunir elementos aqui que eventualmente venham a comprometer o senhor, e fazer um relatório para as autoridades públicas, pedindo que seja usado todo o rigor da lei, pela falta de colaboração. Então, obviamente, hoje, que nós temos as câmeras todas aqui, a TV Câmara está filmando, o senhor pense, o senhor reflita. Eu acho que é, como já foi dito pelos Deputados, a oportunidade de o senhor colaborar com a CPI. E acho que seria muito bom para o senhor fazer isso, porque a CPI pode ajudar o senhor se o senhor ajudar a desvendar toda essa trama relacionada a esse episódio.

Muito obrigado.

**O SR. ADAIR JOÃO SBARDELA** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço aos Deputados.



Quero dizer que nós vamos tornar a sessão reservada, e vamos conversar um pouco com o depoente em reservado, como também o coronel está vindo para a sessão.

Quero, antes, porém, dizer que amanhã nós ouviremos Paulo Roberto Schilling da Silva, Leandro Brustolin, Antonio Ferreira de Farias. Todos foram indiciados naquela Operação Gatilho, que foi uma operação que foram apreendidos mais de 1 milhão de munições. Quer dizer, foi a maior apreensão feita na história do Brasil. Então, é algo que vai ser bem interessante amanhã.

Sobre a ata da reunião anterior, informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 11ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade da leitura.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Solicito dispensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Solicitada a dispensa da leitura, coloco a ata em discussão.

Não havendo quem queria discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham.

E a partir deste momento eu solicito então que seja transformada a reunião em reservada.

*(A reunião transforma-se em reservada.)*